

MARCELO SILVA DE OLIVEIRA

**ESTRADA PARQUE-PANTANAL E
O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS COMUNIDADES LOCAIS
NA POTENCIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS**

2017

MARCELO SILVA DE OLIVEIRA

**ESTRADA PARQUE-PANTANAL E
O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS COMUNIDADES LOCAIS
NA POTENCIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, como requisito para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

CAMPO GRANDE - MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

O48e Oliveira, Marcelo Silva de
Estrada-Parque Pantanal e o conhecimento tradicional das
comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial /
Marcelo Silva de Oliveira; orientadora Cleonice Alexandre Le Bourlegat.
2017.
127 f. : il.

Dissertação(mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

1. Desenvolvimento territorial – Estrada Parque do Pantanal –
Corumbá 2. Conhecimento tradicional I. Le Bourlegat, Cleonice
Alexandre II. Título

CDD – 338.98171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Estrada-Parque Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial.”

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Dinâmicas de Inovação em Desenvolvimento Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 06/02/2017

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Cleomice Alexandre Le Bourlegat – Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco


Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco


Profª Drª Mara Aline Ribeiro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

*Em especial à
Onévia, minha mãe, pelo apoio, carinho e paciência.
Ao Aldair, (in memoriam), meu pai, pelo rumo e a eterna presença.
As filhas, Bianca, Isadora e Lina,
E ao neto Surya, o mais novo facho de luz no horizonte.
A todos meu orgulho e encantamento.*

OLIVEIRA, Marcelo Silva de - **Estrada-Parque Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial.** Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2017.

RESUMO

A Estrada Parque Pantanal-EPP ou Estrada da Integração foi transformada em área protegida do tipo “Área Especial de Interesse Turístico- AEIT” pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em 1993, entre outros objetivos, para promover a prática do turismo (pesca e contemplação) e assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural, tradicional e natural. Além de empreendimentos voltados à pesca, ao ecoturismo e pecuária, distribuídos ao longo da EPP, nela se inserem duas comunidades de pescadores profissionais artesanais - Porto da Manga e Passo das Lontras - que foram envolvidas nas práticas de turismo. O objetivo desse estudo é verificar se a Estrada Parque Pantanal cumpre seu papel de indutora para o desenvolvimento sustentável e se os saberes locais dessas comunidades vêm sendo potencializados para esse fim. O estudo se baseia em observação de campo, revisões bibliográficas e pesquisa de campo, mediante observação participante e aplicação de entrevistas junto às duas comunidades. O estudo permitiu verificar a necessidade urgente em se repensar o modelo de área protegida da EPP, com diretrizes que favoreçam o desenvolvimento territorial sustentável, que conte com o desenvolvimento humano e a inclusão social dessas duas comunidades que se encontram em situação de grande vulnerabilidade.

Palavras-chave: 1. Estrada-Parque Pantanal. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Conhecimento tradicional.

ABSTRACT

Pantanal Park Road (PPR) or Integration Road was transformed into a protected area of the type "Special Area of Tourist Interest" by Mato Grosso do Sul's Government in 1993, among other goals, to promote tourism (fishing and contemplation) and assure the cultural, traditional and natural patrimony's preservation and appreciation. In addition to fishing, ecotourism and livestock enterprises, distributed throughout the PPR, two professional fisherman communities – Porto da Manga and Passo das Lontras – are inserted in it, and have been involved in tourism practices. The aim of this study is to verify if the Pantanal Park Road fulfills its role of inductor for sustainable development and if the local knowledge of these communities has been potentialized for this purpose. The study is based on field observation, literature reviews and field research, through participant observation and interviews applied to both communities. The study verified the urgent need to rethink the PPR's protected area, using guidelines that favor sustainable territorial development, which contemplate the human development and social inclusion of these two communities that are in a situation of great vulnerability.

Keywords: 1. Pantanal Park Road. 2. Territorial Development. 3. Traditional knowledge.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Contribuição Hídrica no Pantanal	16
Figura 02	Moeda de 25cents	32
Figura 03	Picadões abertos na mata pelo Marechal Rondon	37
Figura 04	Mapa das Linhas de Telégrafos	38
Figura 05	Postes remanescentes da Linha de Telégrafos	39
Figura 06	Mapa das fazendas - 1952	40
Figura 07	Localização do Pantanal	41
Figura 08	Estrada Parque Pantanal - Google	42
Figura 09	Safari fotográfico na Estrada Parque Pantanal	43
Figura 10	Pontes sobre do rio Miranda	46
Figura 11	Turistas se preparando para cavalgada	49
Figura 12	Placa de identificação do local, fixado por morador local	57
Figura 13	Navio Fernandes Vieira	60
Figura 14	Base de Estudos do Pantanal	61
Figura 15	Passo das Lontras, o futebol como lazer das crianças	64
Figura 16	Passo das Lontras, “pau-da-fofoca”, a praça!	64
Figura 17	Passo das Lontras, festa religiosa	66
Figura 18	Passo das Lontras, artesanato em madeira	67
Figura 19	Passo das Lontras, artesanato em miçangas	68
Figura 20	Passo das Lontras, artesanato em madeira	68
Figura 21	Passo das Lontras, moradores mais antigos	68
Figura 22	Passo das Lontras, detalhe de passarela	69
Figura 23	Passo das Lontras, casa em palafitas	70
Figura 24	Passo das Lontras, casa em PVC	71
Figura 25	Passo das Lontras, mudança de local	73
Figura 26	Porto da Manga, travessia por balsa na década de 1930	75
Figura 27	Porto da Manga, travessia por balsa na década de 1960	76

Figura 28	Porto da Manga, travessia por balsa na década de 1970	76
Figura 29	Porto da Manga, travessia por balsa atualmente	77
Figura 30	Porto da Manga, casa “guarda-fios”.	81
Figura 31	Produtos da Associação das Mulheres Extrativistas do Porto da Manga	82
Figura 32	Estrada Parque Pantanal interditada pelas águas do rio Paraguai.	84
Figura 33	Unidade móvel do canal do boi no leilão na fazenda Novo Horizonte.	86
Figura 34	Conflito entre pessoas e carros nas pontes da Estrada Parque Pantanal	88
Figura 35	Expedição na Nhecolândia	89
Figura 36	Sucuri atravessando a Estrada Parque Pantanal.	91
Figura 37	Pescadores esportivos no rio Miranda, Passo das Lontras.	95
Figura 38	Paisagem da Estrada Parque Pantanal, cordilheiras, corixos e gado.	98
Figura 39	Animais na Estrada Parque Pantanal.	98
Figura 40	Aves se alimentando em corixo.	99
Figura 41	Comitiva atravessando o rio Abobral.	101
Figura 42	Comitiva conduzindo a tropa pela ponte do rio Abobral.	104
Figura 43	Folder publicitário da Estrada Parque Pantanal.	108
Figura 44	Placa indicativa do Centro Temático de Integração	109
Figura 45	Acesso ao empreendimento turístico	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Definições em Documento Legal	34
Quadro 02	Definições em Literatura	34
Quadro 03	Capacidades de leitos por empreendimento na EPP	47
Quadro 04	Capacidades de leitos por empreendimento no Passo das Lontras	62

.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEIT	Área Especial de Interesse Turístico
Agehab	Agencia Estadual de Habitação
AgesuL	Agência Estadual de Gestão De Empreendimentos de Mato Grosso do Sul
APA	Área de Proteção Ambiental
BAP	Bacia do Alto Paraguai
BEP	Base de Estudos do Pantanal
BR-262	Rodovia Federal
Dermat	Departamento de Estrada de Rodagem de Mato Grosso
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECOA	Ecologia e Ação - ONG
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisas
EPP	Estrada-Parque Pantanal
EUA	Estados Unidos da América
Famasul	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Fundtur	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
Gemap	Grupo de Estudos de Manejo em Áreas Protegidas
GUC	Gerência de Unidades de Conservação
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
Landsat	Land Remote Sensing Satellite
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Publico Federal
MS-183	Rodovia Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul
MS-228	Rodovia Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul
NASA	Agência Espacial Americana
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNPS	Programa Nacional de Participação Social
PVC	Policloreto de Polivinila
RPPN	Reservas Particulares de Patrimônio Nacional
Seinfra	Secretaria de Infraestrutura
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
Semac	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SEOP	Secretaria de Obras Públicas
Seprotur	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UC	Unidade de Conservação
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UF	Unidade da Federação
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 MÉTODOLOGIA	20
1.1 Objetivos	20
1.2 Objetivos específicos	20
1.3 Justificativa	22
1.4 Objeto da pesquisa	22
1.5 Natureza da pesquisa: exploratória	22
1.6 Método de pesquisa: diálogo-vivencial	23
1.7 Método de abordagem: sistêmico	23
1.8 Metodologia: procedimentos da pesquisa	24
1.8.1 Revisão bibliográfica	24
1.8.2 Fontes Secundárias	24
1.8.3 Fontes Primárias	25
1.8.4 Organização e interpretação dos dados coletados	26
2 EPP: REFLEXÕES A RESPEITO DE SUA CONCEPÇÃO E ESTRUTURA NO CONTEXTO DO PANTANAL	28
2.1 Unidades de proteção: concepções preservacionistas e conservacionistas	28
2.2 Estrada-Parque: um novo acordo	30
2.3 Estrada-Parque no Brasil: sob a ótica da proteção	33
2.3.1 Estrada-Parque Pantanal: origem do traçado	37
2.3.2 Contexto de variáveis econômicas e ambientais que deram origem a EPP	43
2.3.3 Impactos socioeconômicos e culturais da EPP	47
3 COMUNIDADES TRADICIONAIS IMPLICADAS NA EPP: SABERES CONSTITUIDOS E CONDIÇÕES DE VIDA	50
3.1 Comunidades tradicionais: conceitos e correlatos	50
3.1.1 Território de populações tradicionais e o papel dos saberes locais	53
3.1.2 Saberes locais das comunidades tradicionais na construção da identidade e sustentabilidade	55
3.2 Comunidades tradicionais locais	57
3.2.1 Comunidade do Passo das Lontras	57
3.2.2 Comunidade do Porto da Manga	73
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	83
4.1 Política ambiental no Brasil e participação social	83
4.2 Estrutura física da Estrada-Parque Pantanal e sua readequação	84
4.3 Turismo na Estrada-Parque Pantanal e os impactos na comunidade	92
4.4 Potenciais na Estrada-Parque Pantanal e nos saberes locais	96
4.5 Limitações a serem superadas na Estrada-Parque Pantanal	102
4.6 Estrada-Parque de papel?	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112

INTRODUÇÃO

O Pantanal constitui uma extensa planície de aproximadamente 150,355 km², 1,76% do território nacional (IBGE, 2004). A conformação do relevo de baixa declividade, submetida ao regime pluviométrico das bacias das áreas planálticas da região a submete a inundações constantes, mesmo estando localizada em clima semiárido.

Quando somada à sua superfície total de quase 210 mil quilômetros quadrados (Figura 1), considerando cerca de 30% fora do território brasileiro, é considerada a maior planície inundável do mundo (SILVA e ABON, 1998).

O Pantanal foi reconhecido e definido como “patrimônio nacional” pelo artigo 225 da Constituição Brasileira (1988) e, em 2000, como Reserva da Biosfera Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

A maior parte do Pantanal, que é a planície de inundação está no Brasil nos Estados de Mato Grosso do Sul (65%, totalizando algo em torno de 11 milhões de hectares que representam cerca de 31% da superfície do estado) e Mato Grosso (35%). Com altitudes que variam de 80 a 150 metros, sofre influência direta do planalto do entorno, que são as terras altas (montanhas, morros, chapadas e depressões), com altitudes que vão desde 200 até 1.000 metros. A pluviosidade anual média da região atinge 1100 mm, com período mais chuvoso de novembro a março e menos chuvoso de abril a setembro (SILVA e ABON, 1998).

O geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber (1924-2012) foi um dos primeiros a desvendar as origens do Pantanal. Em 1939, Ab'Saber constatou que o Pantanal surgiu a partir do impacto da formação da Cordilheira dos Andes no território brasileiro.

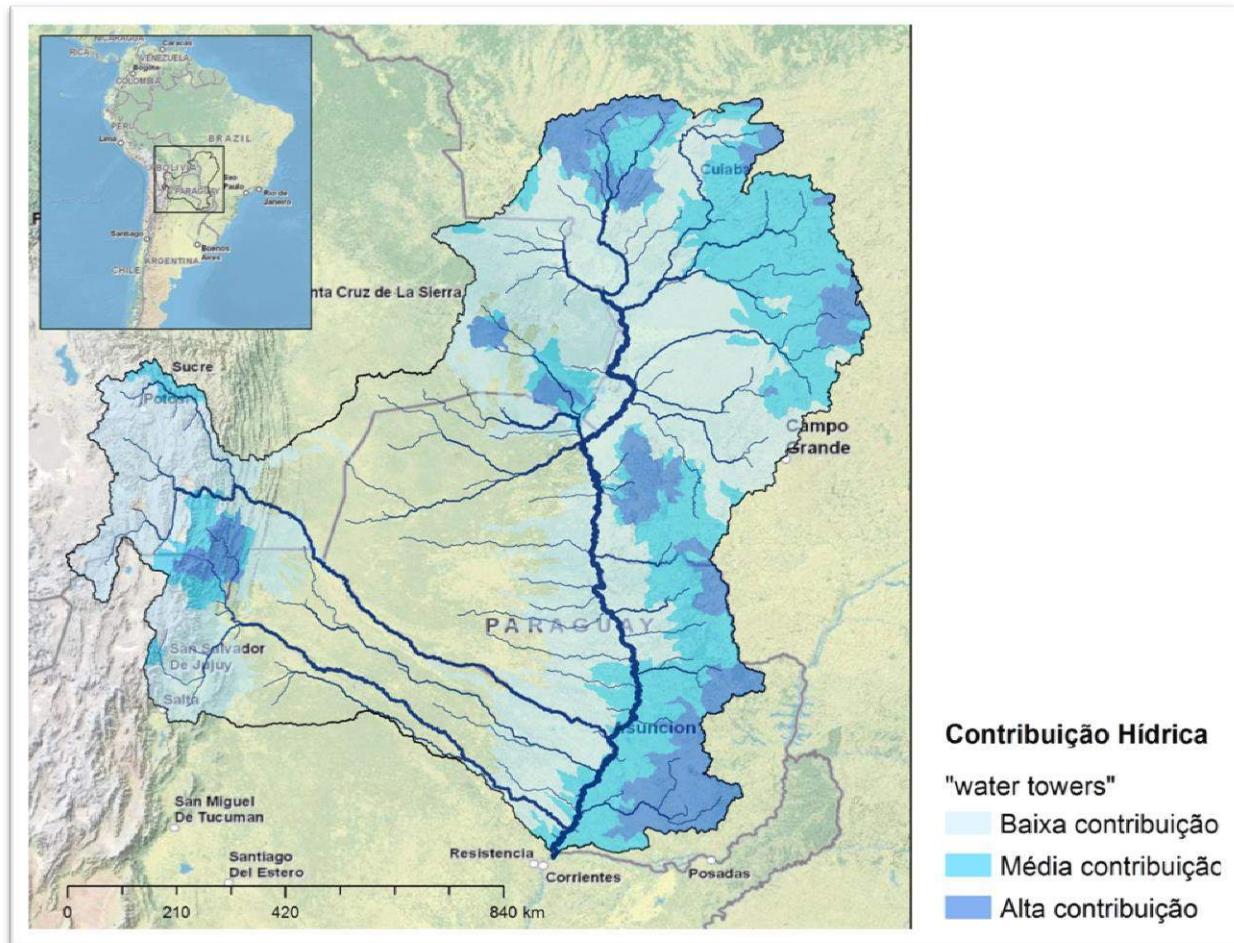
Essa planície corresponde a uma importante faixa de transição entre domínios morfoclimáticos de Florestas Tropicais Úmidas, Cerrado e Chaco, conformando um ecótono no meio biótico. Desse processo sistematicamente combinado entre ambiente físico e biótico, resulta em um imenso mosaico de diversidade de microambientes (os chamados “pantanais”), os ecossistemas. Estes constituem uma imensa variedade de habitat que correspondem evidentemente, a uma enorme variedade de espécies animais, vegetais e de microrganismos (AB'SABER ,1988).

Mesmo sendo o menor dos domínios morfoclimáticos brasileiros e possuindo uma biodiversidade riquíssima, no Brasil, segundo dados de 2014 do CBRO¹, são 1901 espécies de

¹ CBRO - Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos

aves, 582 espécies somente no Pantanal (NUNES, 2011), além de 100 espécies de aves migratórias, no Pantanal, embora não haja endemismo, há mais aves que no continente europeu, que registra 533 espécies. Além de répteis, com 177 espécies e 102 mamíferos (ROTTA, LUMA e WEIS, 2006).

Figura 1 - Contribuição hídrica da Bacia do Paraguai



Fonte: wwf.org.br, (2016).

A vegetação pantaneira é composta por um mosaico de ambientes que também sofre influência dos domínios morfoclimáticos vizinhos, como o Chaco, a Floresta Amazônica, o Cerrado e Floresta Atlântica, que se associam à dinâmica das águas no Pantanal formando uma variedade incomparável de ambientes, como baias, vazantes, corixos, campos secos e alagados, cordilheiras, capões, matas ciliares e outros, resultando em uma incrível variedade, são aproximadamente 1500 espécies de plantas estimadas pela Embrapa². No entanto, há

² Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa

pouquíssimas espécies vegetais endêmicas, entre elas a *Aspilia graziae*, *Gomphrena centrota* e a *Discocactus ferricola* encontradas no Maciço do Urucum (CNCflora, 2012).

Nessa imensa planície de áreas úmidas, constituída de grandes latifúndios e algumas comunidades tradicionais, as atividades econômicas predominantes são a pecuária, a pesca e o turismo. A pecuária se desenvolveu com a colonização há 200 anos com a introdução do gado na região e a atividade se transformou em tradição pantaneira. É o segmento mais importante com 65%, da atividade econômica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que possui um rebanho de aproximadamente 22 milhões de cabeças de gado (EMBRAPA, 2015).

A pesca, segundo a Embrapa Pantanal (s.d.), com recursos cerca de 40 milhões de reais por ano é a segunda maior atividade econômica do Pantanal.

As práticas de ecoturismo vêm ganhando cada vez mais importância na economia local, e a pesca recreativa tornou-se o mais importante atrativo.

As maiores preocupações relacionadas à sustentabilidade do Pantanal relacionam-se com o meio ambiente. Destacam-se entre elas, os desmatamentos e uso de biocidas com a entrada da agricultura, assim como a redução do estoque de peixes, resultante desse desequilíbrio, reforçado pela pesca esportiva e pesca profissional. Além do fator da frequente e constante entrada de turistas, que também vem contribuindo para alteração do modo de vida das populações tradicionais (EMBRAPA, 2006).

O desafio da sustentabilidade do planeta diante da crise global que nos afetam em várias dimensões (cultural, social, econômica, política, ética e ambiental).

[...] A nova condição vivida no mundo passou a exigir da humanidade um comportamento estratégico, para lidar com situações contingentes e ameaçadoras do quadro de vida existente. Esse comportamento requer uma visão holística, da realidade, no sentido de melhor interpretar a atual complexidade estrutural do sistema planetário e nele agir de forma sistêmica (LE BOURLEGAT, 2004, p.1).

Uma das primeiras medidas visando garantir maior sustentabilidade do meio biótico pantaneiro, por iniciativa de organizações não governamentais e universidades em parceria com o governo de Mato Grosso do Sul, ocorreu em 1993. Consistiu na criação da “Estrada-Parque do Pantanal”, com base na visão de corredor ecológico que pudesse servir de “Área Especial de Interesse Turístico”. Na realidade, foi a primeira experiência desse gênero no Brasil (SORIANO, 2006, p.5).

A Estrada-Parque Pantanal é composta por duas estradas estaduais (MS-184 e MS-228). Dela fazem parte duas comunidades: a do Passo das Lontras e do Porto da Manga.

O Porto da Manga, situado à margem esquerda do Rio Paraguai e a 60 quilômetros de Corumbá, emergiu da implantação da casa do Guarda-fios da rede de telégrafos, construída pelo Marechal Rondon entre 1900-1906 e desde 1972 é servido por um atracadouro de concreto de 126 metros destinado a facilitar o embarque de gado, este construído pela Petrobrás e pelos serviços de balsas para travessia de veículos. Tornou-se atrativo turístico, sobretudo pela pescaria. A comunidade ribeirinha, atualmente se constitui de cerca de 383³ habitantes, que tem origens particularmente de Corumbá e Ladário, em função da pesca artesanal e coleta de iscas (RODRIGUES, 2008).

O Passo das Lontras situa-se às margens do rio Miranda, a nove quilômetros do Buraco das Piranhas junto à BR-262. Tem sido considerado um dos pontos de referência para pescadores e ecoturistas da Estrada-Parque Pantanal. A comunidade ribeirinha, ainda que um pouco menor do que a do Porto da Manga, possui em torno de 30 moradias que abrigam cerca de 264⁴ pessoas. Distante 130 quilômetros de Corumbá e 113 quilômetros de Miranda, a comunidade permanece em situação de relativo desamparo, especialmente no acesso à infraestrutura de serviços coletivos básicos.

Nas condições construídas para a atual forma de uso da Estrada-Parque Pantanal (EPP), verifica-se que os empreendimentos e atividades de natureza turística, instalados no território de vida das comunidades tradicionais do Porto da Manga e do Passo das Lontras, partem de iniciativas e interesses especialmente externos a elas. Tais práticas, ao mesmo tempo em que contribuem para reordenar as relações de trabalho dessas coletividades, as expõe no próprio território vivido, a encontros e contatos com pessoas de diversas origens socioculturais.

Supõe-se que as novas dinâmicas socioculturais a que tais coletividades vêm sendo submetidas, se as mesmas se apresentarem vulneráveis, tendem a reduzir as possibilidades de continuarem a reproduzir os padrões tradicionais de vida e os saberes historicamente construídos nas relações mantidas com esse ambiente. Estas, no entanto, são consideradas condições fundamentais para garantir a sustentabilidade e capacidade de autodeterminação dessas coletividades.

A questão que norteou a presente pesquisa foi verificar até que ponto a Estrada-Parque Pantanal e os saberes locais das duas comunidades rurais tradicionais que dela fazem parte têm servido para potencializar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades?

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010

O primeiro capítulo foi dedicado à descrição dos objetivos, justificativa, objeto de pesquisa, métodos e procedimentos metodológicos utilizados. O objetivo do segundo capítulo foi apresentar reflexões a respeito da concepção e estrutura da Estrada-Parque Pantanal no contexto pantaneiro, assim como os impactos socioeconômicos. No capítulo três foram apresentadas as condições de vida e os saberes construídos pelas duas comunidades tradicionais implicadas na Estrada-Parque Pantanal. Por fim, o capítulo quatro voltou-se à discussão dos resultados da pesquisa.

1 METODOLOGIA

O presente capítulo foi organizado para apresentar o objetivo, a justificativa e o objeto da pesquisa, assim como os métodos e procedimentos metodológicos utilizados.

1.1 Objetivo

A Estrada-Parque-Pantanal, enquanto Área Especial de Interesse Turístico, descrita no artigo 2º do Decreto 7.122, de 17 de março de 1993, tem como finalidade promover o desenvolvimento do turismo, preservar o patrimônio cultural, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e com o racional aproveitamento dos recursos naturais.

Assim, o objetivo geral desse estudo foi pesquisar os impactos da estrutura e dinâmica do território abrangido pela Estrada-Parque-Pantanal no contexto pantaneiro, na promoção do desenvolvimento local.

1.2 Objetivos específicos

- a) Avaliar as variáveis que concorreram para o surgimento e concepção da Estrada-Parque Pantanal, buscando compreender as origens históricas de seu traçado, assim como seus impactos ambientais, econômicos e socioculturais, no contexto do Pantanal sul-mato-grossense.
- b) Pesquisar as duas comunidades tradicionais implicadas na Estrada-Parque Pantanal, verificando suas origens e condições de vida, assim como os impactos das práticas turísticas locais na potencialização dos saberes locais e no desenvolvimento local.

1.3 Justificativa

A pesquisa foi realizada no Oeste de Mato Grosso do Sul, no município de Corumbá-MS, na EPP, considerada especial por sua expressiva beleza faunística e florística. O bioma Pantanal, o mais recente do país, é rico em fauna e flora e é a maior área alagada do planeta e considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio da Humanidade.

As estradas estaduais MS-228 e MS-184 foram até 1986 o único acesso rodoviário a Corumbá. Com o prolongamento da rodovia federal BR-262 conectando Corumbá a Campo Grande, as estradas estaduais ficaram obsoletas e servindo basicamente aos proprietários de terras da região para o escoamento da produção.

Em 1993, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul decretou essas estradas estaduais MS-228, MS-184 e as faixas laterais de 300 metros em cada lado da estrada como uma Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), considerando vários fatores, como o aprofundamento na diversificação econômica, estratégica para o desenvolvimento do turismo, seu imenso potencial ecológico, paisagístico, cultural e recreativo; com a finalidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e o racional aproveitamento dos recursos naturais (DECRETO MS nº. 7.122/93).

Fazendo parte da paisagem por estarem inseridas nos limites da AEIT EPP, estão as comunidades do Porto da Manga e o Passo das Lontras.

O Porto da Manga é localizado às margens do rio Paraguai e caracterizado historicamente pela presença da estação de telégrafos, erguida pelo Marechal Rondon e do serviço de travessia veículos por balsas, efetivando a ligação rodoviária. A comunidade de pescadores, sobretudo a de coleta de iscas-vivas, divide suas atividades com turismo de pesca.

O Passo das Lontras, à margem do rio Miranda, há 130 km de Corumbá e 113 km de Miranda, é caracterizado por um aglomerado precário de casas sobre palafitas e pelos empreendimentos de turismo. Possui quatro hotéis que recebem turistas com perfis que diferem quanto aos objetivos, os turistas nacionais, têm a pesca como atrativo, já os estrangeiros optam pelo turismo de contemplação.

As duas comunidades, além de sujeitas as enchentes sazonais do Pantanal, sofrem com o descaso do poder público na oferta de infraestrutura física básica de saneamento, como postos de saúde, água tratada e esgoto.

A degradação do Pantanal é um fator preocupante, pela ameaça em curso, devido a várias causas. Dentre elas, destaca-se a ineficiência de um planejamento ambiental que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais desse importante bioma. Pesquisas da Embrapa Pantanal (2006), apontam o uso desordenado do solo no planalto de entorno, por meio da prática da agropecuária. O Pantanal está sujeito a contaminações por mercúrio e por pesticidas, assim como pela ameaça da implementação de lavouras e pastagens sem considerar a aptidão das terras e o seu adequado manejo. A erosão nas bordas resulta em assoreamento dos rios, com repercussões negativas ao ambiente como um todo.

Somado a isso, a ocupação inadequada do território da EPP, também tem se constituído ameaça ambiental frequente. Em um estudo sobre a Avaliação dos Impactos Ambientais no Passo das Lontras, realizado em 2015, no qual avalia o impacto da ocupação humana desordenada, foram listados 54 itens de impactos na região, sendo que:

Após o diagnóstico ambiental da área do Passo do Lontra, análise dos impactos listados e as conclusões apresentadas, recomenda-se que seja definida uma política para orientar a continuidade do desenvolvimento da região, de forma sustentável e que garanta seu potencial turístico. A solução dos problemas levantados através do diagnóstico realizado, necessita do envolvimento e da participação de todos os segmentos presentes na região: Poder público federal, estadual, municipal e, a comunidade local (SAMPAIO *et al* 2015, p.28).

Sofrendo as pressões socioeconômicas e ambientais, a comunidade é ignorada pelos gestores públicos. Os ribeirinhos com seu modo de vida e saberes locais, vão sobrevivendo de políticas compensatórias como o seguro-defeso⁵ na época da piracema⁶ e dos recursos da natureza, empregando o conhecimento adquirido no local nas atividades de subsistência, assim como no setor do turismo, atuando como guia de pesca, piloteiros e outras atividades relativas.

1.4 Objeto da pesquisa

A pesquisa tem como objeto de estudo a EPP como indutora de desenvolvimento local e as territorialidades das comunidades tradicionais de Porto da Manga e Passo das Lontras construídas no processo de uso do território por meio de práticas do turismo e da pesca.

1.5 Natureza da pesquisa: exploratória

A pesquisa é de natureza exploratória, pois além de uma exploração sobre os dados secundários da pesquisa, foram criados procedimentos para uma imersão do pesquisador nas duas realidades objeto de pesquisa, a fim de se familiarizar e registrar informações a respeito

⁵ Benefício pago aos pescadores profissionais durante a piracema. Esse benefício é dividido em quatro parcelas no valor de um salário mínimo.

⁶ Movimento migratório de peixes no sentido das nascentes dos rios, com fins de reprodução.

dela e, ao mesmo tempo buscando dialogar com os sujeitos da pesquisa, na obtenção dos dados alvo. A pesquisa exploratória, conforme já apontaram Cervo & Silva (2007), constitui aquela que estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa, com a finalidade de oferecer informações a respeito do objeto pesquisado. Gonçalves (2014) acrescenta que esse tipo de pesquisa tem como finalidade a descoberta e elucidação de alguns fenômenos, favorecendo explicação para aqueles que ainda não pareciam evidentes.

1.6 Método de pesquisa: dialógico-vivencial

Identificado o problema, a pesquisa tomou como base, metodologias que permitem imergir nas duas realidades-problema, de modo a se colocar num diálogo com os atores locais, para melhor compreender essa realidade num processo de análise crítica mediante apoio das categorias teóricas selecionadas.

O método dialógico, originado da maiêutica de Sócrates, parte do princípio que o pesquisador ainda detém um falso saber a respeito do objeto de seu conhecimento. A finalidade é desconstruir esse falso saber para tentar reconstruí-lo no diálogo com os sujeitos da pesquisa. Na presente pesquisa, procurou-se seguir, particularmente, o método dialógico-vivencial proposto por Gois (2005). Trata-se de um método de investigação por meio da qual o pesquisador busca trazer contribuições para futuras transformações de realidades vividas coletivamente, dotando seus integrantes de maior autonomia para esse fim. Esse método supõe um processo de análise que exige certa vivência do pesquisador junto à realidade das comunidades. Ele procura não só apreender os significados e sentimentos dos sujeitos que vivenciam a realidade e que estão na base das dinâmicas vividas no cotidiano, como também observar as situações concretas e existenciais, tanto por meio de observação participante, como do diálogo com os sujeitos da pesquisa, antes de refletir a respeito dessa realidade.

Nesse processo, buscou-se detectar os saberes construídos potenciais, assim como os limites apresentados por essas comunidades, no sentido de deflagrar processos endógenos de desenvolvimento territorial sustentável.

Realizado de forma dialógica- vivencial, ou seja, mediante imersão do pesquisador na realidade dos sujeitos pesquisados, partiu-se do princípio que, tanto o pesquisador como o pesquisado são sujeitos da pesquisa, no contexto vivenciado pela comunidade. Ambos, pesquisador e pesquisado, partem da reconstrução dos saberes construídos e da situação experimentada pelos atores na realidade presente, para avançar em direção das aspirações

coletivas, na superação dos principais problemas vivenciados, portanto em um processo dialógico e de análise integrada.

1.7 Método de abordagem: sistêmico

O método de abordagem é sistêmico, pois olha para o território de vida e de prática de cada comunidade tradicional como um sistema territorial. Desse modo, cada comunidade é abordada como uma unidade integrada e multidimensional (cultural, social, econômica, política, ambiente natural), sendo interpretada no contexto de relações de territórios constituídos em escalas mais amplas, seja a Estrada-Parque e o Pantanal. Nessa pesquisa, dá-se realce à atividade turística, vista como uma das dimensões (sistema de turismo) prevalentes.

As potencialidades a serem reveladas na relação entre pesquisador e pesquisados são vistas como possibilidades a serem fortalecidas nesse mundo de relações, para serem potencializadas como “campo de forças”, capazes de deflagrar o processo de desenvolvimento local de forma sustentável e em acordo às aspirações coletivas. Nesse processo sistêmico, a perspectiva é a de que os saberes locais se fortaleçam, ao mesmo tempo em que evoluem nas trocas estabelecidas com os saberes de diversas culturas externas, sem perda de identidade e autonomia na tomada de decisões sobre a sustentabilidade de seu futuro.

1.8 Metodologia: procedimentos da pesquisa

Os principais procedimentos metodológicos previstos para a pesquisa foram:

1.8.1 Revisão bibliográfica

Realizar inicialmente revisão bibliográfica a respeito dos elementos que integram o tema e o objeto pesquisado da pesquisa, de modo a selecionar as principais teorias e categorias conceituais que possam apoiar a elaboração dos instrumentos de pesquisa. A revisão bibliográfica continua ao longo da pesquisa no apoio à análise crítica dos dados a serem obtidos.

1.8.2 Fontes secundárias

Consiste no levantamento de fontes documentais, estatísticas e de imagens que possam oferecer suporte na identificação dos vários aspectos da realidade do objeto de pesquisa, estudados por outros pesquisadores ou avaliados por instituições reconhecidas. Incluem-se entre eles, artigos científicos, dissertações e teses, projetos técnicos, entre outros. Os dados obtidos servem como pontos conhecidos que ajudam na formulação das questões iniciais da pesquisa junto aos atores com quem se pretende manter o diálogo para se chegar a pontos desconhecidos.

1.8.3 Fontes primárias

Os dados nesse caso, são obtidos basicamente por meio de duas fontes: (1) observação participante; (2) Escuta dos atores locais.

(1) *Observação participante* - consiste na inserção direta na realidade de cada sistema territorial das comunidades que servem do objeto de pesquisa. Esse procedimento deve permitir observação direta, visando conhecimento e o registro por áudio e fotos dos seus agentes, das paisagens, do cotidiano vivido nas comunidades, nos empreendimentos turísticos e no que se refere ao objeto de estudo.

As visitas à Estrada-Parque Pantanal vinham ocorrendo desde 2000 e até 2013, antes mesmo de iniciar essa pesquisa. Inicialmente, foram realizados visitas técnicas mensais com objetivo de colher dados sobre a avifauna da região do Passo das Lontras para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação em Biologia, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A partir desse trabalho, foi elaborado e publicado um Guia de Identificação de Aves da Região do Passo da Lontra⁷, além de outra edição sobre as aves da região, intitulado Pantanal, Aves & Cores⁸.

A atual pesquisa de natureza exploratória e de abordagem sistêmica conduziu a novas e várias incursões à EPP, incluindo as comunidades do Porto da Manga e ao Passo das Lontras. Por meio de uma observação participante, visando maior familiaridade com a realidade vivida pelos integrantes dessa comunidades, buscou-se proceder à escuta desse sujeitos, de modo que pudessem expressar suas percepções, com base na vivencia e cultura construídas. Foi questionada ainda a relação com os turistas e os problemas suscitados,

⁷ Oliveira, Marcelo Silva, Aves Pantanal Sul; guia fotográfico do Passo do Lontra / Marcelo Silva de Oliveira; Thauan Kill Thomaz – Campo Grande; Gráfica Alvorada e Editora Alvorada, 2014.

⁸ Oliveira, Marcelo Silva, Pantanal Aves & Cores / Marcelo Silva de Oliveira; Thauan Kill Thomaz – Campo Grande; Gráfica Alvorada e Editora Alvorada, 2014.

inclusive com assuntos não pertinentes a pesquisa em questão, mas que subsidiavam os relatos.

As narrativas mostram-se muito úteis em estudos de abordagem qualitativa, uma vez que a narratividade é uma forma artesanal de comunicação cujo objetivo é veicular conteúdos a partir dos quais as experiências subjetivas podem ser transmitidas (MUYLAERT, GALLO e REIS, 2014, p.193).

(2) *Escuta sistematizada dos atores* – foi realizada com apoio de entrevistas abertas e semiestruturadas.

A. Entrevista aberta – envolve o diálogo do pesquisador com o sujeito da pesquisa aplicada a um número seletivo de pessoas, indicadas na própria comunidade, capazes de ajudar a recompor a formação socioeconômica e cultural do lugar. Aliado às entrevistas abertas, foram gravados áudios dos moradores mais antigos das comunidades. Foram ouvidos também empresários de empreendimentos turísticos e representantes das associações de moradores das duas comunidades, além Presidente do Conselho Gestor da Estrada-Parque Pantanal.

B. Entrevista semiestruturada – implica o diálogo com o pesquisado, mas mediante apoio de um roteiro previamente estabelecido de aspectos do interesse dos fenômenos que se pretende priorizar na pesquisa.

As categorias de análise foram previamente estabelecidas com apoio do referencial teórico e fontes documentais: família/formação histórica, contexto vivido/economia, saberes construídos/participação social e Estrada-Parque Pantanal/meio ambiente. Essas categorias desdobraram em:

- (1) Saberes artísticos tradicionais do lugar (danças, músicas, instrumentos, artesanato);
- (2) Saberes a respeito da fauna (nomes locais, características e comportamentos específicos e pitorescos, histórias a respeito entre outros);
- (3) Saberes a respeito da flora (nomes locais, histórias e poesias a respeito, propriedades medicinais, outros usos locais, entre outros),
- (4) Saberes gastronômicos tradicionais (comidas e bebidas típicas e suas receitas);
- (5) Mitos e ritos tradicionais;
- (6) Táticas tradicionais de sobrevivência no lugar, técnicas de construção de moradia, de iluminação (uso do óleo de peixe para lâmpada p. ex.);
- (7) Relações, regras e locais de sociabilidade.

Para o uso desse procedimento, a amostragem dos atores do universo constituído pelas comunidades é de natureza não-probabilística, com seleção realizada de forma intencional, segundo critérios a serem estabelecidos previamente, como, tempo em que vive no local. Neste contexto, foram entrevistadas as vinte pessoas mais antigas nas comunidades.

1.8.4 Organização e interpretação dos dados coletados

Os dados de fontes secundárias permitirão construir uma primeira realidade aparente, objetiva do objeto de pesquisa.

Nas falas dos sujeitos entrevistados, o conhecimento obtido tem como base os sentidos e significados atribuídos por eles a seus saberes em relação ao território e situação vivida. A interpretação desse mundo simbólico a respeito dos saberes locais, construídos historicamente como cultura e como prática, tem como base os fenômenos abordados nas entrevistas semiestruturadas, com apoio do referencial teórico e focalizado nas aspirações coletivas de cada comunidade.

2 ESTRADA-PARQUE PANTANAL: REFLEXÕES A RESPEITO DE SUA CONCEPÇÃO E ESTRUTURA NO CONTEXTO DO PANTANAL

O presente capítulo teve como objetivo apresentar a origem e estrutura da Estrada-Parque Pantanal, no contexto das concepções preservacionistas e conservacionistas e das noções construídas a respeito de estrada-parque no mundo e aquelas vigentes no Brasil, com base referencial teórico e contextual selecionado.

2.1 Unidades de proteção: concepções preservacionistas e conservacionistas

As unidades de proteção tiveram origem no século XIX, em antagonismo às ações da sociedade industrial e partiram de concepções preservacionistas e conservacionistas.

A noção de preservação de determinadas áreas naturais, vistas como unidade de proteção foi esboçada primeiramente pelos norte-americanos, que viam a natureza como um santuário intocável, na qual a permanência humana era incompatível em função de suas ações nocivas. Essa visão da natureza como um éden teria possíveis raízes na religião cristã. Como afirma Diegues (2001), que eram próprios do Cristianismo a “ideia de paraíso terrestre” estas áreas de grande beleza e rigorosamente desabitada. Essa concepção cristã, esse mito do paraíso, marcou os primeiros parques preservacionistas americanos.

Para esse autor, preponderava há longo tempo no país um “conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado e os campos de cultivo, como os únicos que tinham valor” (DIEGUES, 2001, p.23). Com base nessa concepção, inicialmente, as áreas da natureza mais valorizadas eram aquelas consideradas de grande beleza estética, cujos impactos cênicos ajudavam a aliviara as tensões da sociedade moderna.

Baseada nessa concepção foi criado o Parque Nacional de Yellowstone em 1 de março de 1872. Diegues (2001) aponta a importação do modelo preservacionista dos países industrializados como mito da natureza intocada, sob forma de uma área virgem incompatível com a presença humana.

É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas (DIEGUES, 2001, p.27).

Porém, deste modo, áreas importantes também para a biodiversidade, mas não tão belas, não eram usualmente definidas como áreas de interesse para a preservação da natureza.

A noção conservacionista surgiu mais tarde, baseada em princípios de sustentabilidade, permitindo a presença e ações humanas. Seus defensores consideraram a possibilidade de conservar a natureza, mesmo ao se explorar seus elementos como recursos, desde que se desse de forma racional. Isso significava obedecer a três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2001, p.29).

Em realidade, o uso dos elementos e serviços da natureza devem beneficiar uma coletividade presente, sem prejudicar gerações futuras.

A Eco-92⁹, realizada no Rio de Janeiro, foi um marco para a conservação mundial. A partir dela o tema meio ambiente passou a ser incluído nas agendas de administração pública em todo mundo. Leite (2011) relata a importância e a necessidade das nações adotarem planos em prol a causa ambiental “Dentre as estratégias de conservação da natureza apontadas na Rio-92, se destacam a criação, implantação e gestão de UCs privadas e públicas” (LEITE, M.S., 2011, p.16).

No Brasil, a primeira unidade de conservação foi criada em 1937: o Parque Nacional de Itatiaia (SORIANO, 2006). Através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), visando estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, tem vários objetivos, relativos à promoção do desenvolvimento sustentável, à educação e interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza, ao turismo ecológico, à promoção de meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental. Visa também à recuperação dos sistemas degradados, à proteção das espécies, das paisagens e dos recursos naturais e proteção aos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente¹⁰.

Em 2006, através do Decreto nº 5.758, de 13 de abril, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) dispõe sobre as categorias de unidades de conservação, dividindo-

⁹ Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

¹⁰ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

as em dois grupos distintos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Nas Unidades de Proteção Integral, não se admitem a presença humana. São elas: (1) Estação Ecológica; (2) Reserva Biológica; (3) Parque Nacional; (4) Monumento Natural; (5) Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de conservação do nosso sistema de proteção que permite a permanência humana e o uso sustentável dos recursos são as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, composta por: (1) Área de Proteção Ambiental; (2) Área de Relevante Interesse Ecológico; (3) Floresta Nacional; (4) Reserva Extrativista; (5) Reserva de Fauna; (6) Reserva de Desenvolvimento Sustentável; (7) Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Composta dessa maneira diversificada, a unidade de conservação visa atender aos diferentes ecossistemas, nas variadas regiões brasileiras, tornando assim um instrumento mais eficaz de gerenciamento, administração e manejo. Representado pelas esferas estatais, tal instrumento possibilita estratégias que assegure a preservação da biodiversidade e o uso sustentável do meio ambiente, gerando renda e melhorando a qualidade de vida local e ao país.

Atualmente, qualquer entidade civil pode propor ao poder público a proteção de uma área em forma de UC. Para não causar conflitos com populações residentes na área ou vizinhas, são exigidos diversos levantamentos e estudos que vão desde levantamentos da fauna e flora, levantamentos físicos, situação fundiária, à estudos socioeconômicos. De posse desse material o órgão responsável junto ao do Meio Ambiente faz os estudos técnicos, assim como é feita uma consulta pública com a comunidade com o objetivo de informar e consultar a população local e do entorno para que todos possam saber e opinar sobre a criação da UC. Após a consulta pública, é dado o parecer sobre a criação ou não da UC (LEITE, M.S., 2011).

O Ministério do Meio Ambiente (2011) em termos quantitativos, segundo os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, é mantido e gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), as UCs criadas e administradas pelo governo federal e governos estaduais, somam 698 unidades, enquanto as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) outras 973. Juntas, essas unidades estão distribuídas por todos os biomas do Brasil e recobrem aproximadamente 15% do território nacional.

2.2 Estrada-parque: origens do conceito

A Estrada-Parque mais antiga e projetada para tal fim é a *Blue Ridge Parkway*, que conecta dois grandes parques da América do Norte, o *Great Smoky Mountains*

National Park e o *Shenandoah National Park*, entre os estados de Carolina do Norte e Virginia. Concebida em 1935 com a intenção de, além de proteger a beleza cênica, ser uma frente de trabalho (SORIANO, 2011).

Nesse período, os EUA atravessava a grande crise econômica, que culminou com a queda da bolsa de Nova York, em 1929. Para aquecer a economia americana, o então do Presidente, Franklin Roosevelt, lançou um programa, o *New Deal* (Novo Acordo) entre 1933 e 1937, em que tinha a construção civil como um importante papel na geração de empregos à população em especial às famílias das montanhas (TIAGOR e PIRES, 2010).

Nesse novo contexto, o governo passou a recrutar jovens para a construção da *Blue Ridge Parkway*, originários de famílias, cujo empobrecimento tinha sido agravado pela crise. A remuneração era de 25 dólares por mês, sendo obrigatório enviar 20 dólares à família. Além de construírem estradas, trilhas e infraestrutura e ajudarem a família, esses jovens eram alimentados e treinados militarmente. Tratava-se de “*win-win situation*”¹¹.

A República Dominicana passou a utilizar a mesma estratégia, a fim de combater a pobreza, o turismo sustentável como uma alternativa de criar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, além de proteger a natureza e os recursos naturais.

La República Dominicana incluyó las carreteras en su Informe de Estrategias para Reducir la Pobreza, priorizando el desarrollo sustentable que las carreteras pueden impulsar. El informe fue preparado por los equipos del Banco Mundial y el FMI (Fondo Monetario Internacional, 2006: 48) y presenta las directrices de República Dominicana para el año 2010 atribuyendo un valor considerable al desarrollo sustentable del turismo, con la visión de que: El turismo sustentable enriquece la vida de todos los ciudadanos por medio de la creación de oportunidades económicas, sociales y culturales, protegiendo los recursos naturales y escénico y las herencias culturales del país, nutriendo el compromiso de la comunidad con el turismo a nivel sustentable por medio de la creación de carreras para la población joven de República Dominicana (OLIVEIRA e TRICÁRICO, 2012, p. 466).

A *Blue Ridge Parkway* foi a primeira Estrada-Parque do mundo a ser criada. Constituiu uma das seis unidades existentes no Sistema de Unidades de Conservação Americano, *National Park Service* (SORIANO, 2006). O Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, criado em 1916, chegou a ocupar 34 milhões de hectares no país e contou, em 2007, com mais de 227 milhões de visitas nos seus mais de 400 parques¹².

¹¹ Usado para descrever situações em que todos ganham.

¹² Departamento de estado dos EUA / julho de 2008/Volume 13 / número 7.

Os parques nacionais foram dotados de grande prestígio, chegando-se a ter suas representações cunhadas em moedas norte-americanas, durante o governo do Presidente Roosevelt. Na moeda de $\frac{1}{4}$ de dólar (figura 2), por exemplo, foi cunhada a figura de George Washington e no verso a *Blue Ridge Parkway*.

Não há nada tão americano quanto nossos parques nacionais. A paisagem e a vida selvagem são nativas. A ideia fundamental por trás dos parques é nativa. Em resumo, este país é do povo. Franklin Delano Roosevelt.

Figura 2 - Moeda de 25 cents, cunhada com tema *Blue Ridge Parkway*



Fonte: [www. http://colnect.com.br.](http://colnect.com.br)

Conde (2007) relata a experiência americana com o programa *Scenic Byways Program*¹³, que já financiou cerca de 1500 projetos em 48 estados diferentes, entre Estradas Cênicas e as *All-American Roads*. Estas são classificadas de acordo com o reconhecimento de um ou mais destaques, sejam arqueológicos, culturais, históricos, naturais, de recreação ou cênicos.

O conceito de Estrada Parque (estrada ecológica, estrada panorâmica, estrada cênica, estrada verde ou estrada ambiental) vem da terminologia “*parkway*”, criada por Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted no século XIX (FORMAN, 1986) para definir um tipo de estrada segregada para pedestres, bicicletas, cavalos e carruagens, com a intenção de contemplação da paisagem, de acordo com Giordano (2004) e Friedrich (2007). De acordo com a *National Scenic Byways Program*, as estradas parques são estradas caracterizadas pelos seus aspectos singulares em termos arqueológicos, culturais e históricos, além de possuírem áreas naturais e de recreação com um alto potencial cênico (XIMENES, 2013, p.51).

¹³ NATIONAL SCENIC BYWAYS PROGRAM – Programa Americano criado em 1991 com a intenção de destacar uma coleção distinta de estradas cênicas com suas histórias e lugares interessantes

As estradas-parque, até então, prezam a beleza cênica, o panorama visto a partir dela. Foi concebida nesse primeiro momento para garantir a beleza cênica da paisagem, portanto, numa concepção mais preservacionista.

2.3 Estradas-parque no Brasil e suas diferentes definições

O termo “Estrada-Parque” causa muita divergência a respeito de sua definição, e em decorrência, também sobre suas atribuições e formas de manejo. Vários autores e entidades e órgãos estatais dão tons diferenciados ao conceituar Estrada-Parque. Soriano (2006) ao propor a definição¹⁴ faz uma ampla e profunda pesquisa sobre o tema no Brasil, EUA e Canadá.

A inexistência de regras a respeito do que efetivamente consiste uma Estrada-Parque é desfavorável à sua proteção e a conservação do meio ambiente, porque pode vir a ser interpretada de maneira desfavorável ao ecossistema, devido a interesses que venham na contramão dos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Como já descrito acima, existem diferentes tipos de UCs¹⁵ e vários níveis de restrição quanto à forma de manejo e uso dos recursos, sejam naturais ou socioculturais. O SNUC¹⁶ foi instituído com objetivo de fornecer diretrizes e normas visando à modernização da gestão e do manejo das áreas protegidas no Brasil.

A Lei Nº 9.985 de 2000, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), não prevê as estradas-parque como categoria. Mas algumas legislações estaduais as incluem, como no caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por isso, embora o normal para uma estrada-parque é ser criada por dispositivo legal, conjuntamente com as áreas naturais que a guarnecem, existem estradas-parque que não seguem essa regra, entre elas a Estrada-Parque Ilhéus-Itacaré, no Sul da Bahia. Esta estrada-parque baiana é *sui generis*, no sentido de que, embora a estrada tenha sido construída respeitando princípios aceitáveis numa estrada-parque, é independente das duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) longitudinais que a acompanham. As APAs têm nome próprio e são independentes da estrada-parque no tocante à gestão. Essa estrada-parque tampouco tem, pelo mesmo motivo, um plano de manejo conjunto com as APAs (elas sim, têm planos de manejo), nem pedágio ou, menos ainda, a sinalização correspondente a uma verdadeira unidade de conservação (DOUROJEANNI, 2003, p.2).

¹⁴ Afranio José Soares Soriano em Tese de Doutorado, apresentada nas referências.

¹⁵ É a denominação às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I).

¹⁶ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

As Unidades de Conservação Nacional são classificadas em áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável. Dentro das categorias de áreas de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) é a categoria de proteção que mais se adequa as estrada-parques por compatibilizar o desenvolvimento sustentável com a conservação ambiental. Dourojeanni (2003) afirma que esse tipo de unidade de conservação impõe uma aplicação mais severa de restrições legais, portanto uma proteção maior na paisagem e na fauna, no caso da EPP, além de não implicar a posse da terra pelo governo estadual.

Sobre as definições das Estradas-Parque brasileiras, Soriano (2011) demonstra como autores e entidades de governo conceituam as estradas-parque.

Quadro 1 - Definições institucionais de SEUCs em diversos estados do Brasil

UF	Definição - SEUCs
RS	Estrada-Parque - Parques lineares, sob administração pública, de alto valor panorâmico, cultural, educativo e recreativo. As margens, em dimensões variáveis, são mantidas em estado natural ou seminatural, não sendo necessária à desapropriação, mas somente, o estabelecimento de normas quanto ao limite de velocidade, pavimentação, sinalização e faixa a ser protegida
MT	Art. 21 – As Estradas-parque serão criadas em áreas de domínio público ou privado, compreendendo as rodovias e suas margens de alto valor panorâmico, cultural e recreativo.
TO	Art. 27 – A Estrada-parque é instituída compreendendo o leito de parte ou totalidade da estrada e as faixas de domínio de notável valor panorâmico, cultural ou recreativo. \$1º. A administração da Estrada-parque é realizada em conjunto com os órgãos de transporte e meio ambiente. \$2º. O poder público incentiva o turismo sustentável e a educação ambiental ao longo das Estradas-parque.
AM	Art. 23 – A Estrada Parque pode abranger áreas de domínio público ou privado em sua criação, e compreenderá o leito de parte ou totalidade de uma estrada, as faixas de servidão administrativa de notável valor panorâmico, cultural ou recreativo, ou de importância para a preservação dos seres vivos, e pressupõe: I – expressiva beleza cênica, florísticas e importância faunística; II – ocorrência ou perspectiva de expressivo fluxo de turistas e visitantes; III – existência de alguma infraestrutura e a possibilidade de implementação de melhorias. (4 de junho de 2007).

Fonte: Soriano, 2011.

Quadro 2 - Outras definições existentes no Brasil

Publicação		Conceito - Definição
1	Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil: II Etapa. Brasília, 1982.	É um Parque linear que compreende a totalidade ou parte de rodovias de alto valor panorâmico, cultural ou recreativo. Os limites são estabelecidos de tal modo que incluam as terras adjacentes a ambos os lados da rodovia, com o fim de atender a proteção da integridade panorâmica, dos recursos conexos e das atividades de recreação e educação.

2	SILVA, L. L. Ecologia: manejo de áreas silvestres. Santa Maria, RS, 1996.	É um Parque linear de alto valor educativo, cultural, recreativo e panorâmico que protege faixas de terra ao longo de trechos ou a totalidade de caminhos, estradas ou vias de acesso, e cujos limites são estabelecidos com vistas à proteção de suas características e mantidos em estado natural ou seminatural, evitando-se obras que desfigurem o meio ambiente.
3	BARROS, L. A. Vocabulário enciclopédico das Unidades de Conservação do Brasil. São Paulo, SP, 2000.	Categoria de manejo cujo objetivo principal é proteger, em parte ou no todo, rodovias com margens de grande beleza paisagística natural, seminatural ou cultural. [...] As áreas adjacentes a esses parques lineares podem ser de domínio público ou privadas.
4	FUNDAÇÃO S.O.S. MATAATLAN TICA. Estrada parque: conceito, experiências e contribuições. São Paulo, 2004.	Estrada Parque é um Museu Permanente de Percurso que atravessa Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, implantado com o objetivo de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável da região, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental, de lazer e culturais.

Fonte: Soriano, 2011.

A partir dessas variações conceituais pela comunidade científica, acadêmica e gestores de políticas públicas, principalmente as que tratam de Meio Ambiente e Turismo, o Governo Federal estabeleceu critérios e procedimentos administrativos referentes aos processos de implantação de Estradas-Parques, através da Portaria Interministerial nº 282, de 16 de setembro de 2008.

Ainda que a Portaria 282 normatize a implantação de Estradas-Parques, é preciso que se aprofunde na questão sobre a tipologia das mesmas, haja visto a variedade de situações: regionais, ambientais, culturais, etc.

Em “Estradas-Parque: Unidades de Conservação ou apenas estradas em áreas protegidas ou de beleza cênica”¹⁷, Soriano (2006) a caracteriza como uma área de conservação de grande beleza cênica a serem protegidas, destinadas à recreação e lazer, assim como também promover o desenvolvimento sustentável e a integração homem-natureza.

Ainda o autor, propõe quatro categorias com características e objetivos distintos, visando principalmente o manejo e estratégias de uso. São elas: (1) Estrada-parque. Paisagem

¹⁷ Afranio Jose Soares Soriano- Gemap/UEMS – Aquidauana/MS Grupo Estudos em Manejo de Áreas Protegidas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Protegida, estrada como Unidade de Conservação; (2) Estrada Ecológica. Localizada em um parque ou no entorno deste; (3) Estrada Eco Turística ou Turística; (4) Estrada Cênica.

O tema das estradas-parque não é novo no Brasil, tendo sido discutido desde os anos 1970s, na ocasião do Primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Ainda que nenhuma estrada-parque federal tenha sido estabelecida, existem já algumas estradas-parque estaduais, principalmente no Pantanal. Também existem estradas chamadas “estrada parque” embora, na realidade, não reúnam nenhuma característica que mereça esse título. O caso mais patético é o da “Estrada-Parque Estrutural”, no Distrito Federal, que só oferece vista sobre enormes favelas e bairros industriais (DOUROJEANNI, M.J., 2003, p.2).

Impulsionadas pelos atrativos turísticos, sejam pelas belezas cênicas, históricas ou ambientais as estradas-parques são importantes para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, para a preservação ambiental, para a valorização de culturas e para o empoderamento de comunidades e empreendimentos turísticos, a fim de que os critérios de implantação sejam adequados à realidade de cada região.

No Brasil, há 11 estradas-parque, destas, poucas possuem Conselho Gestor e apenas uma faz parte do SNUC por ser uma APA¹⁸ denominada Estrada-Parque Piraputanga e não por estar apenas inserida em área de proteção ambiental.

As APA's por compatibilizar o desenvolvimento sustentável com o bem-estar das populações urbanas é a unidade de conservação que mais se adequa ao modelo das estradas-parque.

A gestão das APA pressupõe ampla participação pública, pois deve-se constituir um conselho consultivo, a ser presidido pelo órgão responsável por sua administração e composto por representantes dos órgãos públicos, de organizações representativas da sociedade civil e da população residente local, conforme o disposto em regulamento e no ato de criação da unidade. Trata-se de uma categoria de Unidade de Conservação mais flexível, em que usos múltiplos podem ser estabelecidos, variando desde a estrita conservação até a plena execução de atividades econômicas, desde que autorizadas na legislação em vigor. (Fundação S.O.S. Mata Atlântica, São Paulo – 2004).

Portanto, conforme alertou Soriano (2011), a indefinição dessa categoria de unidade de conservação no Brasil por não ser incluída na Lei no 9.985/2000 que criou Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem dificultado sua utilização na conservação ambiental.

¹⁸ Área de Proteção Ambiental

2.3.1 Estrada-Parque Pantanal: origem do traçado

Terminada a Guerra do Paraguai em 1870, o governo brasileiro sentiu a necessidade de interligar as regiões mais isoladas da nação. O Rio Grande do Sul, oeste Paranaense e Mato Grosso precisavam se integrar com o resto do país, e coube ao exercito esta missão. Estradas de ferro e linhas de telégrafo começaram a ser implantadas, a princípio, no sul do país, ainda sob o domínio do Império. Com a proclamação da república em 1889, foi ampliado o projeto de integração, em 1900 foi criada pelo Ministério da Guerra a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso “Ao longo de seis anos, entre 1900 e 1906, construíram 1.667 quilômetros de linhas telegráficas, e ergueram 16 casas para abrigar as Estações. A grandiosidade do trabalho está no fato de quase todo ele ter sido feito em uma área pantanal de difícil acesso”.¹⁹.

O traçado da EPP não surgiu e não seguiu os picadões de até 40 metros de largura, feitos pelo Marechal Cândido Rondon entre 1900 e 1906, por ocasião da instalação da linha de telégrafos para conectar o país a Corumbá e os países da fronteira, Bolívia e Paraguai. A Figura 3 retrata a abertura dos “picadões” para a instalação da rede de telégrafos, à margem direita do rio Paraguai. Na figura 4, a representação da linha telegráfica instaladas pelo Marechal Rondon no então estado de Mato Grosso.

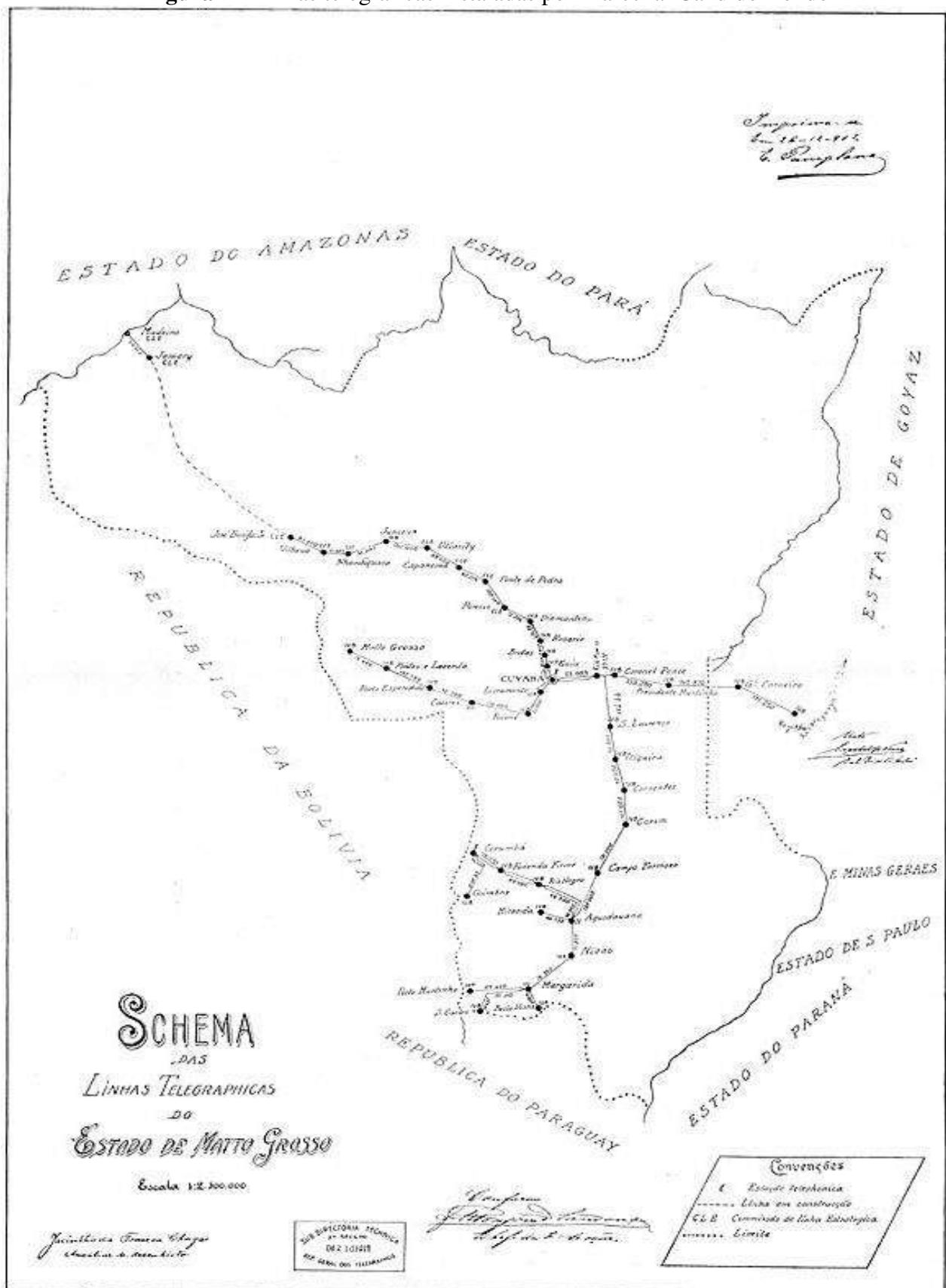
Figura 3 - Picadões abertos na mata pelo Marechal Rondon



Fonte: <http://www.abrafite.com.br/bibliotcae.htm>

¹⁹ Acervo Comissão Rondon <http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon>

Figura 4 - Linhas telegráficas instaladas por Marechal Cândido Rondon



Fonte: <http://www.abrafite.com.br/bibliotcae.htm>

Afirma um dos entrevistados, E01²⁰, o morador mais antigo do Passo das Lontras, que a linha de telégrafo não passava por onde hoje é a EPP, no trecho do Passo das Lontras até o Porto da Manga, em seu relato a linha da rede de telégrafo, passava por outra rota bem distante dali, mas que chegava onde hoje é o Porto da Manga, na Fazenda Firme, e que ainda há, em alguns trechos, “os paus roliços de fincado no meio do mato”.

Ratificando a afirmação acima sobre a não coincidência do traçado da linha Rondon com a EPP (MS-184 e MS-228), segue relato sobre a rota traçada em 1900, pelo segundo entrevistado, E02, pecuarista da região.

Havia uma estação telegráfica na fazenda Santa Rosa e outra na fazenda Firme, antes de alcançar o Porto da Manga, onde até hoje existe o posto telegráfico. Dessa linha mestre saíram alguns ramais... Por exemplo, para fazenda Campo Dora e fazenda Santa Maria. Existem postes e isoladores, mas a fazenda trocou de dono e o atual dono demoliu tudo! Após o Porto da Manga, a linha não seguiu por onde hoje é a estrada. No trecho Passo da Lontra/Porto da Manga ela não coincide em parte nenhuma. No trecho Porto da Manga/Corumbá elas se coincidem em um pequeno trecho da saída do Porto da Manga. A Estrada-Parque foi traçada acompanhando a linha de transmissão de energia... Era preciso uma estrada para fazer a manutenção. Mas a transmissão de energia buscou por partes mais altas e a linha do telégrafo buscou a menor distância. Quem dava a manutenção (roçadas, acero, limpeza) eram os fazendeiros proprietários de cada fazenda em que a linha passava (E02-08/16²¹).

As imagens a seguir (Figura 5), cedidas pelo entrevistado, evidenciam a passagem da linha telegráfica implantada pelo general Rondon na Fazenda Firme.

Figura 5 - Postes de aroeira da linha telegrafo na fazenda Firme



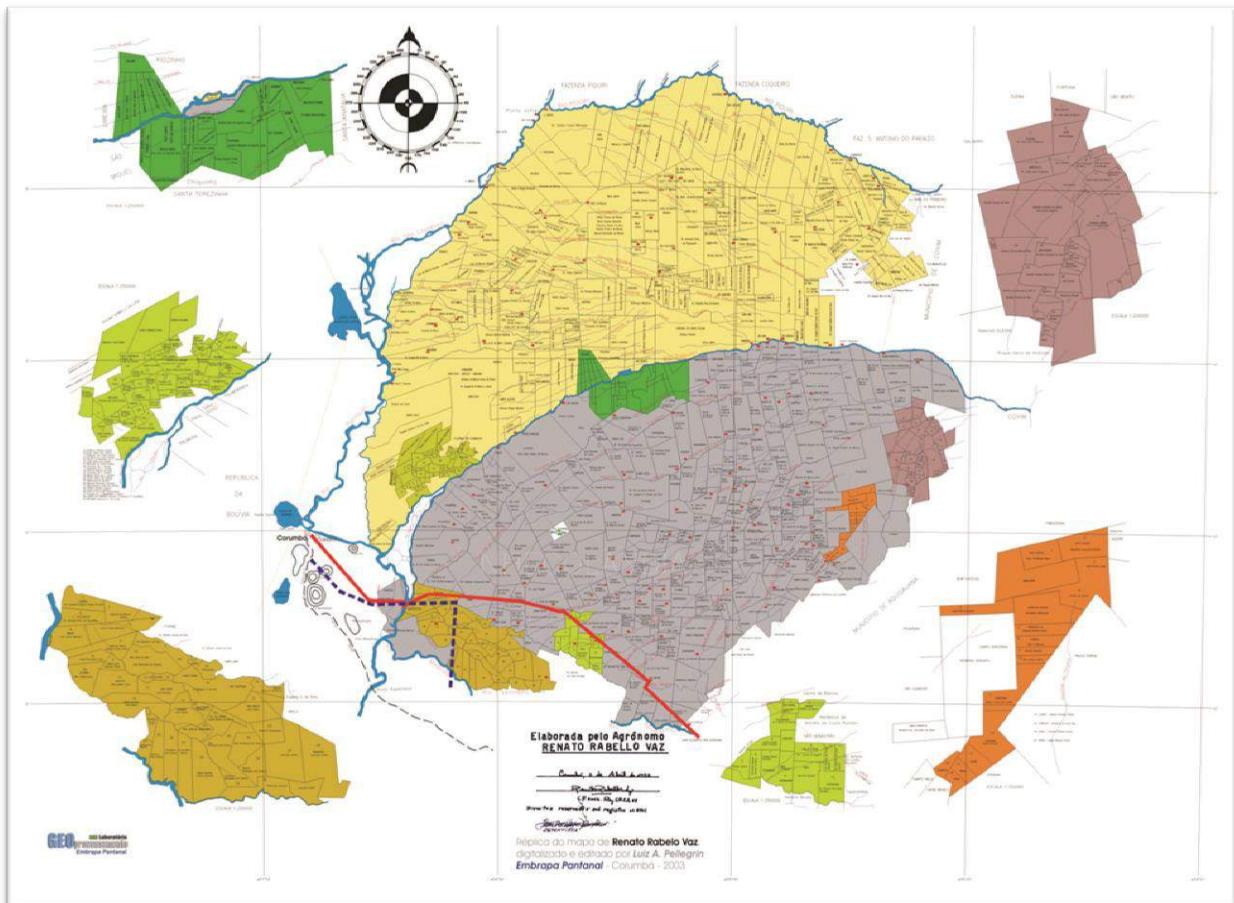
Fonte: acervo de Luiz Otávio Barboza Carneiro

²⁰ E01 – é o código estabelecido para os entrevistados, E01 corresponde a sequencia dos entrevistados, seguido do mês e ano.

²¹ E02 é tataraneto do Barão de Vila Maria, bisneta de Joaquim Eugenio Gomes da Silva, o Nheco, apelido que originou o nome de umas das sub regiões do Pantanal, Nhecolândia.

A instalação da linha de telégrafos, como se pode conferir (Figura 6), de fato, fazia uma rota distinta daquela utilizada pela EPP.

Figura 6 - Visualização da linha de telégrafo em vermelho/contínuo e da EPP em pontilhado/azul.



Fonte: Embrapa-Corumbá MS, edição de sobreposição da informação pelo autor.

Conclui-se, portanto, que o traçado da Estrada-Parque Pantanal (MS-184 e MS-228) remete às rotas originais das estradas boiadeiras e caminhos naturais do pantanal, por onde foi implantada a linha de transmissão de energia elétrica juntamente com a estrada até Corumbá-MS no inicio da década de 70 do século XX, ficando denominada assim a estrada da integração, estrada da Manga ou estrada boiadeira devido à circulação da produção pecuária das fazendas da região. As comitivas pantaneiras da região conduzem o gado, até hoje, de uma fazenda à outra, aos leilões ou aos pontos de embarque. São ainda muito frequentes, principalmente nos períodos de cheias, quando os fazendeiros precisam deslocar o rebanho para áreas mais altas.

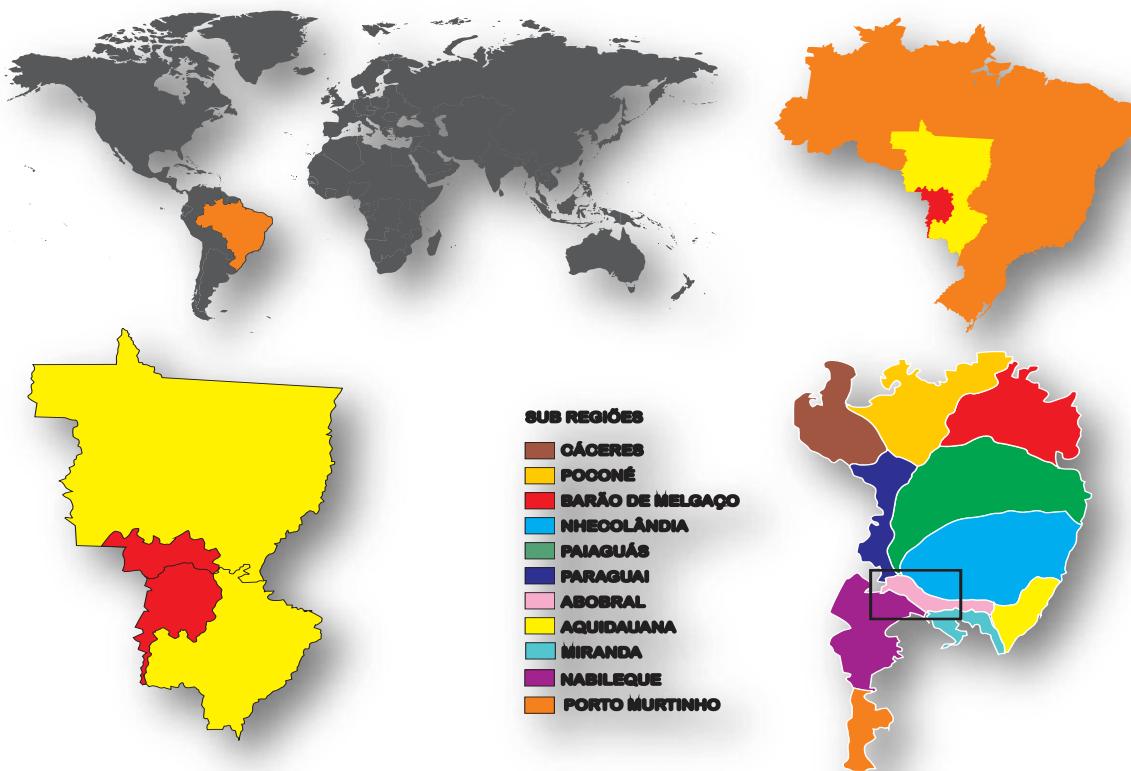
Em 1986, com o término das obras de ampliação da BR-262 até Corumbá-MS, o fluxo que antes era só pelas estradas estaduais MS-184 e a 228, passou a ser feito também pela

rodovia BR-262. Como era pavimentada, não contava com as adversidades apresentadas pelas estradas estaduais, tais como, interdições pelas cheias anuais.

Essas estradas estaduais serviam apenas aos produtores rurais, aos empreendimentos turísticos da região e aos turistas. O governo do Estado de Mato Grosso do Sul, visando criar estratégias para aquecer a economia local, preservar a natureza e fomentar a indústria do turismo, decretou em 1993, o antigo acesso a Corumbá, a estrada da integração, estrada boiadeira ou estrada da manga (MS-184 e MS-228) como Área Especial de Interesse Turístico, denominando Estrada-Parque Pantanal. “[...] o compromisso do Governo do Estado com o futuro determina uma compatibilização de desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e com o racional aproveitamento dos recursos naturais.” (DECRETO Nº 7.122, DE 17 DE MARÇO DE 1993).

Abrangendo três municípios: Miranda, Corumbá e Ladário, a estrada-parque atravessa quatro subpantanais (Miranda, Abobral, Nhecolândia e Paraguai) que, segundo Pott e Adámoli (1999). Apresentando características distintas como solo, altitude, declividade, alternância de períodos de cheias, pelas amplitudes térmicas anuais e por padrões sazonais de precipitação (Figura 7).

Figura 7 – Pantanal, localização e sub-regiões de acordo com SILVA e ABON (1998).

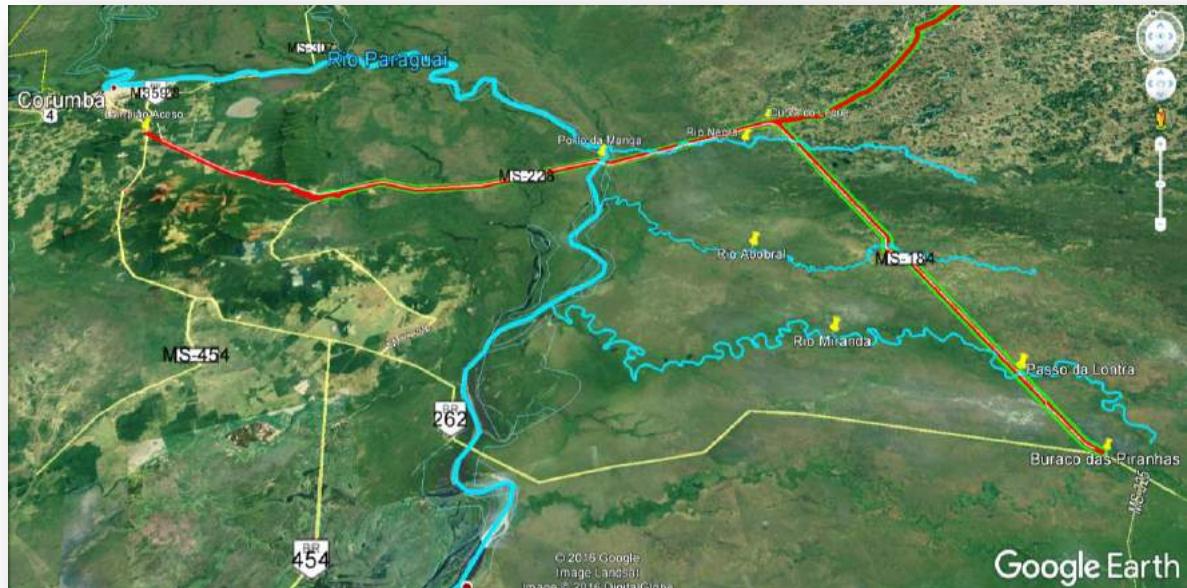


Fonte: Padovani, C.R., 2010, p.59.

Estas diferenças são responsáveis pela variedade de formações vegetais e a heterogeneidade da paisagem. Os sub pantanais que tem influência na EPP são: o Pantanal de Miranda, onde se localiza a comunidade Passo das Lontras, caracterizado pelo regime das águas do rio Miranda e afluentes como o rio Vermelho, Touro Morto e Aquidauana; o Pantanal do Abobral, uma das regiões mais baixas, sendo o primeiro a “pegar água”, composto por campos limpos e capões de mata esparsos; o Pantanal da Nhecolândia, arenoso, rico em baias, bosques, capões, cordilheira e savanas e o Pantanal do Paraguai, que liga as bacias do Prata com a bacia do Amazônica (Silva & Abdon, 1998).

A EPP tem seu início no entroncamento da BR-262 com a MS-184 (figura 8), no local denominado “Buraco das Piranhas”, onde há um posto da polícia ambiental, seguindo até a localidade conhecida como “Curva do Leque”, a partir de então, incorpora a estrada MS-228 do trecho entre a fazenda Alegria passando pelo Porto da Manga, onde a travessia do rio Paraguai é feito por balsa e pela Moraria do Urucum e terminando no Lamião Aceso, um posto fiscal na BR-262.

Figura 8 - Estrada-Parque Pantanal



Fonte: Print Screen editado pelo autor sobre imagens LANDSAT²² (2016).

²² LANDSAT (*Land Remote Sensing Satellite*) é a nomenclatura de um programa de satélites de observação da Terra de origem Norte americana. A série teve início na segunda metade da década de 1960, a partir de um projeto desenvolvido pela Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA), sendo dedicado exclusivamente à observação dos recursos naturais terrestres.

De acordo com o Decreto, a EPP é constituída pelas estradas estaduais MS-184 e MS-228 e suas faixas marginais de 300m na maior parte de sua extensão, o que totaliza 6.800 Km2 (SORIANO, 2006, p. 57). Dos 127 quilômetros de extensão, 90 quilômetros são sob aterros de 1 a 3 metros de altura em relação ao leito natural do Pantanal e 74 pontes de madeira, que dão vazão aos corixos, lagoas e vazantes durante as águas das cheias anuais. Ao longo da EPP existem tradicionais fazendas de gado, além de pousadas, que atraem os turistas, não só em função dos seus atrativos naturais (Figura 9) como a diversidade faunística e também pela pesca nos rios Paraguai e Miranda.

Apesar de não pertencer a uma categoria da Unidade de Conservação prevista na Lei 9.985/00 (SNUC), a Estrada-Parque Pantanal foi criada no intuito de conservar a biodiversidade e promover o ecoturismo no Estado, devido ao seu valor turístico, geológico, arqueológico, ecológico, paisagístico e cultural.

Figura 9 - Safari fotográfico na Estrada-Parque Pantanal



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2015.

2.3.2 Contexto de variáveis econômicas e ambientais que deram origem à EPP

Um conjunto de variáveis de natureza econômica e ambiental concorreu para a iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul criar a EPP no início da década de 90 do século passado.

A economia principal do Pantanal, a criação de gado bovino de corte, desde o final do século XIX, vinha sendo praticada em moldes extensivos, em grandes latifúndios. Há mais de dois séculos, segundo Alho & Lacher (1991, *apud* Harris *et al*, 2011) que a pecuária transformara-se na atividade predominante no Pantanal e que a baixa densidade populacional respondia pela manutenção de uma fauna abundante.

A partir da segunda metade do século passado, conforme afirmaram Ribeiro & Moretti (2014), essa atividade passou a se ressentir de crise, diante dos avanços da modernização do campo, o que favoreceu o reordenamento da economia. Iniciativas relacionadas à prática do turismo de pesca, desde os anos 70 do século XX, passaram a ser bem recebidas como atividade complementar da pecuária (RIBEIRO, VARGAS e ARAÚJO, 2011).

Segundo essas autoras, essas atividades emergiram, particularmente a partir da década de 80, especialmente com a melhoria das condições de infraestrutura de transporte. Pousadas rústicas de administração familiar foram emergindo, com a finalidade de abrigar o turismo de pesca. Já no início de 1990, as iniciativas avançaram em direção da prática do turismo contemplativo. Para Moretti (2000) foi a partir dos anos de 1990 que o ecoturismo, passou de fato a ser considerado alternativa econômica viável.

Acontecimentos de preocupação com a sustentabilidade ambiental ocorreram a partir da década de 70 do século XX e se acirraram nas décadas seguintes, especialmente diante da ameaça da entrada de grandes projetos de destilarias de produção de álcool. Eles ocorriam num contexto de movimento mundial na defesa da sustentabilidade do ambiente, como a Eco 92 que acontecera no Rio de Janeiro.

Na década de 70 do século XX, tinha sido instalado em Corumbá um centro de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Embrapa Pantanal, com o objetivo de propor alternativas e estratégias de desenvolvimento sustentável. No final da década seguinte, algumas ONGs ambientais internacionais, a exemplo da *World Wildlife Fund* (WWF) e *Conservation International* passaram a apoiar o governo em ações de planejamento da conservação ambiental do Pantanal.

Os estudos iniciados por esses organismos apontavam para a proteção dessa enorme planície aluvial que drena as nascentes da bacia do Alto Rio Paraguai, vista como uma das maiores áreas úmidas tropical do planeta. A planície pantaneira, uma depressão tectônica que abriga uma bacia sedimentar recente (Plioceno-Pleistoceno) erguida entre os Andes e a escarpa ocidental do planalto central brasileiro, ainda mantinha de forma relativamente preservada um complexo de vegetação e ambientes aquáticos adaptados aos ciclos de inundação, assim como a rica fauna terrestre e aquática.

O Pantanal passou a ser valorizado especialmente pelo conjunto de serviços ecossistêmicos prestados a essa extensa região, abrangendo três países. Os documentos do projeto de Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai (GEF/ Pantanal Alto Paraguai) e do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), financiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), trouxeram fortes contribuições no melhor conhecimento do complexo do Pantanal e das ameaças que lhes atribuía vulnerabilidade.

Nesse contexto desses eventos e relatórios de grandes projetos para sua sustentabilidade, o Pantanal foi reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988 e como Área Úmida de Importância Internacional pela Convenção Ramsar²³, assinada com o Brasil em 1993. Em 2000, foi reconhecido como Reserva da Biosfera Mundial e Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

A consagração desses títulos também abriu portas para entrada de fundos mundiais de financiamento em prol da conservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento sustentável. Afinal, o Pantanal passou a ser visto como região de grande significância global e vulnerável, portanto, com prioridade para ações planejadas de conservação.

As iniciativas para a criação da Estrada Parque Pantanal emergiram, portanto nesse contexto econômico de crise da pecuária, associada à valorização do turismo de pesca e de contemplação e aos movimentos em prol da conservação do ambiente pantaneiro.

Passado alguns anos de instituída a EPP, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº. 9.938/00 e 10.249/01 criou o conselho gestor da EPP. A formação desse conselho contava com 14 vagas, sete para órgãos públicos, duas para empresários (de gado e turismo), uma para proprietário de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), duas para Universidades e duas para ONGs.

O Conselho reúne vários representantes dos diversos segmentos que atuam na EPP, como empresários do ramo do turismo, da pesca, pecuária e agente de órgãos públicos relacionados ao turismo e ao meio ambiente. É coordenado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

O conselho gestor em sua primeira formação em 2000 não havia nenhum representante das comunidades, nem de isqueiros, piloteiros ou funcionários das pousadas e hotéis, segundo afirma Soriano (2006). Em 2012, o Comitê Gestor foi reorganizado conforme o Decreto

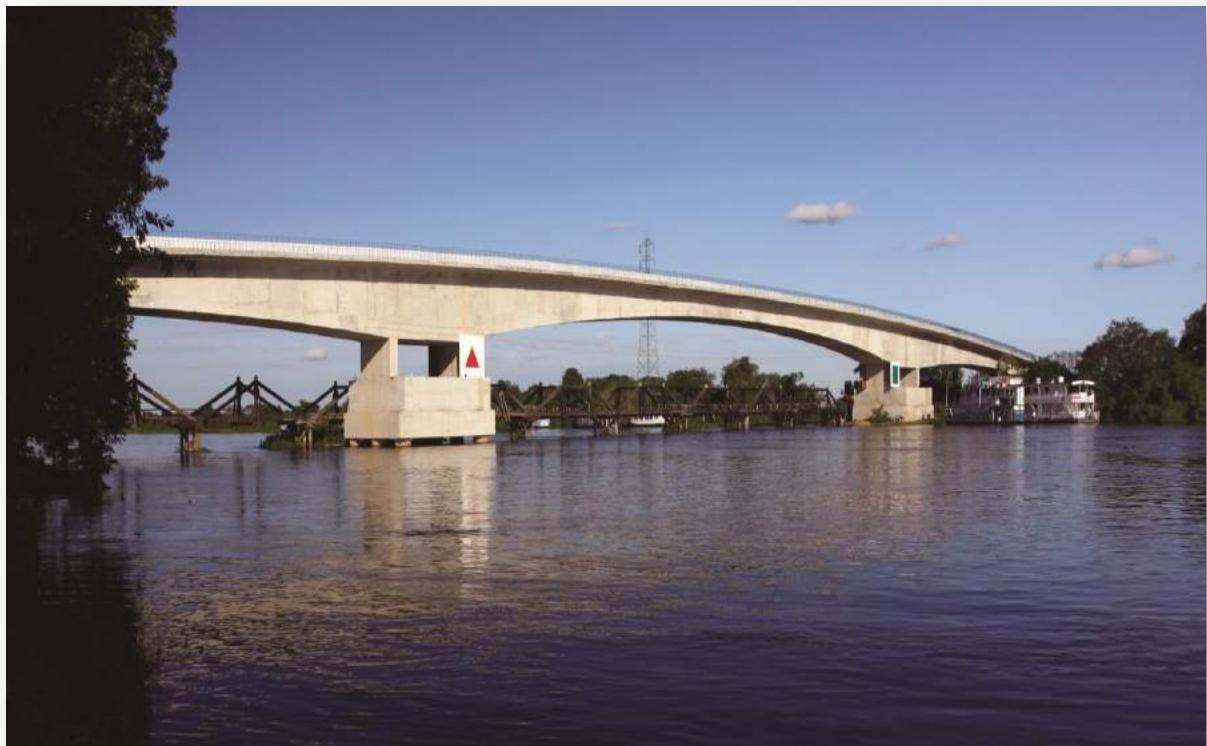
²³ Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente quanto habitat de aves aquáticas, também conhecida como Convenção de Ramsar, por ter sido assinada na cidade Iraniana de Ramsar a 2 de Fevereiro de 1971, entrou em vigor em 1975.

Estadual n º 13.412, agora com 20 vagas, incluindo representantes das comunidades do Passo das Lontras e do Porto da Manga.

Segundo informações do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul- Imasul (2016), Mato Grosso do Sul conta atualmente com 14,90% da superfície de seu território protegida por unidades de conservação e áreas protegidas²⁴. A Gerência de Unidade de Conservação (GUC) tem como objetivo principal criar e gerir unidades de conservação e demais áreas protegidas, consideradas as principais ferramentas de conservação *in situ* da diversidade biológica.

O presidente do Conselho Gestor relatou que, a partir de 2012, a EPP recebeu maior atenção em termos de investimento e manutenção. Somente a ponte de concreto de 240m sob o rio Miranda (Figura 10) custou aos cofres públicos 16,4 milhões de Reais (correio de Corumbá, 2015).

Figura 10 - Ponte Alfredo Zamlutti sobre o rio Miranda.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

²⁴ UNICECO/GUC-IMASUL, em 06/10/2015

Dados da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2016), demonstram que o ecoturismo e a natureza constituem o segundo principal motivo das viagens a lazer dos estrangeiros no Brasil. Mato Grosso do Sul destaca-se dos demais estados do país, como destino ao ecoturismo.

A Estrada Parque Pantanal, reconhecido como o 4º melhor *destino selvagem do mundo* tem a preferência da demanda internacional para o ecoturismo e aventura; em 2015, a visitação de estrangeiros foi de 78,9% do fluxo recebido, com procedência de 28 países, sendo da Holanda a origem de 32% dos turistas, cuja dinâmica de visitação aos destinos brasileiros inclui também Bonito: como procedência, 39,3% já tinham conhecido Bonito; 17,7% vieram da Bolívia; 12,1% de Foz do Iguaçu e 12,0% do Rio de Janeiro. E, como próximo destino: 52,2% vão para Bonito; 15,2% – Rio de Janeiro; 11,0% – Paraty; 10,3% – Bolívia e 10,0% – Foz do Iguaçu. (Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2016).

Para absorver esse fluxo de turistas, algumas fazendas na Estrada-Parque Pantanal, que tinham a pecuária como única atividade, se adequaram para atender à esse novo empreendimento.

Nos últimos anos da década de 1980 as condições da infraestrutura das estradas, do transporte e da comunicação, melhoraram significativamente e os turistas voltados para o turismo contemplativo começaram a fazer parte da paisagem pantaneira. As pousadas se reestruturaram para atender os novos clientes, que buscam o reencontro com o ambiente natural. (RIBEIRO, VARGAS e ARAÚJO, 2011, p.6).

As pousadas Santa Clara, São João e Xaraés estão entre aquelas que se adaptaram a esse novo segmento, o ecoturismo, na Estrada-Parque Pantanal (Quadro 3).

Quadro 3 - Capacidade de leitos por empreendimento na Estrada-Parque Pantanal.

Polos Turísticos	Empreendimento	Leitos
Estrada-Parque Pantanal	Pousada do Leque	20
	Pantanal Pousada Santa Clara	70
	Pousada São João Ecotur	84
	Pousada Xaraés	46

Fonte: Portal da Prefeitura de Corumbá MS.

2.3.3 Impactos socioeconômicos e culturais da EPP

Os ciclos de cheias e secas no Pantanal exercem forte influência, seja na atividade econômica das coletividades pantaneiras, tanto à pecuária extensiva, à pesca como ao turismo,

como à sua vida em geral. Portanto, a dinâmica da natureza e das atividades econômicas interfere com relativa importância na cultura local.

De acordo com Ribeiro, Vargas e Araújo (2011) a paisagem da Estrada-Parque Pantanal teria passado por grandes transformações nos últimos anos, que afetaram sua configuração com novas funcionalidades, com repercussões na cultura das coletividades locais.

As atividades econômicas mais praticadas passaram a ser a pecuária extensiva de corte e o turismo (RIBEIRO, VARGAS e ARAÚJO, 2011). As fazendas pantaneiras, que antes viviam basicamente da pecuária extensiva, vislumbraram na atividade turística uma forma de complementaridade econômica. Nesse sentido, parte delas, especialmente a partir da década de 80 do século XX, passou a reestruturar suas propriedades para recepção de turistas interessados na pesca esportiva, por meio de construção de ranchos de pesca, áreas para *camping* e pousadas. Na década seguinte, as estruturas tornaram-se mais complexas, envolvendo práticas do turismo contemplativo, incluindo piscinas, espaços reordenados para passeios a cavalo, trilhas ecológicas, safaris fotográficos como também de passeios de barco e barco-hotel. Às iniciativas dos fazendeiros, somaram-se algumas outras na estruturação de empreendimentos turísticos na área da EPP.

Assim, as coletividades ribeirinhas tradicionais que viviam, até certo ponto, isoladas, tiveram oportunidade de ampliar comunicações com áreas externas, seja por meio da melhoria da infraestrutura, como as estradas e pontes, como pela comunicação (rádio, TV, telefone, *internet*, celular) ou por meio de contatos diretos com os turistas. Conforme lembrou Ribeiro, Vargas e Araújo (2011), os fazendeiros passaram a ocupar e adequar seu próprio pessoal da fazenda na recepção dos turistas, seja como guia, camareira, cozinheira, faxineira, garçom, entre outros. Como pode se observar na figura 11 um funcionário da fazenda que tinha uma atividade relacionada com o manejo do gado, da tropa, passou a assumir uma nova função de guia, muitas vezes interagindo com turistas estrangeiros. Esse processo facilitou amplamente os contatos com turistas vindos de várias partes do país e também internacionais e influenciou na alteração das relações de trabalho e melhoria de renda. As relações evoluíram para o assalariamento, que quase sempre passaram a ser somadas às gorjetas dos turistas. Todas essas mudanças significaram impactos positivos e negativos na vida das coletividades tradicionais locais. Como por exemplo, “redirecionamentos socioeconômicos, aprendizagem de novas técnicas e construção de novas relações com a natureza e a coletividade” (RIBEIRO, 2014, p. 111).

Figura 11 - Turista em uma das pousadas da EPP se preparando para uma cavalgada, com capacete e touca higiênicas.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Esse enfoque das estradas-parque no turismo, que se traduz no conforto e bem estar dos turistas, amparado por recomendações normativas e sinalizações em seu plano de manejo, na redução do impacto sobre o ambiente natural, vêm evoluindo em termos de conceito. A tendência atual no mundo, conforme lembraram Pires & Tiagor (2010) tem sido a de se construir planos de manejo que contemplem, não só a conservação do ambiente natural e das qualidades visuais dos cenários paisagísticos, como também do patrimônio arqueológico e cultural e, principalmente a de proporcionar o desenvolvimento sustentável dos atores envolvidos.

3 COMUNIDADES TRADICIONAIS IMPLICADAS NA ESTRADA-PARQUE PANTANAL: SABERES CONSTRUÍDOS E CONDIÇÕES VIVIDAS

A partir da década de 70, quando o Pantanal começou a ser divulgado como uma atraente região turística, por sua grande quantidade e variedade de peixes. O turismo da pesca trouxe investimentos como pousadas, hotéis, pesqueiros, barcos-hotel e outras oportunidades socioeconômicas para as duas coletividades locais, Porto da Manga e Passo das Lontras. No entanto, também atraiu populações das cidades próximas como Corumbá, Miranda e Aquidauana e mesmo de áreas mais distantes. Foram principalmente para o exercício das funções de pescadores artesanais profissionais, coletores de iscas, piloteiros e guias, além de trabalhadores em pousadas.

Segundo dados populacionais do IBGE (2010), vivem nessas duas localidades, 647 pessoas, sendo 383 delas na comunidade do Porto da Manga, 264 na comunidade do Passo das Lontras. Por uma série de características, que serão apresentadas a seguir, essas coletividades, enquadram-se na categoria de comunidades tradicionais.

Nesse sentido, souberam construir ao longo do tempo saberes locais tradicionais específicos, que os habilitam a vivenciar esse ambiente de forma mais ajustada ao Pantanal. Os saberes tradicionais são definidos por Diegues & Arruda (2001, p.31) como um conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido de uma geração a outras oralmente. No entanto, diante dos impactos das transformações de caráter exógeno, tais saberes necessitam ser potencializados, de modo que novos conhecimentos e práticas externas sejam assimilados de forma sustentável.

3.1 Comunidades tradicionais: conceito e correlatos

As duas comunidades da Estrada-Parque Pantanal, a do Porto da Manga e a do Passo das Lontras, por seu modo de vida, apresentam relação direta com os recursos naturais e com determinadas competências construídas coletivamente. Elas vêm sendo identificadas, nesse sentido, como comunidades tradicionais. Como existem dificuldades semânticas na conceituação de populações tradicionais, alguns autores tem preferido apontar algumas características que ajudam a defini-las.

De acordo com Diegues (2001), um dos critérios para se definir comunidade tradicional, é esse compromisso da comunidade com conservação dos recursos naturais no meio vivido. Por esse motivo, essas comunidades causam baixo impacto ao ambiente. A baixa

densidade populacional e o limitado desenvolvimento tecnológico também são características que contribuem para isso. Elas estão relacionadas com um tipo de organização de reduzida acumulação de capital e os produtores envolvidos na atividade econômica de pequena escala, não costumam ser assalariados. Assim, os recursos naturais renováveis constituem sua principal fonte de renda. Desse modo, segundo Pereira & Diegues (2010), as populações tradicionais vêm sendo consideradas grandes responsáveis pela proteção do ambiente natural no qual se inserem. A antropóloga Manoela Carneiro da Cunha, em entrevista ao Instituto, Sociedade População e Natureza (ISPN), em 2008, cita o termo “neo tradicional” ao fazer referência às populações tradicionais. Isso, porque ela também entende que as populações tradicionais apresentam um compromisso com a conservação da natureza, já que usam uma tecnologia e práticas não lesivas ao meio ambiente. Ser neo-tradicional, portanto, traduz um pacto de não agressão ao meio ambiente.

Além do modo de vida integrado à natureza, outro critério importante para definição de comunidade tradicional, segundo Diegues (2001), é o fato de seus integrantes reconhecerem-se como pertencentes a um determinado grupo ou comunidade. Assim, tanto o respeito à natureza, como aos membros de sua comunidade fazem parte dessa cultura.

Outra característica que define a comunidade tradicional é o conhecimento por ela construído, passado de geração em geração. Na concepção dessas populações, existe uma simbiose, não só entre a comunidade e o ambiente natural, como também com o mundo simbólico relacionado às atividades por eles desenvolvidas (DIEGUES, 2008). Desse modo, segundo esse autor, vão sendo construídos mitos, regras, valores e conhecimentos a respeito de como os recursos naturais vão sendo utilizados pelos integrantes de cada comunidade. Eles servem para regular a maneira como os recursos continuarão a ser utilizados. Portanto, é a partir desses mitos, regras, valores e conhecimentos que a comunidade constrói suas formas de manejo, no ambiente do qual faz parte. Trata-se, segundo esses autores, de um conhecimento diferenciado, porque não visa lucro e sim a reprodução social (PEREIRA & DIEGUES, 2010).

A dependência de mercado pode existir, segundo esses autores, mas nunca é total. Desse modo, outra característica da comunidade tradicional é a ligação que ela tem com seu território, por meio do simbolismo dado pelos mitos, regras e valores e do conhecimento mais detalhado a respeito de seus recursos naturais, construídos desde as gerações que a precederam. É preciso lembrar que é com base nesses saberes e simbolismos que as populações tradicionais estabelecem trocas de aprendizagem com conhecimentos externos e codificados pela técnica e ciência, para poder inovar.

Desde 2007, o Brasil passou a reconhecer de forma institucional as populações e comunidades tradicionais, estabelecendo política de desenvolvimento sustentável específica para elas. Observa-se, por meio do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que, os “conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”, são considerados atributos essenciais para caracterização das populações tradicionais. Mas os outros critérios assinalados acima assinalados também foram considerados na sua definição institucional:

I (...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

II (...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição de 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

III (...) Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (DECRETO 6.040, art. 3º, § 1º).

O cotidiano vivido pelas duas comunidades estudadas, Passo das Lontras e Porto da Manga, sob o regime das águas, a convivência com o meio pantaneiro (animais e plantas), permitiu a construção de mitos, regras, valores e saberes em como manejá-los, assim como a forma de viver e sobreviver nesse meio. Traduz-se em um modo de vida único. Tais simbolismos e saberes lhes são úteis para se obter soluções individuais e coletivas adequadas a cada situação apresentada. Portanto, servem como a forma mais ajustada de garantir a sustentabilidade local dessas comunidades.

Essas populações são mais familiarizadas em lidar com os serviços ambientais, conhecimentos esses transmitidos de uma geração para outra. Desse modo, são comprometidos com a conservação do ambiente natural e eles não só se diferenciam de quem chega de fora por isso, como se identificam coletivamente por isso.

Com base no conceito construído por esses autores, pode-se deduzir que as duas coletividades que vivenciam os territórios de Porto da Manga e Passo das Lontras na Estrada-Parque Pantanal (EPP) constituem, de fato, populações tradicionais, construídas em situações

e contextos específicos desse ambiente de vida. Nesse processo, tiveram oportunidade de construir saberes particulares a respeito do ambiente territorial vivido, que os tem permitido buscar soluções para sua sustentabilidade local. Seriam exatamente esses saberes que ajudam a definir a identidade dessas coletividades, portanto atuando como a fonte de seus significados culturais.

3.1.1 Identidade dos saberes locais manifestada na vivencia do território

A identidade é definida, segundo Castell (1999, p.21), como uma “fonte de significado e experiências de um povo. Trata-se de um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

Ao reconhecer que esse processo de construção de identidade sofre as influências da globalização e das instantaneidades das informações, Hall (1998), reconhece que a identidade deixa de se referir a um grupo fechado ou apenas a uma dada identidade étnica. Bauman (2001) faz analogia da identidade com a liquidez, que escorre pelos dedos das mãos. Para esse autor, a identidades pode se tornar instável, híbrida e até se deslocar de um vínculo local. Na visão de Mocellin (2008), significa uma transformação de conformação a normas sociais a um processo de construção individual e incessante, de modo que a identidade é móvel e se constrói ao decorrer da história.

O conhecimento tradicional ou os saberes locais faz parte do patrimônio imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando este reconhece o conhecimento tradicional como patrimônio imaterial²⁵.

Os saberes tradicionais construídos, de acordo com Di Meo (2002), só se tornam ativos como identidade, no momento em que são retomados e atualizados, frente a problemáticas vividas que requerem soluções. A identidade desses saberes colocados em atividades manifesta-se, como um princípio de diferenciação dessa coletividade e seu ambiente de vida, tanto em relação a outras coletividades como àquelas que o precederam.

É exatamente essa diferenciação produzida que permite a coesão dessas coletividades em iniciativas de territorialização. Desta maneira, de forma intencional, passa a ocorrer à apropriação coletiva do ambiente de vida e assim a coletividade produz seu próprio território.

²⁵ Artigo 3º do decreto 118/2002-Artigo 3.º Conhecimentos tradicionais 1 - São considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restantes materiais autóctones espontâneos abrangidos pelo disposto no presente diploma.

Esse processo implica sempre na vivência de uma realidade concreta do ambiente vivido e de sua representação coletiva (espaço). O espaço representado de uma realidade vivida, segundo Santos (1996, p. 51), “reúne a materialidade e a vida que a anima”. Na territorialização, não só essa coletividade reforça sua identidade, como seu sentimento de pertença ao território que produz.

Deste modo, o território produzido como construção social, é visto por Raffestin (1993), como um “campo de poder”, no sentido de um campo de forças sociais, em termos de capacidades e competências de realização coletiva, para transformar e gerenciar cada ambiente de vida apropriado. As iniciativas e as formas de apropriação dependem, antes de tudo, das representações sociais construídas a respeito de cada realidade de vida. Essa representação social construída sobre seus espaços de vida antecede sempre o processo de apropriação, assim como tem influência na natureza de território produzido. A coletividade que se apropria da realidade vivida e representada por ela, portanto que se territorializa, o faz em acordo a um cenário de futuro desejado coletivamente. Para Raffestin (1993), quem participa desse movimento é um ator sintagmático, na medida em que busca concretizar esses modelos e símbolos representados coletivamente no território que produz “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p.2).

Por isso, como afirma o autor, “evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território, como fruto de apropriação social acaba sendo revelador de uma forma de controle e compartilhamento social que atribui especificidade, permanência e reprodução da vida dessa coletividade.

Diegues (1993) lembra que, na ótica das populações tradicionais, o espaço de representação coletiva do ambiente vivido, enquanto natureza, é visto como recurso para seus membros. Nesse sentido, o território produzido sempre é preciso ser conservado e vai revelar marcas visíveis e invisíveis dessas representações na forma de uso e apropriação do seu ambiente de vida.

Essas marcas podem ser físicas e visíveis, como as "caíçaras" instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (Alagoas). Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes de fundo. Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo por meio do sistema de caminho e cabeço pelos pescadores do Nordeste (Maldonado, 1993), ou seja, os locais mais

produtivos do mar são localizados pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro etc. [...] O território das sociedades tradicionais, distinto das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "unidades de conservação" porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas (Diegues, 1983; 1993). (DIEGUES, 1993, p.83/84).

O território é visto por Santos (1996) como um conjunto de fatores naturais e artificiais, isto é, construído, materializado pelo homem. O autor cita uma génese técnica e social a qual denomina como territórios locais normativos. "A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais" (SANTOS, 1996, p.51).

De acordo com Le Bourlegat (2016).

[...] nesse processo interativo entre indivíduos e seu ambiente de vida, são produzidos diferentes microterritórios que podem tomar a forma de uma casa, estabelecimento industrial ou comercial, mercado, hospital, escola, teatro, parque, entre outros. Estes ainda se desdobram em escalas menores de organização para usos também diversos, seja como quarto, sala, cozinha e banheiro nas moradias, ou outras formas de repartição dentro dos estabelecimentos industriais, comerciais de serviços, institucionais (LE BOURLEGAT, C. A., 2016, p.1)

Esses atributos, em suas dimensões política, cultural, econômica e natural, de transformação do espaço manifestadas nos territórios, constituem a sua individualidade, estabelecendo assim a sua singularidade e distinguindo assim de outros territórios.

Na dimensão cultural interessa analisar nesse trabalho, os saberes tradicionais construídos nas duas comunidades inseridas na Estrada-Parque Pantanal, que também lhes atribuem identidade.

3.1.2 Saberes das coletividades tradicionais pantaneiras

As comunidades tradicionais pantaneiras da EPP, na condição de ribeirinhas, construíram um amplo conhecimento herdado sobre os ritmos da natureza, dos ciclos climáticos, da pesca e da biodiversidade em geral. Foram sendo historicamente construídos no processo interativo com a natureza, com as atividades relacionadas à pesca e com seu grupo

social, transmitidos de gerações a gerações. Tais conhecimentos resultantes de um ambiente complexo como o do Pantanal, são de extrema importância à sobrevivência dessas duas comunidades, que dependem da extração de seus recursos diretamente do meio em vive. De acordo com Castro (1998), a adaptação ao meio ecológico de alta complexidade é possível diante de saberes acumulados sobre o território, a respeito das formas como o trabalho deve ser realizado. Esse processo implica formas variadas de relacionamento com os recursos. Para esse autor “é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. (CASTRO, 1998, p.6)

Retomando Diegues (1999, p. 30) esse “conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 1999, p.30). Como já foi apontado antes, esse conhecimento tradicional constitui a dimensão essencial à sustentabilidade dessas comunidades ribeirinhas, assim como do ambiente natural no qual se insere. É esse saber acumulado que ajuda a regular as atividades que envolvem o uso dos recursos naturais, mediante sistemas de manejo construídos por elas, no vivido. Neles se leva em consideração os ciclos da natureza, a reprodução das espécies, migração da fauna, etc. tendo em vista a conservação das espécies e a sustentabilidade do meio.

Como ressalta Diegues (2008), o conhecimento tradicional está intimamente ligado à biodiversidade. O autor utiliza o termo etnoconservação para associar a conservação da natureza com os conhecimentos tradicionais e ao manejo dos recursos naturais. Lembra, nesse sentido, que as populações tradicionais, não só convivem com a biodiversidade, como as nomeiam e classificam. A natureza não lhes é percebida como “selvagem”, mas como algo já domesticado. Também não concebem a natureza como um “recurso natural” e sim como um conjunto de seres vivos, com significado simbólico e valor de uso. Tudo isso lhes é concebido de forma integrada, multidimensional.

Nesse sentido, pode-se falar numa etno-bio-diversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira, selvagem e intocada. Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite as populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar espécies, colocar outras e frequentemente enriquecendo-a como se viu anteriormente. (DIEGUES, 2008, p.32).

Pott, Pott e Sobrinho (2004) descrevem os saberes do pantaneiro em relação às plantas do Pantanal e suas utilidades como: plantas, frutas e flores comestíveis, plantas de usos domésticos, plantas que se deve ter cuidado e as plantas medicinais. O autor relata as habilidades do pantaneiro que sabe improvisar materiais e utensílios utilizando os recursos vegetais disponíveis, como fibras para confeccionar cordas, por exemplo, ou localizar na mata árvores frutíferas e medicinais. No Pantanal há longa tradição de uso de plantas para diversos fins.

Importante salientar ainda que os saberes construídos coletivamente, na visão de autores de diversos domínios, constituem uma dimensão da cultura que contribui na construção da identidade das comunidades.

Diante dos conceitos expostos, foi possível concluir que as comunidades tradicionais e os saberes locais estão intimamente ligados à conservação da natureza e à sustentabilidade, de maneira que são intrínsecos e protegidos por lei.

3.2 Comunidades tradicionais locais: na estrada-parque pantanal

Com base no referencial teórico apresentado nesse capítulo, foram interpretadas as informações obtidas, a realidade observada e a escuta das falas dos moradores das duas comunidades inseridas na Estrada-Parque Pantanal.

3.2.1 Comunidade do Passo das Lontras

A versão mais difundida na literatura e no senso comum é que o nome derivou do lugar ser conhecido como um local de passagem de gado no qual um senhor com apelido “lontra” teria ali um “bolicho” e dessa maneira passou a ser chamado Passo do Lontra em referência a essa pessoa, mas esta versão não se confirmou verdadeira diante das entrevistas lá realizadas. Tanto que dois empreendimentos turísticos fazem referência à lontra²⁶ (animal) em suas logomarcas.

A investigação *in loco* permitiu constatar que o nome correto que os moradores mais antigos atribuem ao lugar é “Passo das Lontras”²⁷ e não “Passo do Lontra”. Segundo o

²⁶ A pousada Passo da Lontra usa a pegada do animal como logomarca, o Passo do Lontra Parque Hotel e Lontra Pantanal Hotel usam o animal como em suas logomarcas.

²⁷ Nome o qual o autor adotou nessa pesquisa, Passo das Lontras.

morador mais antigo do local, seu entrevistado (E01), aposentado do DERMAT²⁸ - 74 anos, nascido e criado na região, na fazenda Espírito Santo, próximo de onde é hoje o Passo das Lontras, o nome deriva das lontras (*Lontra longicaudis*) que existiam no local. Por isso, ele e os moradores mais antigos preferem chamar o local de “Passo das Lontras”, conforme se pode verificar na placa mantida por ele em frente à sua moradia (Figura 13).

Figura 12 - Placa fixada pelo morador mais antigo do local



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Conforme relatos do entrevistado E01, antes de 1970, o gado da região do Abobral, da Nhecolândia que eram conduzidos por comitivas em direção à Miranda-MS, tinha que passar pelo rio, pois não havia ponte sobre o rio Miranda. Uns dos melhores locais para transpor o rio Miranda, era onde hoje está localizado o Passo das Lontras. Nesse local, a configuração do rio, por não haver barrancos altos, e ter as margens mais planas, facilitava a entrada e saída do gado da água, local era propício à travessia do rebanho, onde foram feitas as mangas. Havendo, na época, abundâncias de lontras (*Lontra longicaudis*) no local, originou assim o nome em referência ao animal.

²⁸ Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso.

Aprísio Ferreira de Magalhães, tio do entrevistado E01, estabeleceu-se às margens do rio Miranda na década de 50, para cuidar do gado na fazenda Firme. Nessa localidade, considerada estrada boiadeira, segundo ele, foi construída “as mangas”²⁹ para travessia dos animais conduzidos pelas comitivas que por ali passavam. Recebia gorjetas dos vaqueiros e de vez em quando, pagamento em carne, no caso da morte de alguma rês, embora os recursos provenientes da travessia não constituíssem a principal fonte de renda.

A travessia do gado de uma margem à outra do rio exigia quatro canoeiros, com canoas “de um pau só”, chamadas canoas de “cocho”. Elas tinham origem em Cuiabá e eram escavadas em troncos de Araputanga - *Swietenia tessmanni*, uma madeira leve e muito usada na construção naval.

Os primeiros moradores do Passo das Lontras, de acordo com o relato do entrevistado E01 teria sido o senhor Atílio Ferreira dos Santos 85, seu irmão mais velho. Este havia estabelecido um pequeno comércio sob um aterro, tendo sido este puxado com um velho caminhão Chevrolet. Permanecia em terras cedidas pelo Senhor Vicente Pedroso, terras essas onde hoje é o Hotel Santa Catarina. Também foi pioneiro na região o João Guatambu (Senhor João Ruiz Dias) e sua esposa Augusta Viana. Moravam numa pequena casa coberta de palha de carandá - *Copernicia alba*, próximo de onde hoje é a BEP UFMS³⁰. As terras faziam parte da fazenda São Miguel, onde ele praticava cultivo agrícola, mas também era responsável, segundo seu filho, entrevistado E03, pelo abastecimento da fazenda.

Nessa época os mantimentos e todos os víveres necessários para a vida no Passo das Lontras e das fazendas da Região, vinham de navio a vapor até o Porto da Manga. As embarcações que traziam as mercadorias de Corumbá ao Porto da Manga na época eram duas:

- (1) “Fernando Vieira”, uma velha canhoneira usada na Guerra do Paraguai adaptada para transportar passageiros e que contava com 100 camarotes de primeira classe (Figura 14);
- (2) “Navio Mercante Cidade de Corumbá”, um dos vapores da companhia Miguéis e Companhia Ltda., fundada em 1910 (SILVA, 2002, p.31).

²⁹ Mangas são parte da estrutura de um curral. Apresenta formatos variados em função do manejo do gado. Assim pode ser curral de entrada e de saída.

³⁰ BEP UFMS – Base de Estudos do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Figura 13 - Navio Fernando Vieira.



Fonte: Blog somostodosmigueis

Em 1970, sobre o rio Miranda, foi inaugurada a ponte de Madeira de 200 metros, a 8 km do Buraco das Piranhas, na MS-184. O paraguaio “Honorato” era o responsável pela execução da ponte, afirmou o entrevistado E01. Os pilares de aroeira-*Myracrodruron urundeuva*, vinham da região de Bodoquena. Foram tirados e lampinados a machado “sete libras”. Segundo ele, ainda é possível ver na madeira as marcas da lampinação. A ponte foi construída na época de seca, quando o rio Miranda ficava muito baixo “[...] só passava de canoinha no remo. E pintado era que tinha, cada *murundum*, na água rasa! Tinha peixe, agora acabou. Para ver um pintado, tem que comprar um [...]” (ENTREVISTADO: E01-08/16).

Na década de 70, ainda não existia o interesse das agências e operadoras pelo turismo nessa região. Desse modo, não havia turistas e era pequeno o número de pescadores profissionais. A atividade de pesca profissional encontrava-se em sua fase inicial. Assim, eram poucos barcos que abasteciam o comércio do pescado. A implantação da rodovia, a construção da ponte e consequentemente a rede de energia, o DERMAT - órgão estadual de estradas de rodagem Mato Grosso da época - possibilitaram alavancar o turismo da pesca esportiva e o incremento da pesca profissional.

A estrada e a ponte de madeira também trouxeram os primeiros moradores oriundos de outras regiões, como Miranda e Corumbá, envolvidos com a atividade pesqueira, uma vez que ela se localiza entre as duas cidades, a nove quilômetros do Buraco das Piranhas, às margens do rio Miranda.

Com o acesso e energia, a região prosperou, empresários do ramo do turismo da pesca estabeleceram ali seus empreendimentos, tais como hotéis, pousadas e *campings* próximos à pequena aglomeração que se iniciava. O local servia como ponto de parada e posto de informação para quem acessa a região e ainda serve de ponto de referência e apoio a pescadores e ecoturistas que tem a região como destino.

Subindo rio acima, há 2,5 quilômetros, do Passo das Lontras, na primeira curva a margem esquerda do rio Miranda, foi instalada a Base de Estudos do Pantanal da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (BEP). Construída numa área de 1.267,06m² sobre *pilotis*³¹ de concreto armado, fechamento em alvenaria e cobertura em telhas cerâmicas. Foi implantada numa área de 21,504 hectares, em uma área doada da Fazenda São Bento em 1987, para ali se exercer atividades de ensino, pesquisas de campo e extensão e passou a funcionar no início da década seguinte (LANGER, 2014).

Figura 14 - Base de Estudos do Pantanal da UFMS (BEP)



Fonte: UFMS s/d

³¹ Trata-se de pilares em concreto armado que sustentam uma construção, característicos da arquitetura modernista brasileira.

A BEP empresta sua estrutura à Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, para ofertar o ensino fundamental às crianças que moram na região. Também abriga um ambulatório médico e odontológico, onde os acadêmicos dos cursos de medicina, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prestam serviços de atendimento a toda população local.

Aglutinam-se nesse polo de turismo, quatro empreendimentos voltados ao turismo de pesca e contemplativo com capacidade para 284 leitos, (Quadro 4). Apresentam como alternativa de acomodação desde o *camping* mais econômico até os requintados chalés.

Quadro 4 - Capacidade de leitos por empreendimento no Passo da Lontra

Empreendimentos	Leitos
Passo do Lontra Parque Hotel	88
Pousada do Passo do Lontra	40
Hotel Santa Catarina	66
Pantanal Jungle Lodge/Lontra Pantanal Hotel	90

Fonte: a pesquisa direta no local

A comunidade do Passo das Lontras é composta por 264 habitantes. Estes vivem especialmente de serviços prestados ao turismo da pesca esportiva, da pesca profissional artesanal e dos empreendimentos de turismo. Exercem principalmente a função de *piloteiros*, guias de pesca, coletores de iscas e funcionários das pousadas.

Conforme se pôde verificar, a ponte de madeira faz parte da memória coletiva construída a respeito das origens dessa comunidade de pescadores, e, como tal serve-lhes de referência e reafirma sua identificação com o lugar. Esta ponte, inaugurada em 1970, ao mesmo tempo em que possibilitou o acesso de veículos e de tudo que é material e imaterial, também impediu a navegação de grandes barcos, devido, a sua altura.

A intenção, na época da construção da ponte de concreto, em maio de 2012, era que, depois de concluída, fosse retirada a ponte de madeira para dar acesso às embarcações maiores. Passado dois anos, surgiu a polêmica da retirada da ponte de madeira para dar acesso às embarcações de maior porte. O então governador do Estado de Mato Grosso do Sul, na época, deu a seguinte declaração:

A antiga ponte é um atrativo a mais para o turismo no local, além de assegurar que não passem embarcações de grande porte que podem ameaçar a preservação do meio ambiente, de acordo com o governador. “A gente não

tirou a ponte do passo do lontra, porque ela tem uma beleza estética imensa e também não deixa entrar grandes embarcações, explicou³².

Os moradores da comunidade, de modo geral, são contra a retirada da ponte, por vários motivos citados nas entrevistas com os moradores locais. Além de defenderem a preservação do meio ambiente, a restrição da passagem dos barcos-hotel de grande porte, significa resistir à redução da oferta de trabalho e reduzir o potencial pesqueiro do Passo das Lontras. A ponte também é vista como forma de apoio e alternativa de passagem por pedestres. Ela representa no imaginário coletivo, a memória histórica do local, símbolo da própria comunidade e ainda um elemento turístico. Portanto, além de dar identidade ao local, ela representa um patrimônio cultural dos moradores do Passo das Lontras.

Dada à forma como historicamente foi configurada a estrutura de moradias no Passo das Lontras, uma característica comum tem sido a falta de espaço suficiente para reproduzir o abastecimento da família e para o lazer coletivo. As habitações não contam com recuos de frente e nem quintais. Inexiste espaço privado para pequenas criações ou mesmo para manter uma pequena horta ou jardim.

Há falta de espaço privado para a devida reprodução da vida familiar, seja para criações de animais (porcos, galinhas, etc.), seja o cultivo de árvores frutíferas (bananeiras, mamoeiros, laranjeiras, limoeiros, cajueiros, etc.), hortaliças e outras espécies (mandioca, milho, cana, entre outras). Em função dessa limitação de espaço para a moradia das famílias, praticamente inexistem gêneros alimentícios produzidos no lugar, tão comuns às outras áreas rurais da região e do Estado, sejam doces, rapaduras, queijo, entre outros.

Sem espaço adequado também ao lazer, os moradores se adequam, para a prática do convívio social, construindo com criatividade pontos de encontro, tanto para os jovens, como para os adultos.

As crianças costumam se divertir nas proximidades de suas casas e fazem da Estrada-Parque Pantanal o quintal que não têm (Figura 16).

³² <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/antiga-ponte-do-passo-do-lontra-e-atrativo-turistico-e-nao-sera-removida>

Figura 15 - Crianças utilizando a MS-184 para o lazer



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2011.

O espaço de encontro emblemático da comunidade no Passo das Lontras tem sido no chamado “Pau da Fofoca” (Figura 17). À sombra de uma frondosa figueira, uma tora de seis metros, serrada numa seção 40x40 centímetros, serve de banco coletivo.

Figura 16 - “Pau-da-fofoca” ponto de encontro local de reuniões da comunidade.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Ali a vida social da comunidade se manifesta com intensidade. É onde se discutem problemas e se buscam soluções, é local de bate-papo, de roda-de-tereré e de outras atividades sociais.

O lazer é importante para a saúde da comunidade. O sociólogo italiano Domenico De Masi, inventor do termo ócio criativo, diz que o coração desta sociedade é a informação, o tempo livre e a criatividade, Elizalde (2000) sobre a satisfação das necessidades humanas fundamentais, cita o ócio como uma necessidade básica do ser humano tão importante como as de subsistência, proteção, afeto, segurança, identidade, entendimento, a criação e a liberdade.

O pau-da-fofoca é um referencial único, lugar emblemático da comunidade. Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009) define o lugar como onde se estabelece as relações de solidariedade e parcerias, o local onde a competição dá lugar a cooperação e só assim “adquire significado e sentido por meio de seu uso e ao vivido no plano imediato que pode ser apropriado pelo corpo, no cotidiano da vida” (CASTILHO, ARENHARDT; e LE BOURLEGAT, 2009, p.164).

O único estabelecimento privado relacionado ao lazer é o “Sovaco de cobra” como a comunidade se refere ao bar do “gordo”. Trata-se do entrevistado E06, natural de Anastácio, que faz do bar uma atividade complementar da pesca profissional. Ali a vida noturna da comunidade é garantida. Música e uma mesa de bilhar fazem a alegria da turma, principalmente dos solteiros. Já durante o dia, a mercearia Iguana, que além de funcionar no comércio de secos & molhados, também se transformou no ponto de encontro.

Embora haja nas duas margens do rio Miranda no Passo das Lontras altares em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, é na residência do entrevistado E01 que o ato litúrgico é realizado. Essa manifestação coletiva de religiosidade em devoção a Nossa Senhora Aparecida acontece todo ano, no dia 12 de outubro. O casal recebe em sua residência, situada junto à cabeceira da ponte de madeira do rio Miranda, parentes, vizinhos e outros convidados vindos de fora da comunidade - Miranda e Campo Grande. Em local improvisado, é celebrada a missa, com todos os ritos de uma cerimônia eucarística. A solenidade é complementada com bolo e refrigerantes que fazem a festa e a alegria de todos, sobretudo das crianças, já que também se aproveita a data para comemorar o dia das crianças (Figura 17).

Figura 17 - Solenidade religiosa no dia de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: blog do passodolontral.com.br

As expressões artísticas da comunidade se revelam especialmente, no artesanato de madeira do entrevistado E05 (Figura 18) e na arte em miçangas da entrevistada E07, inspiradas, sobretudo na fauna local (Figura 19). Esta manifestação artística popular encanta pela originalidade das peças, pela concepção e criatividade dos artistas. O E10, além de pescador profissional, demonstra talento artístico, aproveita as horas vagas, e transforma simples pedaços de madeira sem uso em simpáticas capivaras e onças pintadas (Figura 20), além de pintar quadros como se pode observar na (Figura 21) que a ponte de Madeira serviu de inspiração. Algumas destas peças artísticas já vêm sendo comercializada, pela Mercearia Iguana, a turistas que passam pela comunidade.

Figura 18 - Esculturas em madeira



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Figura 19 - Arte em miçangas



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Figura 20 - Artesanato em madeira



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Figura 21 – Casal mais antigo do Passo das Lontras exibe a pintura feita pelo filho



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Sofrendo as mesmas mazelas de qualquer favela do país, essa comunidade é agravada ainda mais pelas enchentes anuais. Sem saneamento básico, água tratada e esgotamento sanitário e varrição, a coleta de lixo da comunidade é realizado uma vez por semana pela prefeitura de Corumbá.

Os resíduos que não são coletados e devidamente armazenados acumulam-se principalmente debaixo das casas, causando vários efeitos maléficos através dos agentes físicos, químicos e biológicos. Isso gera um enorme incomodo a população que convive com o mau odor, com poluição visual e com degradação do meio em que vivem.

A maioria das casas da comunidade do Passo das Lontras se caracteriza pela precariedade. Sem uma infraestrutura básica necessária para uma vida digna, as casas de madeira e outros materiais são construídas sob palafitas³³, cujo acesso é feito por passarelas improvisadas (Figura 22), com risco de queda nas águas contaminadas pelos dejetos lançados *in natura* por parte das habitações.

Figura 22 - Passo das Lontras durante a cheia. Detalhe de passarela.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2013.

³³ São estruturas de madeiras usados em construções ribeirinhas, cuja função é evitar que a água alcance a edificação.

A presença de doenças infecta-parasitárias decorrentes das vulnerabilidades ambientais é uma das prioridades das ações de saúde nos programas desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para o local.

O projeto desenvolvido na BEP é vinculado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e envolve acadêmicos e seus preceptores das áreas de medicina, enfermagem, odontologia e farmácia [...] A cada visita são realizadas cerca de 30 atendimentos a livre demanda pela equipe multiprofissional. O projeto prevê ainda realização da promoção de saúde e empoderamento da população acerca de agravos frequentes por meio de campanhas, visitas, conscientização.³⁴

O entrevistado E04, 72 anos, natural de Vitória da Conquista BA, é aposentado, mora só (Figura 23), é um dos moradores mais antigos da comunidade. Fixou na região em 1976 devido à pesca, depois de passar pelos estados de São Paulo e Paraná. Construiu o seu primeiro barraco às margens do rio Miranda e com passar dos anos e o desbarrancamento das margens do rio, teve que transferir sua moradia um pouco mais dentro da mata ciliar.

Figura 23 - Morador às margens do rio Miranda, no Passo das Lontras.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Na sua casa não tem cozinha, tão pouco banheiro, o “barraco”, como ele se refere a sua casa, é precário e possui três cômodos sob palafitas, foi construído com o aproveitamento

³⁴ Revista Saúde em Redes, 2016.

de vários materiais, é privado de energia elétrica, água encanada e esgoto. Seu reservatório de água são latas onde, com cloro, ele diz, que trata a água do Miranda para o consumo. Usa um fogão rustico de barro no chão do quintal para cozinhar seus alimentos. Na época da cheia a água chega a 40 cm do piso da casa.

O entrevistado E03, 66, filho do João Guatambu, nascido em Corumbá MS, só veio morar definitivamente no Passo das Lontras em 1972. Alterna suas atividades de subsistência entre o rio o campo, piloteiro e tratorista, reside hoje numa casa sob palafitas que tem o forro de PVC (Figura 24) como alternativa de fechamento, ou seja, as paredes. Conta com energia do programa federal Luz para Todos, tem antena parabólica, TV e fogão.

Figura 24 – Casa com paredes em forro de PVC.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Na maioria das residências, o consumo de água dos moradores é proveniente do rio Miranda, onde a água é bombeada para as caixas d’água e ali tratada com cloro, segundo as informações colhidas *in loco*, e uma minoria da população usa água mineral para o consumo e para preparo da alimentação.

A comunidade é carente dos outros serviços importantes, como serviço postal e transporte, dificultando ainda mais a vida dessas pessoas. Para pagar a conta de energia, por exemplo, os moradores da comunidade tem que se deslocar a Corumbá, devido à inexistência dos serviços de correio na região. A ausência de serviços básicos fundamentais evidencia a invisibilidade perante o Estado.

Segundo o IBGE 2010, aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: (1) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou; (2) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Com características idênticas ao aglomerado, a não ser pela menor quantidade de unidades habitacionais, o Passo das Lontras com quase 30 habitações, não entra nem nessa categoria de aglomerado subnormal.

É enquadrado como comunidade tradicional pelas políticas públicas, não por “ser culturalmente diferenciados e que ser reconhecido por possuir formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição” (Decreto 6040), mas por seus “processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa”³⁵.

O entrevistado E03 descreve exasperado a situação de como vive, e como se sente em relação ao abandono e invisibilidade por parte dos gestores estatais. Reclama da insalubridade em que vive a comunidade.

[...] falaram que iam tirar nós daqui, não sei pra onde, porque não podia construir aqui, embaixo de casa é um monte de lixo, e ninguém fez nada por isso, veio milhões de gente aqui, que eu já enjoei de assinar papel, porque ninguém faz nada por nós aqui, ai nós não pode construir, nós temos que comer o lixo, comer o lixo, porque aqui é o seguinte, nós não temos nada, isso prejudica nós demais da conta, nós temos filhos, nós temos netos... a comunidade não tá pior porque não tem como fazer nada, se for fazer alguma coisa tem que fazer dentro d'água no lixo [...] (Entrevistado E03-08/16).

Oprimida pela política econômica de exclusão, que não visa à qualidade de vida como desenvolvimento, a comunidade como se referem às pessoas que ali vivem, se espremem nos poucos locais onde o risco de inundação é menor e o mau cheiro da água contaminada e o lixo encomende menos. Como podemos observar na Figura 25, o morador mudou a localização de sua casa, devido à insalubridade do local.

³⁵ PORTAL BRASIL, 2016.

Figura 25 - Mudança de endereço. Em busca de um lugar melhor.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Na comunidade, é unânime o sentimento de exclusão. Os moradores do Passo das Lontras apresentam a mesma opinião quanto à precariedade das habitações, à necessidade de urbanização e à indisponibilidade de infraestrutura.

3.2.2 Comunidade do Porto da Manga

A região onde hoje foi territorializado o Porto da Manga serviu para o embarque de gado muito antes da Guerra do Paraguai. A estrutura “manga”, descrito anteriormente, já era usada pelo Barão de Vila Maria³⁶ para o manejo do seu rebanho através do rio Paraguai, o gado era conduzindo entre os retiros de suas fazendas e Corumbá-MS.

[...] o barão, ampliando o seu rebanho, logo surgiria necessidade da busca de melhor espaço pra pastoreio, no Pantanal, em área menos inundável. Nessa busca, possivelmente por informação dos índios, atravessou o rio para sua margem esquerda. Acima da foz dos rios Miranda e Abobral e abaixo das águas do Taquari, perto de Albuquerque, como num divisor, na sua margem esquerda, o rio Paraguai oferece barrancas em campo limpos de fácil acesso. Começa aí a Nhecolândia, numa entrada que se chamou primitivamente Manga do Barão, depois Porto da Manga. [...] Nos meses de enchentes, o gado teria que ser conduzido para o interior do Pantanal. A quatro léguas, a partir da barranca do rio, a nordeste, a gente do barão encontraria terra, ao abrigo das enchentes, para manutenção do rebanho. Eram grandes extensões de pastagens em terra firme. Firme foi o nome dado ao lugar. Fazenda firme depois, célula inicial de toda a Nhecolância (BARROS, 1998, p.80).

Da mesma maneira que o Barão de Vila Maria usava essa estrutura, as mangas, para manejar o gado entre essas planícies de campos inundáveis, os paraguaios durante a invasão ao território brasileiro utilizaram a mesma estrutura para embarcar o rebanho saqueado do Barão e transportá-lo à Assumpção para abastecer suas tropas.

³⁶ Latifundiário da época do império

[...] propriedade do Barão de Vila Maria e núcleo da expansão pecuarista naquela parte do Pantanal, abandonada nos anos 60 do século XIX, devido à invasão dos paraguaios que ocuparam a cidade de Corumbá, pilham as fazendas do Barão, inclusive a fazenda Firme, que teve todo seu gado roubado. Daquele momento perdura na memória da região um local próximo do Porto da Manga, denominado “currall do soldado”, onde as reses eram embarcadas pelos paraguaios e enviadas para Assunção (BARROS, p.33, 1934 *apud* DOMINGOS, G.L, 2005, p.35).

Ao final do conflito em 1870, o plano de integração nacional que tinha como objetivo integração e vigilância, iniciado ainda no Império ganhou força com a República. Com intuito de chegar à fronteira do país, a linha de telégrafos passou pela fazenda Firme, importante propriedade na época, onde foi construída uma estação telegráfica, e seguiu em direção ao rio Paraguai, onde os fios de cobre cruzaram o rio sob auxílio de altas torres, para que não obstruísse a navegação. Do outro lado, a margem direita do rio Paraguai, foi erguida, em 1904 sob palafitas, a casa do guarda-fios, que além de resistir ao tempo, dá referencia histórica ao local, Porto da Manga. Na entrevista a seguir o relato significativo entre 1860 a 1930 do entrevistado E03, descendente do Barão de Vila Maria.

Não existe registro de data que confirme seu inicio, mas seguramente por volta de 1.860. A origem é devido o seguinte fato: o Barão de Vila Maria foi um grande fazendeiro que veio de Cáceres e prosperou em Corumbá. Sua fazenda era próxima a Corumbá, na região que atualmente se chama Piraputangas devido o nome da antiga fazenda do Barão "fazenda Piraputangas". Com a expansão da fazenda Piraputangas e consequente aumento no número de reses, o Barão cruzou o rio Paraguai e passou a criar gado em uma área na margem esquerda do rio Paraguai. Em um ponto que o rio facilitava a travessia do gado, o Barão atravessava seu gado de um lado para o outro. Para facilitar a travessia, pois é bastante difícil forçar o gado pular no rio para nadar, o barão mandou fazer uma manga. Manga é o termo que usamos até hoje para um cercado ou um piquete que depositamos o gado para pernoite ou descanso. Dessa forma o local ficou conhecido como "manga do barão". Apesar de muitos acharem que o nome do porto é devido à fruta, a verdadeira origem é essa. Quando digo que a origem é de em torno de 1.860, é devido o fato que em 1.864, com a invasão paraguaias, as fazendas do Barão foram saqueadas e todo o gado levado para abastecer as tropas paraguaias tendo sido utilizada a própria manga do Barão para reunir o gado. Após o final da guerra, em torno de 1.880, o local começou a funcionar como porto, pois com a colonização do Pantanal era onde os fazendeiros deixavam os carros de boi, vindos das fazendas, e embarcavam em lanchas para alcançar Corumbá. Em 1.904 implantou-se ali o posto telegráfico e em seguida montou-se um saladeiro³⁷, "Saladeiro Otília". Com a implantação do posto telegráfico e a indústria saladeril o porto passou de

³⁷ Onde se produz o charque, sendo normalmente galpões cobertos onde a carne salgada é exposta para o processo de desidratação.

um local de simples embarque de gado para um local com movimentação comercial. Ali se atracavam os navios para embarque de charque que era exportado. Após o declínio da indústria saladeril, por volta de 1.930, o porto voltou a ser um local de passagem. Passageiros chegavam no vapor e ali embarcavam em zinga ou carro de boi, de acordo com o período das aguas. Com a chegada dos "fordecos", (Figura 28) primeiros automóveis a trafegar no Pantanal, no meado da década de trinta, o porto começou a funcionar como travessia de automóveis e também para embarque de gado vivo nos antigos navios chamados "boieiros". A indústria da pesca e o turismo eram inexistentes, dessa forma era um porto de travessia e de embarque/desembarque. Não existia a população ribeirinha, salvo poucos moradores que trabalhavam na travessia e nos embarques" (Entrevistado: E02-08/16).

Em 1904, Marechal Rondon constrói no local a casa do guarda-fios, a função do guarda-fios era percorrer a pé a linha telégrafo inspecionando e reparando os postes e os fios. A partir dessa data os fazendeiros da região montaram ali uma indústria de charque e a navegação era movimentada na região, o charque produzido no Porto da Manga abasteceu o mercado interno, principalmente o nordeste, e o mercado externo europeu após a I Guerra Mundial (1914 – 1918). Em 1930 a indústria de charque entra em decadência, a região só volta a ter atividade mais dinâmica a partir de 1970, com a pesca e o turismo. As Figuras 26 a 31 retratam a evolução ocorrida na travessia por balsas, no Porto da Manga entre as 1930 e 2016. A região do Porto da Manga originou das mangas para travessia de gado por volta de 1860.

Figura 26 - Porto da Manga na década de 30 do século XX.



Fonte: acervo entrevistado E03.

Figura 27 - Porto da Manga década de 60 do século XX.



Fonte: acervo entrevistado E03.

Figura 28 - Porto da Manga década 70 do século XX.



Fonte: acervo entrevistado E03.

Figura 29 - Porto da Manga em 2016.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

Porto da Manga com seu significado histórico mais evidente, a casa do “guarda-fios” ou “casa do telégrafo”, é hoje formada por pescadores descendentes de pescadores. A comunidade conta, segundo dados do censo demográfico do IBGE (2010), com 383 habitantes. Eles se distribuem em casas de madeiras sob palafitas nas áreas mais baixas do aglomerado e casas de alvenaria, térreas nos locais mais altos. Em situação precária, as habitações, não possuem infraestrutura adequada, seja saneamento básico, água potável e posto de saúde.

A população ribeirinha do Porto da Manga e assim como o Passo das Lontras e muitas outras comunidades tradicionais, são esquecidas pelo poder público e vivem em estado de vulnerabilidade. Qualificados perante a atividade de “pesca artesanal”, ou seja, com equipamentos simples e rudimentares e com conhecimento do rio e de saberes acumulado há gerações, sofrem hoje com uma política que, em detrimento a pesca artesanal profissional, favorece a pesca esportiva. Os pescadores profissionais estão migrando para atividades como guias de pesca, piloteiros ou isqueiros, a mais nova atividade no ramo da pesca esportiva.

Segundo a Ecoa (2008) a coleta de iscas gira em torno de 21 milhões de unidades/ano, gerando uma renda bruta de cerca de 3,5 milhões de dólares/ano.

A atividade de coleta de iscas-vivas tem tido impactos diretos na saúde dos pescadores, embora atualmente, seja a atividade que mais gera trabalho e renda. Com aproximadamente 8 horas dentro da água, nos corixos e preferencialmente à noite, são suscetíveis a doenças pulmonares e dermatites e no caso das mulheres, doenças ginecológicas. Além da vulnerabilidade dos isqueiros, 40% das iscas coletadas morriam devido a vários fatores referentes à captura que a armazenagem dos pescados.

Em 2001, a Ecoa passou a executar na comunidade um projeto de diretrizes para o manejo sustentável da atividade de coleta de iscas vivas. Consistem basicamente em instrumentos, técnicas e segurança, melhorando as condições de trabalho dos isqueiros. Decorrente dessa ação, em 2005 foi fundada a Associação de Moradores do Porto da Manga.

A formação da associação trouxe vários benefícios à comunidade, como o “reconhecimento como categoria (pescadores de iscas) e tem garantido espaço no Fórum Permanente para Pesca Sustentável no Pantanal. Outra grande conquista foi o direito de pesca, estocagem, transporte e venda de iscas vivas, como resultado da participação dos isqueiros no Conselho Estadual de Pesca (Conpesca)” Ecoa (2010).

No Porto da Manga, os habitantes mais antigos moram numa área mais alta, livre das enchentes anuais, o local é denominado como areão. Nessa área vive a entrevistada E08, com 78 anos de idade e 68 anos de residência no Porto da Manga. Ela vivenciou a comunidade no seu processo de crescimento e transformação. A configuração das unidades residenciais desse local tem uma característica diferente das demais, que estão em locais mais baixos.

No areão as casas são térreas e tem quintais, possibilitando pequenas plantações como hortas, algumas ervas, temperos e até mesmo pequenas roças de mandioca, milho, abóboras e bananas e outras espécies usadas para a subsistência da família.

Na comunidade há também existem edificações de padrão melhor, propriedades de pessoas mais abastadas, que não vivem na comunidade e usam essa estrutura para lazer ou para alugar aos turistas.

O Hotel Sonetur, disponibiliza 80 leitos, oferece serviço completo aos hóspedes e usa a mão de obra local para prestar esses serviços. O hotel também aluga duas salas para a prefeitura de Corumbá para que se ministrem aulas às crianças da comunidade.

A situação de dificuldade e pobreza que predomina na comunidade pode ser melhor interpretada, diante das práticas de observação participante e da escuta dos integrantes dessa comunidade. O entrevistado E07, de 62 anos e há 34 na comunidade, consome água diretamente do rio sem nenhum tipo de tratamento. A adição de cloro e sulfato de alumínio na caixa d’água é o tratamento realizado por alguns moradores, ocorrendo muitas vezes erros

na quantidade de produto a ser adicionado, somente notado quando adicionado uma medida maior que o recomendado, tornando o sabor desagradável, amargo.

Distante 60 km do município de Corumbá-MS, a comunidade recebeu energia elétrica somente em 2007, por meio do projeto do governo federal “Luz Para Todos”, mas os moradores têm que se deslocar até Corumbá para quitar suas contas.

A coleta de lixo só foi possível depois de um Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul e Prefeitura de Corumbá, o qual deve garantir às comunidades Porto da Manga e do Passo das Lontras que tenham seus resíduos sólidos coletados periodicamente pelo município. Até então os moradores se vinham obrigados a incinerar o lixo em terreno marginal, geralmente em Áreas de Preservação Permanente, o que acarretava sérios danos ambientais (MPF Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, 2015).

O transporte assim como serviços de saúde pública são inexistente. Um morador para se deslocar a Corumbá, terá que agendar uma viagem e desembolsar 300 reais ida e volta e se o caso for de urgência esse valor dobra. Em determinadas épocas do ano, dependendo da altura das águas, só é possível o deslocamento através de barcos. Subindo o rio até Corumbá ou descendo o Paraguai de barco até Porto Morrinhos³⁸ na BR-262 e mais 70 km na BR-262 até Corumbá.

Em muitos casos, as enfermidades são tratadas ali mesmo, com remédios caseiros devido à dificuldade de deslocamento. A Marinha Brasileira faz atendimento de tempos em tempos. A comunidade conta com um atendimento médico realizado pelo Programa Povo das Águas³⁹ a cada três meses aproximadamente.

Embora vivendo em condições insalubres e com a carência de serviços básicos, a comunidade aparentemente mantém a autoestima elevada. A música e a sinuca no bar do Juca de um lado da rua, do outro uma mercearia com uma varanda e convidativa que permite ver a “pelada” no campinho de futebol em frente. Esses são os locais do convívio social da comunidade.

Notícias veiculadas na mídia em 2006 sobre a implantação do Museu Rondon na Estação Telégrafo, construída em 1904, pelo Marechal Rondon, criou expectativa na comunidade. A restauração da Casa de Rondon, como é conhecida, vinha acompanhada de

³⁸ É uma localidade situada na BR-262 onde cruza com o rio Paraguai, que se originou do pequeno comércio instalado nos dois lados onde atracavam as balsas para a travessia do rio.

³⁹ Programa “Povo das Águas” conta com a participação de profissionais das Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Produção Rural, Meio Ambiente e da Defesa Civil de Corumbá.

outras benfeitorias, que iriam melhorar a qualidade de vida da população, como a construção de conjunto habitacional pela Agência Estadual de Habitação (Agehab).

(...) O plano começou a ser discutido no início de fevereiro, com uma oficina onde participaram professores da UFMS, representantes da SEMA/IMAP, Seinfra, Ibama, Idaterra, Sanesul, Setur, Ongs como Ecoa e Sindicato Rural. De acordo com o secretário municipal de Turismo, Carlos Porto, uma nova reunião está marcada para a primeira quinzena de maio. Ele explicou que o objetivo da instalação do Museu é este se tornar um atrativo a mais para quem passar pela Estrada-Parque. Porto disse ainda que a restauração será importante para o fortalecimento da comunidade ribeirinha, que poderão contar a história do local. Para caracterização do museu Rondon serão utilizados o documentário sobre a expedição do marechal. O projeto viabilizado através de convênio com o Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Turismo, também prevê a instalação de um Centro de Atendimento ao Turista, implantação de sinalização ambiental e rodoviária na via de acesso (...)⁴⁰.

Passados três anos, em 2009, a notícia continuou a mesma, Porto da Manga terá Museu Rondon e novas casas para a população.

Os moradores que residiam, há 30 anos, na casa de Rondon se mostram satisfeitos com o trabalho. Após todos esses anos, pela desocupação do local, a família receberá sua primeira casa própria, que também servirá como projeto piloto e modelo para a implementação de outras casas para a população de Porto da Manga, previstas no Plano de Manejo da Estrada Parque. É uma grande alegria de ter uma casa própria, sendo o local onde vivemos há tantos anos e temos uma história, sabendo que a Ecoa, o Governo do Estado e o Ministério da Integração articularam para que isso se tornasse realidade, uma casa como essa [a de Rondon] não pode deixar de acabar com o tempo”, relata Rosemeire Cruz de Souza, antiga moradora da casa e atual Presidente da Associação de Moradores do Porto da Manga.⁴¹

Finalizada a restauração da Estação de Telégrafos (Figura 30), o Museu Rondon, não saiu do papel, assim como as benfeitorias prometidas à comunidade pelo poder público.

⁴⁰ Fonte: <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/museu-rondon-deve-ser-instalado-no-porto-da-manga-em-corumba-06e972e30dd74bd68995bf6f935fad90>

⁴¹ Fonte: <http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=3614>

Figura 30 - Casa-do-guarda-fios restaurada.



Foto: Marcelo Silva de Oliveira, 2014.

A Associação das Mulheres Extrativistas do Porto da Manga é a mais nova conquista desta comunidade, no protagonismo de reinvenção criativa das condições vividas. Foi instalada recentemente uma cozinha comunitária que é um programa da Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal⁴² é financiada pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Um dos produtos comercializados pela associação das Mulheres Extrativistas do Porto da Manda é a geleia de laranjinha-de-pacu *Pouteria glomerata* (Miq.) Radlk. Rica em vitaminas e minerais, a laranjinha-de-pacu é abundante no local, frutificam na mata ciliar de janeiro a agosto. A geleia de laranjinha produzida pelas mulheres da associação de mulheres extrativistas do Porto da Manga é exposta juntamente com outros artesanatos, como os panos de prato com estampas da Casa de Rondon e galinhas feitas de caracóis de caramujos (Figura 31).

⁴²A Rede tem por objetivo promover o empoderamento de mulheres extrativistas, trabalhando a cooperação, fomentando a organização local e estruturando a cadeia produtiva de frutos nativos. Com foco na organização política, social e econômica das comunidades, o projeto objetiva também a melhoria da geração de renda, além do aumento no volume de derivados comercializados de frutos como a bocaiuva e de outras espécies do Pantanal, como laranjinha de pacu; e do Cerrado, como o barú.

Figura 31 – Produção artesanal geleia de laranjinha e galinhas de caracol.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

A elaboração de artesanatos feitos com a fibra de aguapé - *Eichornia crassipes*, também conhecido por camalote, é mais uma modalidade desenvolvida pelas mulheres extrativista. Trata-se de uma planta aquática, encontrada em abundância no Pantanal, que possibilita a produção de tapetes, bolsas, chapéus e outros acessórios.

Esses produtos agregam renda às famílias locais e se apresentam como mais uma opção aos viajantes e turistas que visitam a região, no conjunto da diversidade da fauna e dos peixes, considerados importantes atributos de atração turística. É preciso lembrar que, próximo ao Porto da Manga, em um curto trecho do rio Paraguai, desembocam quatro importantes rios piscosos que cruzam diferentes ecossistemas do Pantanal: o rio Taquari, o rio Negro, o rio Abobral e o rio Miranda.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados coletados em campo, associados aos documentos registrados e ao referencial teórico selecionado, permitiu uma série de reflexões, colocadas em discussão.

4.1 Política ambiental no Brasil e participação social

As políticas públicas de proteção ambiental no Brasil vêm se aperfeiçoando com os anos, no sentido de preservar não só o ambiente natural e garantir recursos às próximas gerações, como também de melhorar a qualidade de vida das pessoas que fazem parte desse ambiente. Cientistas e pesquisadores do mundo inteiro apontam como essencial a participação, sobretudo das populações locais, nas soluções de problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, tem se tornado fundamental a participação de todos os segmentos da sociedade para o sucesso das políticas de conservação da biodiversidade e da vida humana.

A regulamentação de políticas ambientais tem várias finalidades pontuais que convergem para um cenário mais amplo, já que além de praticar o uso sustentável dos recursos naturais, pensa-se no bem-estar da população. Além de vários dispositivos legais criados nesse sentido, a participação da sociedade foi garantida pelo artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A política ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul, também tem sido permeada de inúmeras leis, decretos, resoluções e portarias que visam à proteção dos recursos naturais e o bem-estar da população. A maioria desses dispositivos legais preconiza a participação da sociedade nas questões ambientais.

O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), responsável pela normatização dos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação (SEUC), apoiado na Lei 9.985/2000, estabelece que um dos principais instrumentos de gestão das Unidades de Conservação e de áreas protegidas é o Conselho Gestor. Dele devem fazer parte representante dos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil e em especial quem é do território protegido. Não basta opinar em reuniões de conselho. Participar significa “fazer parte”, seja do diagnóstico da situação, seja da elaboração, execução e avaliação constante dos projetos.

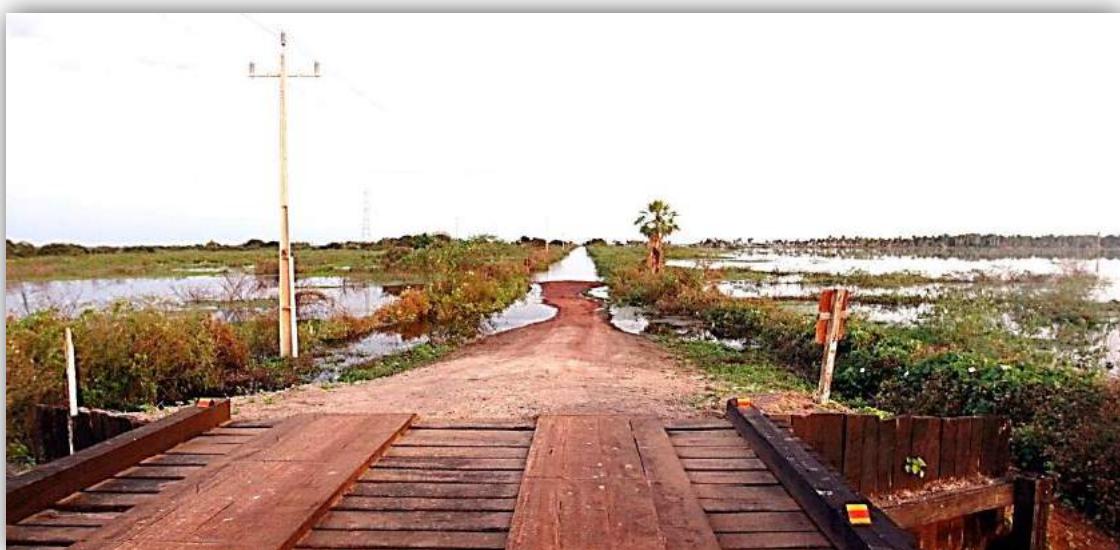
A AET Estrada-Parque Pantanal acabou sofrendo alterações por meio do Decreto 9.938 de 2000 e do Decreto 13.412 de 2012, sendo criado o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico da Estrada-Parque do Pantanal. Esse conselho é de natureza consultiva e deliberativa (IMASUL, 2016).

4.2 Estrutura física da estrada e sua readequação

Uma das missões do Decreto Estadual de 1993 que cria a Estrada-Parque Pantanal (EPP) é promover o desenvolvimento turístico, assegurando a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural. Também deve fixar normas de uso e ocupação do solo e alocar recursos para atender as medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos do Decreto.

Dentre os recursos para atender o funcionamento da EPP, um dos mais importantes é sua infraestrutura de acesso. Infelizmente, passadas mais de duas décadas, vários governos estaduais e municipais, vêm divulgando o Pantanal como um paraíso a ser explorado. No entanto, pouco tem sido realizado em relação a isso. Tem se observado uma atenção focalizada basicamente na manutenção no leito carroçável e nas pontes de madeira, visando facilitar o tráfego de automóveis e caminhões, que interessa também o escoamento da produção do setor pecuário. Mas essa infraestrutura fica comprometida durante o período das cheias, impedindo o tráfego de veículos. A figura 32 ilustra um momento de cheias anuais no trecho entre o Porto da Manga e a Curva do Leque, atingindo a EPP.

Figura 32 – Estrada-Parque Pantanal interditada pelas águas do rio Paraguai.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2014.

Na região pantaneira, a pecuária é a atividade econômica mais importante. Existem três grandes leilões de gado, sendo o mais relevante o leilão realizado, no último sábado de cada mês, na Fazenda Novo Horizonte, na Curva do Leque. Esses leilões são transmitidos ao vivo pelo Canal do Boi⁴³ a todo país (Figura 33).

Existe uma estimativa de que 60% do gado sejam comercializados nesse leilão, transportado via caminhões de boi pela MS-184, no trecho que liga a Curva do Leque ao Buraco das Piranhas na BR-262. Em 2014, de acordo com os dados divulgados pelo website empresa Leilão Leiloboi, na Fazenda Novo Horizonte, onde acontecem os leilões, foram arrematados 42.000 animais. Isso equivale, considerando-se uma média de 22 bois por caminhão, aproximadamente 2.290 viagens nesse trecho só para retirar essas cabeças de gado.

São 190 caminhões transitando mensalmente na EPP, para escoar o gado somente do leilão que ocorre na fazenda Novo Horizonte. Se forem somados a outros leilões e ao restante dos veículos que transitam pelo local, essa quantia aumenta assustadoramente. Observa-se, portanto, a necessidades de uma atenção especial à EPP, no mínimo para uma sinalização adequada, para a manutenção da via especialmente na época de chuvas e das estruturas das pontes de madeiras. Da mesma forma, é preciso acompanhar mais de perto os possíveis impactos provocados ao meio ambiente pelo intenso trânsito desses veículos.

Figura 33 - Unidade móvel para transmissões ao vivo do Canal do Boi



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2016.

⁴³ O Canal do boi é um das três emissoras do grupo Sistema Brasileiro de Agronegócio, gerando um conteúdo informativo para cerca de *80 milhões de telespectadores em território nacional e de fronteira, tornando-se importante fonte de informações e negócios. *(Fonte: ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV).

A EPP, além de ser uma importante via de ligação entre a produção pantaneira e os centros consumidores, tem demonstrado o forte potencial relacionado às belezas cênicas e a presença de animais silvestres. No entanto, em seus 127 km, não apresenta nenhuma estrutura (estacionamentos, mirantes, passarelas) para observação da paisagem.

As 74 pontes sobre corixos e vazantes, na época que as águas começam a baixar, possibilita observar fauna local, inúmeras espécies especialmente de aves. O Pantanal tem mais espécies de aves que em toda Europa, a avifauna é rica e abundante. Tem sido um dos destinos mais apreciados em todo mundo para os observadores de aves.

Dorajeani (2003) descreve que nas estradas-parque é indispensável estruturas como estacionamentos, passarelas, mirantes, sinalização, postos de controle e pedágios em lugares estratégicos, em locais de relevante interesse paisagístico e faunístico, tais equipamentos organizados de maneira que dê conforto e segurança aos usuários, assim como proteção a fauna local.

Embora na EPP existam duas bases científicas de estudos do Pantanal - a Embrapa Pantanal e a Base de Estudos do Pantanal (BEP/ UFMS) - as pesquisas sobre a avifauna da Estrada Parque Pantanal têm sido pouco expressivas. Observações realizadas entre 2003 a 2008, por Nunes *et al* (2010) em 11 pontos da Estrada Parque Pantanal, permitiram registrar a ocorrência de 329 espécies de aves. Elas correspondem a 60 famílias, que representam 65% da avifauna da planície pantaneira.

Segundo levantamento realizado, nos anos de 2012 e 2013 somente na região do Passo das Lontras, foram registradas 155 espécies de aves distribuídas em 48 famílias (OLIVEIRA e Thomaz, 2014), o que representa aproximadamente 47% da avifauna de toda Estrada Parque Pantanal e 28% de toda planície pantaneira.

No entanto, inexiste estrutura que possibilite essa atividade de observação de pássaros, que chega a gerar milhões de dólares na América e na Europa. Tanto na estrutura física da EPP como nos serviços voltado ao turismo, o *birdwatching*⁴⁴ constitui um grande um potencial, mas é quase inexistente.

Atualmente na EPP os locais mais privilegiados, abertos a visão da planície, são as pontes ao longo da estrada. Com uma cota um pouco mais elevada (aproximadamente 1,00 m) em relação ao leito carroçável, já é possível uma visão panorâmica mais deslumbrante. Infelizmente, colocam em risco os turistas, pescadores esportivos e observadores de modo

⁴⁴*Birdwatching* em inglês ou passarinho é uma atividade de lazer que também contribui para a conservação dos ambientes naturais e para a educação ambiental e científica. Consiste em observar aves em seu habitat natural.

geral, por estarem na faixa de rolamento. Já existem registros de acidentes ocorridos devido essa situação. A Figura 34 ilustra o perigo dessa situação. Os caminhões trafegam a um metro aproximadamente das pessoas envolvidas em suas atividades de lazer, além de arriscado, tem-se o desconforto do barulho e da poeira.

Figura 34 - Conflito entre pessoas e o transito sobre as pontes na EPP.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2008.

O Pantanal apresenta-se como um dos locais de mais fácil observação da avifauna. O potencial que a EPP apresenta para a atividade de observação de aves é imenso e de baixo impacto ao ambiente natural. Isso se dá, em função de suas peculiaridades físicas, da abundância e diversidade das espécies, por contar com estrutura hoteleira existente, e dos conhecimentos das comunidades locais, que podem ser transformados em potenciais guias aos turistas. A estrutura e serviços relacionados à observação de aves são ínfimos, em relação ao enorme potencial de retorno que a atividade oferece, especialmente na valorização dos saberes tradicionais locais e das pessoas que os detém nas duas comunidades.

Apesar da diversidade e abundância e de aves encontradas na região e da elevada infraestrutura oferecida pela rede hoteleira, à região ainda carece de guias especializados na identificação de aves e estudos que direcionem as atividades de observação de aves. Direcionamentos estes que agregam valores éticos e sustentáveis à prática de *birdwatching*, garantindo assim, um turismo sustentável que vise causar o menor impacto possível e promover a educação ambiental e a construção da conscientização conservacionista (OLIVEIRA, e TOMAZ, 2014, s/p).

A estrutura física da EPP necessita ser readequada, no sentido de permitir também maior valorização das paisagens locais. No caso da *Blue Ridge Parkway*, em sua elaboração, arquitetos e paisagistas junto a outros profissionais elaboraram o seu traçado (SORIANO, 2006), que nesse caso privilegia a paisagem e não simplesmente a menor distância.

A EPP, embora de grande beleza cênica, não foi projetada para observar e admirar a paisagem pantaneira. Ela cruza quatro sub-regiões pantaneiras, rios importantes como o Miranda, Abobral, Negro e Paraguai e uma infinidade de corixos e vazantes, sem que o turista possa usufruir adequadamente desses atrativos naturais.

As longas retas das estradas que a compõem é um estímulo a velocidade, é um total antagonismo ao que se propôs a uma estrada-parque. A EPP, basicamente não tem curvas, a MS-184 e MS-228 tem em sua interseção, a Curva do Leque, onde funciona uma borracharia e uma conveniência, além de uns quartos para pernoite. Para quem entra no Pantanal da Nhecolândia, a venda do “Quequé” (como é conhecido o proprietário) é o último recurso para se adquirir qualquer mercadoria.

A Curva do Leque é um ponto de referência e quase que uma parada obrigatória aos viajantes, aos turistas, às excursões e para as expedições de motoqueiros, jipeiros, os aventureiros em expedições pelo Pantanal (Figura 35).

Figura 35 - Expedição na Nhecolândia, MS-228.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 20012.

Traçada na década de 1970, a MS-184 e MS-228, foi transformada em Área Especial de Interesse Turístico, 30 anos mais tarde em 1993. É necessário, no entanto, dentre outras coisas, para cumprir o que preconiza o Decreto 7.122/93, de estruturas físicas como centro de atendimento ao turista, guaritas, pórticos, marcos delimitatórios, mirantes, passarelas, estruturas para observação da fauna, base de apoio para Policia Ambiental, entre outras estruturas e ações como, por exemplo, uma política de ocupação do uso solo que minimize os conflitos entre usos e atividades, entre outras ações, que deverão ser definidas por um plano de manejo.

Dorojeanni (2003) explica que os planos de manejos das estradas-parque não precisam ser muito complexos, mas há de se levar em conta, no caso da EPP, o cuidado com os animais, assim como para o público visitante possa ver a fauna, sem riscos recíprocos (Figura 36). Em “Estrada-parque, uma oportunidade pouco explorada para o turismo no Brasil”, o autor faz uma relação entre *parkways* americanas e as estradas-parques no Brasil, comparando vários fatores como físico, o desenho, a infraestrutura e de como isso é importante para que se atinjam os objetivos das mesmas, como também, faz relação com as estratégias de manejo, a participação social, as parcerias com ONG’s, empresas privadas e investimentos públicos.

Dependendo dos casos, a velocidade pode ser a normal para as características da rodovia, ou pode ser muito menor quando os atrativos são muito importantes e seja importante parar o veículo para apreciá-los, como no caso da presença de fauna no Pantanal. Os turistas, até os mais educados, não resistem a parar o automóvel, até em locais não autorizados, quando aparece um espécimen que é raro. No Pantanal é comum observar, da própria estrada, animais tão raros como onças, cervos do Pantanal e tamanduás bandeira, além de milhares de jacarés, aves e capivaras. Nesse tipo de estradas-parque, como no Pantanal, e também pela necessidade de se evitar acidentes com a fauna que, com muita frequência, transita sobre a própria estrada, a velocidade máxima permitida deve ser de 60 km/hora, rigorosamente controlados. As pontes estreitas, sonorizadores, quebra-molas e radares ou pardais, devem ser instalados na estrada que, ademais, deve contar com um severo controle, exercido pela polícia de trânsito e/ou a polícia florestal ou ambiental. A infraestrutura de visitação consiste nos mirantes localizados nos próprios estacionamentos onde, se necessário, podem sair passarelas ou trilhas até lugares de interesse (por exemplo, um ninhal de aves ou uma lagoa com ariranhas) que estejam mais distantes (em nenhum caso além de 1000 m). No portão de entrada, anexo ao posto de pedágio e controle, pode se estabelecer um pequeno centro de visitantes, onde além de antecipar o que vai ser visto, sejam dadas informações, instruções e recomendações aos visitantes. A venda de *souvenirs* locais é também aceitável nesses locais. A sinalização sobre a natureza, a flora e a fauna é o complemento indispensável de toda estrada-parque (DORAJEANNI, 2003, p.4).

Figura 36 - Sucuri-amarela - *Eunectes notaeus* na EPP, próximo ao Buraco das Piranhas.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2015.

Dourojeanni (2003) ressalta que um plano diretor deva envolver todos agentes, como proprietários de terras, hotéis, comunidades e que haja entre eles cooperação, além de serem integrantes do conselho gestor. E que todos os vizinhos da estrada-parque devem ser beneficiados economicamente por ela, como hotéis, postos de combustíveis, lanchonetes, oficinas, etc.

Constituído há 16 anos, o Comitê Gestor ainda encontra muitas dificuldades na gestão da Estrada-Parque Pantanal, a maior dificuldade é tirar do papel o plano de manejo e tornar realidades as ações que ele propõe.

O Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 9.938, de 5 de junho de 2000, em seu “Art. 3º O Comitê Gestor da Estrada Parque Pantanal será composto de 20 (vinte) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, renovável por igual período, representantes dos seguintes órgãos, entidades, e segmentos, sendo:

- I - um da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR);
- II - um da Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes (SEOP), por meio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL);
- III - um da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC);

IV - um da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), por meio da Companhia Independente da Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul (PMA);
 V - um do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL);
 VI - um da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR);
 VII - um da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS);
 VIII - um do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PREV FOGO- MS;
 IX - um da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS;
 X - um da Prefeitura Municipal de Ladário-MS;
 XI - um dos Proprietários Rurais da Região, indicado pelo Sindicato Rural de Corumbá;
 XII - um da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL);
 XIII - um dos Proprietários de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);
 XIV - dois de Organizações Não Governamentais (ONGs) que tenham objetivo e atuação comprovada na conservação da natureza;
 XV - dois da Comunidade Científica do Estado, de notório saber em conservação da natureza e, preferencialmente, em Unidade de Conservação;
 XVI - um do Setor Empresarial ligado à Indústria do Turismo, preferencialmente do segmento do ecoturismo ou do turismo ecológico;
 XVII - um da Comunidade de Moradores do Porto da Manga;
 XVIII - um da Comunidade de Moradores do Passo do Lontra.
 (DECRETO Nº 13.412, DE 26 DE ABRIL DE 2012).

Considerando o plano de manejo da Estrada-Parque Pantanal fundamental para as ações estratégicas, “promover o desenvolvimento turístico assegurando a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural” (DECRETO 7.122/93), a situação atual é, segundo informações do Imasul (2016), que o plano de manejo ainda não foi publicado, protelando as ações que visam o desenvolvimento da EPP.

Soriano (2006) constatou em visita técnica na EPP, a total falta de estrutura específica relativa à condição de estrada-parque, a ausência de recursos humanos *in loco*, sede administrativa, dotação orçamentária e plano de manejo. Passados uma década a situação é exatamente a mesma. Portanto, observa-se a necessidade premente em se ir muito além do que a de se observar a paisagem da janela do carro. Além de construir estruturas físicas de apoio adequadas e investimentos, o plano de manejo precisa ser colocado em prática.

No entanto, ele precisa contemplar entre outras coisas um turismo comprometido com a cultura local, com a proteção da biodiversidade e a com a promoção da qualidade de vida das comunidades ali presente, além de apoio logístico aos empreendimentos que dela fazem parte.

4.3 Turismo na EPP e os impactos nas comunidades.

O turismo no Pantanal se inicia partir da década de 1970 (MARIANI, 2006), impulsionado pela piscosidade dos seus rios. A pesca esportiva cresceu na região e atraiu, além dos pescadores, trabalhadores de outras localidades em busca de oportunidades e investimentos no setor. Mas essa prática do turismo no Pantanal sul-mato-grossense foi crescendo de forma desordenada e gerando impactos de várias ordens, promovido muito mais por interesses externos, tornando-se desatento às necessidades de quem nele vive.

Mariani (2006) cita três grandes razões que explicam o desordenamento ambiental que o turismo vem provocando: a primeira é a falta comprometimento do poder público, o segundo é o fato da atividade do turismo ser promovida por interesses exógenos ao pantanal e o terceiro é à falta de integração das necessidades e preferencias dos atores da sub-bacia no processo de planejamento.

De acordo com o Observatório de Turismo de Corumbá, Fundtur/Pantanal, a região recebeu em 2015, mais de 52.045 pescadores esportivos. Desse montante, 21.937 tiveram como destino os polos rurais (Albuquerque, Porto Morrinhos e Estrada-Parque Pantanal). Dentre eles, 25% de turistas usufruíram da Estrada-Parque Pantanal, significando 5.484 pescadores em 2015 que se utilizaram dos empreendimentos de turismo da pesca do Porto da Manga e do Passo das Lontras.

A pesca esportiva tem se configurado ainda como a atividade mais importante na Estrada-Parque. Em estudos realizados entre 1994 e 1999, por pesquisadores da Embrapa, ficou demonstrado que a captura nesse período foi de 79,1 toneladas de peixes. Desse total 52% foram no Passo das Lontras e 22% no Porto da Manga. A pesca esportiva respondeu por 98% dessa captura (MORAES, A. S., 2002, p.103).

Segundo Catella (2003) a diferença fundamental entre pescadores esportivos e pescadores profissionais consiste nos produtos que esses agentes geram. A pesca profissional produz alimento para os seres humanos. Nesse, caso, abrange o pescado em si que é comercializado no município. A pesca esportiva não gera produto em forma de pescado. Os pescadores buscam o produto, que nesse caso é o atrativo, com potencialidade para lhe garantir o lazer da pesca. O produto que ele busca, além da paisagem e dos recursos que a natureza oferece, implica nos serviços oferecidos como receptivo (hospedagens, aluguéis de barcos, guias de pesca ou piloteiros) e instrumentos que possibilitem a pesca e seu deslocamento, tais como as iscas, o combustível, entre outros. Trata-se de uma natureza de

produto que pode ser oferecido de forma compartilhada pelos moradores locais, desde que de forma estrategicamente organizada.

[...] a estrada parque não ajuda a comunidade de jeito nenhum, a turma fala que o gringo vinha pro país ajudar! Ajuda nada. Ajuda o hotel onde hospeda e agência que traz ele. Agora o pescador, isso sim, o turista pescador ajuda de mamando a caducando, ajuda o piloteiro, ajuda o isqueiro, ajuda o posto de gasolina, o hotel onde posa, esse ajuda! Deixa o dinheiro. (Entrevistado: E04-08/16).

Catella (2004) relata que mais de 1/3 dos pescadores esportivos que visitam a Estrada-Parque Pantanal, não tem a pesca como o objetivo principal. Cita a qualidade do ambiente natural como a principal razão dessas visitas. Somente uma pequena porcentagem de 11%, tem na vida silvestre principal objetivo da viagem.

O estudo revelou, ainda, que os pescadores esportivos que estão motivados a visitar o Pantanal principalmente para observar a vida selvagem e desfrutar da região enquanto um ambiente natural singular, gastam significativamente mais dinheiro em sua viagem, do que aqueles pescadores esportivos que estão motivados sobretudo pelo sucesso potencial de suas pescarias ou para descanso. Em função desses resultados, considerou-se que, se a motivação principal dos pescadores esportivos não é a captura de peixes, mas antes a contemplação do ambiente, então o principal objetivo do manejo pesqueiro não deve ser, necessariamente, produzir mais peixes para a pesca esportiva. A administração da pesca deve se integrar à administração pública e à iniciativa privada, a fim de oferecer os serviços e as experiências que os visitantes estão interessados em comprar, o que deve aumentar o número destes e a disposição de cada um em pagar mais por sua visita. Ao mesmo tempo, esse procedimento deve reduzir a pressão sobre os estoques, deixando mais para os pescadores profissionais e de subsistência (Catella, 2004, p.3).

A pesca profissional entre 1979 a 1984 teve um aumento na captura de 1.007 toneladas para 2.136 toneladas. Segundo Silva (1986) *apud* Catella (2004), influências políticas de pesca nessa época, permitiam o uso de redes e tarrafas para pesca. Pelos registros do Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB)⁴⁵ estimou-se que a captura de pescado nesses anos atingiu 2.800 toneladas, sendo que 75% foram realizados por pescadores profissionais artesanais. Considerando-se a quantidade de pescadores esportivos que esse segmento atrai para região da EPP, já é possível verificar o papel que as políticas públicas

⁴⁵ Criada em 1977 com propósito de coibir a caça ilegal e a pesca indiscriminada, o Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB) com o passar dos anos e por várias políticas administrativas, em 1981 se transformou na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (SEMA) e em 2009, o órgão executor das políticas ambientais recebeu a atual denominação de Imasul – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

podem exercer para o melhor reordenamento dessa atividade, sem afetar a sobrevivência e qualidade de vida dos moradores dessas duas comunidades.

No boletim da Embrapa (2003), com o subtítulo “O peixe mudou de mão”, Catella relata que a partir de meados da década de 1980, ocorreu uma retração da pesca profissional em relação à pesca esportiva (Figura 37).

Figura 37 - Pescadores esportivos no rio Miranda- Passo das Lontras.



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2012.

Devido às decisões políticas dos gestores de pesca do Estado de Mato Grosso do Sul, vários decretos proibitivos em relação a certos aparelhos de captura de malha, como redes e tarrafas, tornou a atividade de pesca profissional menos produtiva. Essas medidas restritivas causaram impactos socioeconômicos negativos nas duas comunidades, com queda do poder aquisitivo e da qualidade de vida.

Em vista desse quadro, muitos pescadores migraram para o setor turístico pesqueiro, vinculando-se às empresas operadoras de turismo e passaram a atuar como piloto de barcos de alumínio com motor de popa (regionalmente denominado de piloteiro), conduzindo os pescadores esportivos em suas excursões pelo pantanal como constataram Catella *et al.* (1997). Entretanto, esse vínculo normalmente é temporário e não há estabilidade de emprego, restringindo-se ao período de duração da temporada anual de pesca, normalmente entre fevereiro e outubro. Sobre a situação, Petrete *et al.* (1993) advertem que: “transformar essa categoria social em mera mão de

obra especializada em servir a indústria turística da região, significa não respeitar o seu modo de vida e visão do mundo, que dever ser encarados como patrimônio cultural da Nação” (Catella, 2003, p.16).

Corroborando com Catella, porém com olhar voltado não aos pescadores, mas aos pantaneiros, peões e funcionários das fazendas da EPP, Ribeiro e Araújo (2011) em “Estrada Parque Pantanal, MS, Brasil: Paisagens ressignificadas, modos de vida alterados” descreve a transformação que a EPP passou nesses últimos 20 anos e os impactos que essas mudanças trouxeram no modo de vida da população local.

A paisagem do Pantanal nos últimos vinte anos passou por significações e ressignificações na sua forma e funcionalidade com o advento do turismo, a prática da atividade turística reorganizou o ambiente pantaneiro e consequentemente o modo de vida da gente pantaneira. Para a inserção do turismo, a paisagem pantaneira passou por alterações, para permitir a instalação da nova atividade. O processo econômico, social e cultural foi gradativamente modificando a paisagem do Pantanal para atender às necessidades impostas pela nova modalidade econômica: o Turismo (RIBEIRO; VARGAS e ARAUJO, 2011, p.5).

Complementando, as autoras fazendo referência as “formas e funções” alteradas em função da oscilação do quadro econômico, em épocas distintas, das atividades desenvolvidas na EPP, pecuária, pesca e turismo. A construção de pousadas exclusivas para pesca até a década de 1980 dá lugar ao crescente público que tem o turismo contemplativo como o principal objetivo. As fazendas de gado, devido à crise que se abateu sobre o setor a partir de 1980, abriram as portas aos turistas de contemplação, em sua maioria a turistas estrangeiros.

Fatores como a disponibilidade de energia elétrica a partir da década de 1990, o acesso à comunicação, a televisão via satélite, o celular e internet fazem parte dos significados e dos ressignificados pelos quais passou a paisagem pantaneira e a gente pantaneira.

Assim como os pescadores profissionais migraram de função, devido às circunstâncias mais favoráveis ao turismo da pesca esportiva, os empresários do ramo do turismo e fazendeiros também se adaptaram a uma nova modalidade de turismo, o turismo de contemplação, o turismo rural, o ecoturismo.

4.4 Potenciais na EPP e nos saberes locais para o desenvolvimento

A Estrada-Parque Pantanal, como se pôde constatar na pesquisa, apresenta grande potencial ao turismo contemplativo. Segundo dados do Ministério do Turismo (2016), 15,7% dos turistas estrangeiros que visitaram o Brasil em 2015, vieram a lazer e tiveram a natureza como motivação. O ecoturismo tem aparecido como um dos mais procurados depois da praia. O Pantanal foi eleito o quarto melhor destino para apreciação de vida selvagem no mundo. A votação, promovida por um dos principais portais de notícias dos Estados Unidos, o *USA Today* (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016)⁴⁶.

Um dos potenciais do turismo da EPP tem sido sua localização, considerada privilegiada em relação a outros polos turísticos do estado. A Estrada-Parque do Pantanal está inserida numa rota onde se insere com maior intensidade atividade turística no estado: Corumbá, Miranda e Bonito.

Ao longo dos seus 127 km, passa por quatro tipos de pantanais, já supracitados e uma variedade de composição vegetal, configurando ao longo da EPP diferentes paisagens. O turista tem oportunidade de usufruir de uma variedade paisagística, em função da rica diversidade de vegetação e plantas oriunda do Chaco, onde aparecem carandazais (*Copernicia alba*), paratudais (*Tabebuia áurea*), intercalados por campos limpos, corixos e vazantes. Também se depara com paisagem de regiões com vegetação de climas mais secos, as xerófilas, e com paisagens compostas por espécies florestais da mata atlântica, na moraria do Maciço do Urucum.

A figura 38 retrata uma paisagem característica na EPP onde se podem observar algumas fisionomias do bioma pantaneiro, durante a época em que nível das águas do pantanal começa a subir, os carandás (*Copernicia alba*) se sobressaem nos campos cobertos predominantemente por gramíneas e arbustos do cerrado que logo estarão submersos, ao contrário das cordilheiras ao fundo, que é a parte alta no pantanal, com espécies de cerradão/floresta estacional que se tornam abrigo aos animais durante as cheias.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6094-pantanal-e-bonito-sediam-encontro-de-turismo-de-aventura.html>. Acesso: 22/10/2016

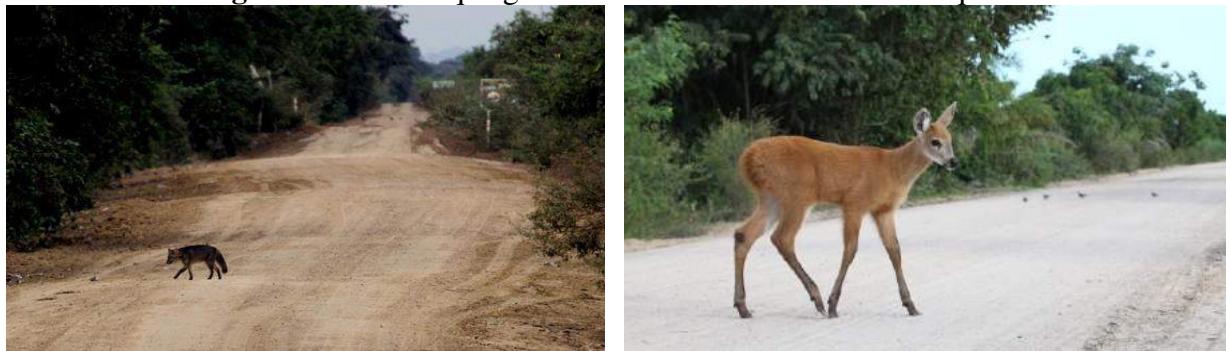
Figura 38 – Paisagens da EPP - cordilheiras, corixos e carandás.



Fonte: Marcelo Silva Oliveira, 2012.

A fauna silvestre que se associa a esses subpantanais como locais de recurso alimentar e *habitat* também é muito rica e diversa. É comum encontrar uma variedade grande de animais na estrada, como o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o veado-mateiro (*Mazama americana*), lobinhos (*Cerdocyon thous*), queixadas (*Tayassu pecari*), quatis (*Nasua nasua*), muitas capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e jacarés (*Caiman yacare*) (Figura 39).

Figura 39 - Fauna que geralmente atravessa a Estrada-Parque Pantanal



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2012-2014.

Além da diversidade da fauna e da flora o pulso de enchentes no Pantanal muda totalmente a paisagem. Em determinadas épocas do ano - de maio a junho – considerado período das cheias, a água inunda os campos, unindo lagoas e corixos, transformando a

paisagens em um imenso mar de água doce. Entre julho a dezembro, quando ocorre a vazante e o Pantanal começa a secar, os peixes ficam confinados nos corixos e essa a oferta de alimento fácil, transforma essas lagoas em um banquete para alguns animais, sobretudo as aves como os tuiuiús (*Jabiru mycteria*), garças (*Ardea alba*), cabeças-secas (*Mycteria americana*) entre outros animais (Figura 40).

Figura 40 – aves se alimentando no período da vazante



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2012.

Outro potencial na EPP é a história. Muito antes de o Marechal Rondon levar a linha telegráfica a Corumbá e edificar no Porto da Manga a casa de “Guarda-fios”, a região foi o primeiro palco de resistência à invasão paraguaia em 1864. O Barão de Vila Maria, depois de perder o filho mais velho e alguns escravos, no embate com os invasores, usou o Porto da Manga com rota de fuga. Para isso, chegou até a fazenda Firme, nas proximidades da Curva do Leque, para a preparação da longa viagem à corte (BARROS, 1998).

Durante a fase histórica, do final do século XIX até a década de 1930, quando Corumbá ganhou destaque como porto de navegação do rio Paraguai, também se deu o apogeu da indústria de charque. A Estrada-Parque Pantanal testemunhou parte importante

dessa história. Ela pode ajudar a recontar fatos históricos relevantes tanto de interesse do Mato Grosso do Sul, como nacional e aos países de fronteira.

Hoje, na localidade de Porto da Manga (MS), ainda existe um posto telegráfico, desativado, que foi ali instalado pela Comissão Rondon e que representa, em sua arquitetura singela, um marco desse esforço expansionista e da constituição fundiária da região. A guerra do Brasil com o Paraguai permanece viva nas edificações do Forte de Coimbra, no Mato Grosso do Sul, que foi construído entre os anos de 1775 e 1792 com o objetivo de estabelecer e guarnecer os limites do domínio português numa fronteira tênue, sobre a qual pairava tanto o interesse português quanto o espanhol. Da mesma forma, a guerra sobrevive no cotidiano da população local, seja no imaginário, através da crença nos “enterros” (tesouros enterrados por fazendeiros fugidos da guerra, que dessa forma procuravam proteger suas riquezas e economias), prontos para serem descobertos por pessoas afortunadas, seja nos costumes e no sangue castelhano que percorre as veias e inunda os hábitos e o linguajar dos descendentes dos atores da guerra. Se muitos dos povos com os quais os primeiros exploradores tiveram contato desapareceram, em decorrência da investida do colonizador, seus vestígios ainda podem ser encontrados hoje às margens do rio Paraguai e nos capões mais distantes. Nesses locais, sítios arqueológicos guardam, na forma de cemitérios indígenas, aterros com vestígios cerâmicos e conchas, além de diversos sítios com inscrições rupestres, o registro material de sua presença por todo o território pantaneiro (BANDUCCI, 2003, p.128).

Banducci (2003) menciona a existência na EPP de vários sítios arqueológicos e paleontológicos a ser protegidos, estudados e abertos à visitação ao público, quando este for o caso. De todo modo, trata-se de lentes calcárias fossilíferas na planície de inundação do Rio Miranda, próximo ao Passo das Lontras. Também existem inscrições petroglíficas, próximas da Moraria do Urucum (MMA, 2003). Em função desses e de outros acervos, o Pantanal foi incluído na região de Mato Grosso do Sul que se candidata junto à UNESCO, como geoparque.

O saber local consiste num importante potencial das comunidades do Porto da Manga e do Passo das Lontras, como também dos pantaneiros das fazendas da região (proprietários e peões) estes relacionados ao campo, à lida com o gado, entre outros. De todo modo, Trata-se de um complexo cultural que envolve competências relacionadas a hábitos, costumes, vestimentas, habilidades para produzir e usar artesanato, petrechos de pesca, na lida como o gado (Figura 41), na gastronomia, nos conhecimentos relacionados a recursos de uso terapêuticos. Também fazem parte desse acervo, as crenças, mitos e lendas, os famosos “causos” narrados pelos moradores. Esse complexo cultural de dimensão material e imaterial, construído nesse ambiente natural e na relação com ele, constitui um patrimônio de grande valor, se mobilizado adequadamente. Além disso, determinadas configurações da paisagem

naturais (corixos, vazantes entre outros) e construídas (pontes de madeira, por exemplo) já fazem parte da identidade visual a ser preservada.

Os pescadores profissionais, em particular, são “detentores de um valioso conhecimento ecológico tradicional, um saber que vem sendo cada vez mais valorizado e considerado no manejo dos recursos naturais em todo o mundo” (CATELLA *et al*, 2012, p.2).

Leff (2009) descreve que o diálogo de saberes é constituído no encontro de identidades.

É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. O ser, além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobiliando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável (LEFF, 2009, p.19).

Figura 41 - Comitiva exige habilidades específicas para essa travessia



Fonte: Marcelo Silva de Oliveira, 2015.

O potencial científico também é significante no entorno, a codificação e interpretação dos diagnósticos realizados e dos conhecimentos existentes permitem reflexões, que ampliam o discernimento a respeito de decisões a serem tomadas. O diálogo entre saberes locais e

científicos contribui para ampliar possibilidades estratégicas de reordenamento e reapropriação desse território turístico, em moldes mais sustentáveis.

De fato, o diálogo de saberes na gestão ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável, segundo Leff (2009), implica a participação dos atores na produção das condições de existência. Supõe a confluência entre o conhecimento do vivido pelas comunidades locais e aquele do conhecimento científico

Desse modo, esse diálogo pode ser potencializado, mediante parcerias com universidades, órgãos de pesquisa, ONG's, empreendimentos, entre outros. A fazenda Nhumirim é o Campo Experimental da Embrapa Pantanal, que está localizada em uma das extremidades da EPP, na região da Nhecolândia. A EPP está sempre em evidência aos olhos dos pesquisadores da Embrapa, que tem a estrada como via de acesso ao campo experimental. A Base de Estudos do Pantanal (BEP), no Passo das Lontras, contribui não só com pesquisas científicas, mas também com ações na área da saúde. Presta serviços médicos, odontológicos aos moradores da região. Também no Pantanal e EPP atuam ONG's nas comunidades, a exemplo da Ecoa.

O *status* de Patrimônio Natural da Humanidade e de Reserva da Biosfera, concedido pela Unesco, é outro potencial que beneficia os empreendedores do setor do turismo. O *marketing* da região é muito forte, os títulos internacionais, a visibilidade do Pantanal pela mídia. Pode-se dar como exemplo, a novela Pantanal que revelou suas belezas naturais, ao Brasil e a diversos países por onde foi veiculada. Também ficaram conhecidas as composições musicais de artistas locais, sejam de Almir Sater, Paulo Simões, dos diversos integrantes da família Espíndola, do Grupo Acaba, entre outros. Da mesma forma, ganharam notoriedade as poesias de Manoel de Barros. Assim como essas, outras formas de expressão artísticas sobre o pantanal contribuem para divulgar o Pantanal e atrair o turismo na EPP.

A estrutura hoteleira da EPP, estabelecida há tempos, é outro potencial. Os empreendimentos voltados ao ecoturismo são: a Pousada Santa Clara, a Pousada Xaraés Ecoturismo, a Pousada São João Ecotur e o Pantanal Jungle Lodge. Relacionado à pesca, os estabelecimentos às margens do rio Miranda são os preferidos pelos pescadores esportivos por motivos óbvios, são eles o Lontra Parque Hotel, a Pousada do Lontra, o *camping* Santa Catarina e o Lontra Pantanal Hotel.

A EPP cruza dois dos rios mais piscosos do estado, o Rio Paraguai e rio Miranda. O desafio é para integrar os conhecimentos e ações dos vários atores, de modo convergente. Jara (2007) em um enfoque alternativo de desenvolvimento propõe “um desenvolvimento

mais justo, realista e sustentável, organizado e planejado a nível do espaço local” (JARA, C. J. , 2007, p.215).

4.5 Limitações a serem superadas na EPP

A Estrada por si, já é um elemento de risco à degradação do meio, principalmente em uma área onde a biodiversidade é intensa. Segundo a bióloga D’Abra (2014) as estradas causam impactos no ambiente natural, que incluem a dispersão de espécies invasoras, alterações de ciclos hidrológicos, mudanças microclimáticas, poluição atmosférica, produção de ruído, perda e degradação de habitats e fragmentação de ambientes.

Especificamente para a fauna silvestre, há dois impactos principais: a perda de espécies por atropelamento, que é direto, visível e mensurável por conta das carcaças presentes em faixas de rolamentos e acostamentos, e o efeito barreira, um impacto indireto e não mensurável que resulta do não encorajamento dos indivíduos em atravessar rodovias, consequentemente trazendo problemas relativos ao isolamento e perda de variabilidade genética, eventualmente ocasionando extinções locais e regionais (D’Abra, 2014).

A Estrada-Parque Pantanal, construída com aterros que variam de 1 a 3 metros de altura, consiste em um corredor ecológico que atravessas diversos subpantanais. Nos meses de cheia, os animais buscam as partes mais altas do Pantanal como refúgio. Nesse período, tem-se mostrado mais frequente o conflito com o fluxo de veículos, que resulta em atropelamento de animais silvestres.

A pesquisa de Fisher (1996), citadas por Soriano (2006), sobre atropelamentos de animais silvestres na MS-228 entre Porto da Manga e a Curva do Leque, serviram para subsidiar uma importante iniciativa de sua autoria, o “Programa Estrada Viva”. Neste trabalho o autor apresenta propostas de intervenção para minimizar os impactos sobre a vida silvestre na BR-262.

Em estudos sobre ecologia de estradas, Rosa (2012) relata que no Brasil são pesquisados somente atropelamento em vertebrados e que em alguns grupos da fauna são mais negligenciados que outros, é o caso de anfíbios, que não há nenhum estudo publicado sobre essa espécie e que essa falta de pesquisas dificultam as ações de manejo no sistema rodoviário brasileiro.

O efeito borda⁴⁷ em alguns trechos da EPP também é fator degradante, mas sobre a dimensão de tal impacto ainda não há pesquisas disponíveis, é necessário que sejam realizadas mais produções científicas nesse sentido para se sejam tomadas as precauções corretas no manejo da estrada.

Em relação à estrada propriamente dita, devido à escoação da produção pecuária da região, a quantidade de caminhões de bois e o peso da carga, teriam que ser avaliados para saber qual seria a opção menos impactante: a diminuição da frota e o aumento do peso da carga ou mais caminhões transportando menos bois.

Há de se levar em consideração ainda as pontes de madeira (Figura 42). Para a manutenção de sua estrutura, devido a grande carga que sofre, além das enchentes, queimadas e o desgaste natural pelo uso, são necessárias madeiras de árvores regionais de grande porte, muitas vezes centenárias. Vegetação que está sendo suprimidas das matas nativas de lugares cada vez mais distantes, além da retirada dessas espécies da mata, causa-se grande impacto também pelo transporte até a EPP.

Figura 13 - Peão conduzindo uma Tropa sobre a ponte do rio Abobral.



Fonte: Marcelo S. de Oliveira, 2015.

⁴⁷ A estrada quando corta um fragmento de mata, deixa esta mais vulnerável às ações externas, como invasões biológicas, penetração de vento e radiações solares. Estes fatores propiciam uma diferenciação entre as condições físicas e bióticas na borda e no interior do fragmento, alterando a estrutura, a composição e/ou a abundância relativa de espécies na parte marginal de um fragmento.

Se as pontes de madeira, que cruzam corixos, rios e vazantes, além de funcionais, é identidade da estrada-parque, sua manutenção tem custado gastos constantes aos cofres públicos e à natureza. As 74 pontes de madeira exigem manutenção quase que ininterruptamente na EPP. Para não descaracterizar a identidade da Estrada-Parque, nas pequenas pontes (inferior a 12 metros), a madeira de reflorestamentos ou peças pré-fabricadas de concreto, poderia ser uma possível solução, a um custo baixo e sem prejuízo estético, visual.

A falta de equipamentos e estruturas de apoio ao turista na contemplação da paisagem também constitui uma limitação a superar. Incluem-se entre eles, especialmente os instrumentos de suporte (mirantes, passarelas, observatório de aves, centro de atendimento ao turista, base para polícia ambiental, entre outros) e retirada de espécies invasoras das margens da estrada, tais como o saranzinho (*Sesbania virgata*) e o espinheiro-preto (*Mimosa Weddiliana*) e/ou outros arbustos, que prejudicam a visualização do entorno.

A precariedade da comunicação, sinais de telefonia e *internet*, traz limitação à atividade turística e aos mecanismos de gestão, assim como os serviços básicos destinados aos moradores das comunidades locais.

O mundo de exclusões, segundo Santos (2001) se agrava diante da desproteção social, gerando grande insegurança, especialmente num mundo neoliberal em que o processo político tende a ser conduzido pelas grandes empresas. O sistema perverso como esse, segundo ele, inclui a morte da verdadeira política.

O abandono e o descaso em que vivem as comunidades do Porto da Manga e do Passo das Lontras foram verificados, por não terem sido alvo das ações previstas pelas políticas públicas. A ausência dessas ações somada à insegurança gerada pela falta de titularidade e da precariedade de suas habitações, evidenciam um descompromisso com as comunidades locais. Essa ausência de ações governamentais tem conduzido os moradores ao descrédito em relação às políticas públicas. Em todas as entrevistas realizadas, ocorreram reações negativas, quando questionado sobre a confiança nos gestores públicos.

Na fala da entrevistada E09, Presidente da Associação dos Moradores do Passo das Lontras⁴⁸ e membro do Conselho Gestor da EPP, fica bem clara a crítica e a indignação com a política focada ao turista em detrimento as comunidades locais. Segundo a entrevistada E09, nas reuniões que participou do conselho gestor da EPP, a pauta discutida não contempla as comunidades, as discussões tem foco no turista, como a construção de um centro de

⁴⁸ A Associação de Moradores do Passo das Lontras, ainda é uma entidade figurativa, não foi formalizado oficialmente.

atendimento ao turista e mirantes para observação da paisagem. Segue o relato da entrevistada.

[...] o ano passado, fui numa reunião aqui na Manga, mostraram um projeto que ia sair um quiosque grande lá... eu falei porque vai ficar fazendo um monte de coisaiada negócio grande pro turismo, porque não olha um pouco para nossa comunidade, por causa que.... [...] eles (conselho gestor) abriu um dia um projetão lá na parede e explicou, mas num dava aquele projeto não porque eu queria uma coisa para minha comunidade há quanto tempo eu frequento aquela coisa lá, aquela reunião e ela só sabe falar que vai colocar um mirante não sei aonde, outra mirante não sei aonde que custa quase 2 milhões de reais, mas porque que não olha, com 2 milhões de reais não dá pra olhar pra minha comunidade. Esta certo turista vem apreciar o nosso Pantanal, mas vem e vai embora e nós que fica. Os turista vem ai anda por cima da ponte, vê, mas aqui no lugar que nós mora, tem casa ai que não tem esgoto, o esgoto cai tudo dentro dessa água aqui, quando chove esse negócio fede, essa água fede... agora mirante...mirante, vou subir lá encima e ver o Pantanal só do alto, eu quero ver o Pantanal aqui da terra [...] tem desmanchar tudo essas casas, tem que aterrarr tudo isso aqui e fazer esgoto [...]⁴⁹

O turismo é ambíguo, tanto quanto aos benefícios como aos impactos negativos ao ambiente e a comunidade. A evolução das telecomunicações, da ciência e tecnologias, os meios de transportes, mesmo que precários e incipientes na EPP, favorece o acesso de culturas de outras regiões, de outros países, surgindo novas relações, novos significados, tais influências, geram alterações no modo de vida, dos costumes e, muitas vezes, pode ser nocivas à comunidade local. Um turismo com crescimento desordenado, focado na espoliação do turista e na exploração sem critérios do meio ambiente leva a degradação dos recursos e propicia a criminalidade, desemprego, e acaba por descaracterizar o deu origem ao seu atrativo.

Na vila do Porto da Manga (MS), presenciou-se um grupo de cinco meninas, três delas seguramente menores de idade, devendo possuir entre 13 e 15 anos, oferecendo seus serviços aos pescadores esportivos e outros turistas que passavam pelo local. Os programas realizados com os turistas são os mais lucrativos, conforme informaram. Porém, na ausência destes, atendem aos marinheiros dos rebocadores que navegam pelo rio Paraguai e, quando nem mesmo essa clientela se mostra disponível, acabam por se entregar, à custa de alguns trocados, aos moradores do local, pescadores de iscas e funcionários de hotéis que, como elas, vivem na condição de pobreza extrema (BANDUCCI, 2003, p. 130).

⁴⁹ Transcrições dos entrevistados foram de forma literal.

Contudo, não se podem creditar todas as disfunções, os distúrbios somente à atividade turística desenvolvida no Pantanal. Quem chegou primeiro: o turismo ou as mazelas da nossa sociedade? Desemprego, o despreparo, a pobreza, a falta de oportunidades, a incompetência e corrupção!

Eduardo Yázigi em “Saudades do Futuro” diz que “a alegação que o turismo destrói os bons costumes das populações tradicionais pode ser real, mas, via de regra constitui outra balela”, e que o turismo é diabolizado, na verdade, em vários casos o turismo é responsável pela recuperação das tradições e pela coesão social (YÁZIGI, 2009, p.44).

Vivemos em um território marcado pela conectividade, entrelaçados, vinculados, dependentes de um conjunto de sistemas, que se molda, se sobreponem de forma complexa e dinâmica. O reflexo do nosso desenvolvimento, ou a falta dele, é replicado em escala local.

4.6 EPP - Estrada-Parque de papel?

O Pantanal, inserido no sistema global, vem sendo valorizado pelas condições do ambiente natural, no qual empresas envolvidas com turismo venderem a ideia de natureza preservada a ser valorizada e a respeito da apreciação da cultura das comunidades locais.

Tais elementos são vendidos pelos empreendedores turísticos, que criam, pelo chamado “marketing turístico”, o “paraíso na terra”. “Assim como o turismo chamado de tradicional, o ecoturismo vende também um símbolo: no caso do Pantanal, é vendida como simbólica a ideia da natureza preservada e disponível para ser apreciada” (MORETTI, 2000, p.9).

O *folder* da Estrada-Parque Pantanal (Figura 43) faz um convite ao turista com o slogan “Uma viagem transformadora!” com o subtítulo no rodapé do encarte, com uma fonte menor, mais discreta, mas que ressalta e finaliza tal experiência com a frase: “A natureza selvagem e as culturas das populações locais para o fascínio de seus olhos!”.

Na parte interna do *folder* o tópico Turismo Comunitário ele esclarece: “Nas comunidades, o turista tem a oportunidade de vivenciar o dia a dia dos moradores, desfrutar das comidas típicas e conhecer a produção artesanal das famílias e lugares estratégicos para o lazer”.

Figura 43 - Cartaz de promoção da EPP vende o mito da “viagem transformadora”



Fonte: Ecoa s/ d

Assim como a placa indicativa (Figura 44), fixada há anos próxima a Curva do Leque, indicando o Centro Temático de Integração “que não existe”, o turismo comunitário, hoje, também é inexistente.

Nas comunidades da EPP inexistem empresas que operem tais serviços. Segundo Girard e Vargas (2008, p.71) a maioria das operadoras nem se localizam no Pantanal. Os serviços contratados nas comunidades se limitam ao turismo da pesca esportiva, no aluguel de barcos, venda de iscas e contratação de piloteiros “guia de pesca”.

Figura 44 - Placa indicativa, indicando um Centro Temático inexistente.



Fonte: Marcelo S. de Oliveira, 2016.

Em seguida, o aspecto precário das casas no acesso a um dos empreendimentos turísticos no Passo das Lontras. Não confere com o imaginário veiculado pelas propagandas das empresas de turismo (Figura 45).

Figura 45 - Acesso a um dos empreendimentos turísticos do Passo das Lontras.



Fonte: Marcelo S. de Oliveira, 2016.

Essas ações propagandísticas, segundo Vargas e Heemann (2003) permitem a contribuição da atividade turística com o mito acerca do ambiente e da paisagem, fonte de devaneios e fantasias, que, de fato, não correspondem à realidade. Os autores declaram que vigora no turismo uma comercialização de representações e que o mercado utiliza dessas representações do imaginário coletivo para a promoção de vendas veiculando uma propaganda assemelhando a natureza como ao Jardim de Éden.

Yázigi (2012), por outro lado, afirma que o turista não é estúpido. Diante de propagandas exageradamente fantasiosas, ele consegue encarar a cena como um jogo de mercado. No caso de um turismo de base comunitária ser alternativa para essas empresas, ele chama atenção para não se construir projetos sociais, sem as estratégias adequadas para isso, de modo a não continuar alimentando os integrantes da comunidade de ilusões.

As políticas públicas de atividade turística, conforme se pôde verificar, precisam gerar ações estratégicas para retirar a população da zona de risco, da exclusão social, de modo que elas mesmas, de forma participativa e solidária consigam conquistar maior autonomia, superando problemas e avançando para uma situação mais digna. Para alguns autores, isso significa fortalecer o capital social.

O capital social vem como resposta ao pensamento econômico convencional, de que a sociedade é formada por indivíduos independentes, cada um agindo de acordo com seus objetivos. O capital social passa a ser um dos componentes-chaves do desenvolvimento, destacando a cooperação, a confiança, a identidade, a comunidade e a amizade entre os indivíduos como um instrumento de solução para a ação coletiva (CASTILHO, M. A., ARENHARDT, M.M., LE BOURLEGAT, C. A., 2009, p.163).

Mas de nada adianta contar com políticas públicas institucionalizadas, quando inexistem ações concretas a respeito, por meio de um processo de gestão.

No caso da AEIT Estrada-Parque Pantanal, o conselho gestor já foi criado há 16 anos para gerir as potencialidades e as dificuldades. No entanto, até o presente momento ainda não tem disponível um diagnóstico detalhado, um plano diretor e um plano de manejo. Sem esses instrumentos de apoio supõe-se que o conselho gestor pouco possa contribuir para desenvolvimento sustentável da Estrada-Parque Pantanal.

No relatório final do Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, apresentado em 2004, foi ressaltado que o conhecimento insuficiente dos tomadores de decisão, o despreparo da comunidade para participar de forma efetiva, a frágil motivação política e a fraca participação social, seria

consequências da fragilidade político-institucional e da falta de implementação dos instrumentos de gestão.

Ao discorrer sobre as políticas públicas de gestão em unidades de conservação federais, Barreto (2012) procurou analisar vários planos de manejo, buscando compreender seus mecanismos e chegou à conclusão de que essas políticas, de modo geral, apresentam um histórico associado a muitos conflitos e dificilmente vêm obtendo sucesso em sua implantação. Os problemas, segundo Dourojeanni (2001) relacionam-se quase sempre a desinteresse governamental, à falta de recursos além de falta de capacitação de pessoal e acabam recaindo em desarticulação institucional.

Esse cenário resulta no que se convencionou chamar de “parques ou unidades de papel”, como são chamadas as UCs instituídas legalmente, mas que têm pouca ou nenhuma efetividade no alcance de seus objetivos (DOUROJEANNI & PADUA, 2001) Barreto *et al* (2012, p.111).

O questionamento que se faz sobre o Conselho Gestor da Estrada-Parque Pantanal é se ele também teria resultado numa outra natureza de EPP, ou seja, numa Estrada-Parque de Papel.

A organização social no território vivido e a capacitação das pessoas que formam as comunidades ribeirinhas do Passo das Lontras e do Porto da Manga, com apoio das instituições locais, especialmente os órgãos de ensino e pesquisa, podem facilitar sua inclusão no desenvolvimento da atividade turística na EPP.

A competência local para superar problemas e se desenvolver depende em grande parte da aptidão coletiva para integrar esses conhecimentos locais historicamente acumulados com conhecimento de culturas externas. Quando situações de necessidade ou de novos interesses se apresentam, estes conhecimentos internos são resgatados – sejam por meio de cursos de capacitação, vivencia intercultural, entre outros – e metabolizados no local desse conhecimento externos para se gerar ideias e ações criativas. Assim, a inovação é um processo endógeno, pois nasce sempre em contexto locais, no entanto, também envolve relação com contextos extra locais (LE BOURLEGAT, 2016).

Esse esforço de natureza endógena, que envolve pessoas e instituições de origem local, conta com maior cumplicidade desses atores em ações que promovem seu território de vida. Portanto, movimentos dessa natureza apresentam maior potencialidade para deflagrar processos de desenvolvimento que venham ao encontro do atendimento das necessidades humanas específicas do lugar.

Coriolano (2003) ratifica que os processos exógenos para desenvolvimento local ou o turismo para benefício de comunidades, significa adotar políticas que criem oportunidades de renda e proteção social, colocando o homem no centro do poder, ou seja, revalorizar o local e dar créditos aos habitantes do lugar.

A promoção do desenvolvimento humano, conforme bem lembra Brasileiro (2012) é também o caminho mais seguro para se promover inclusão social.

Novos modelos são criados e recriados, com o intuito de apresentar outros caminhos e propostas alternativas para promover a inclusão social, a valorização de bens culturais e ambientais, e o bem-estar econômico. A partir dessas novas leituras, a produção e a prosperidade econômica, que eram vistas como a essência do progresso, tornam-se meio para o desenvolvimento dos valores humanos (BRASILEIRO, M. D. S., 2012, p.83).

O desafio do turismo é, portanto, promover a qualidade de vida dos atores locais e, ao mesmo tempo, vivências realistas para os turistas. Para a autora, esse processo torna-se viável, mediante uma forma de educação que enalteça os valores humanos, que favoreça o diálogo de saberes, interage com as formas de pensar, sentir e agir do lugar, adequadamente inserido em seu contexto regional, nacional e também mundial.

Atualmente o modelo do turismo praticado na Estrada-Parque Pantanal, reproduz o mercado, capitalista, que visa o lucro acima de tudo. Sabemos que o turismo é ótima ferramenta de indução ao desenvolvimento, sobretudo nas zonas rurais e locais onde a econômica é menos diversificada.

Sabemos que esse conjunto de estruturas que constitui o segmento do turístico, como hospedagem, bares e restaurantes, centros de convenções e feiras de negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de *souvenirs* e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística movimenta enormes somas, que é um ativo importante na economia do nosso país. Manter essa indústria é essencial, no entanto temos que mudar essa postura insustentável de desenvolvimento, que não desenvolve as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos numa grande dicotomia. Ao mesmo tempo em que exaltamos a natureza e a temos como condição *sine qua non* para a sobrevivência das espécies no planeta, inclusive a nossa, é cada vez mais comuns os desastres ambientais de grandes proporções devido à ineficiência de uma política responsável de exploração dos recursos naturais.

Vivemos numa relação internacional em que a lógica capitalista, os meios de produção e o modo de consumo trazem enormes prejuízos a muitas nações, causando um desequilíbrio socioeconômico nefasto, superexploração da natureza e perda da biodiversidade do planeta.

O Pantanal e as comunidades estudadas fazem parte desse sistema global em que os impactos naturais e sociais alteram o modo de vida local. Os problemas ambientais afetam a fauna, flora, solo, águas, ar e, consequentemente, o homem. O uso e a ocupação inadequada do solo, a implantação de hidrelétricas no planalto de entorno, assim como as políticas públicas nacionais e internacionais, afetam diretamente o ribeirinho, o pantaneiro e o turista, com reflexos diretos sobre a natureza e seu modo de exploração.

A pesquisa permitiu verificar que a Estrada-Parque Pantanal, como área protegida, ainda não tem apresentado nem mecanismos eficazes, nem estruturas físicas suficientes para potencializar o turismo ali praticado e nem os saberes locais das duas comunidades que dela fazem parte, de modo a contemplar no sentido pleno o desenvolvimento sustentável. Os poucos esforços têm impactado mais na infraestrutura (pontes e manutenção da via) do que na conservação da natureza e dos seres humanos que fazem parte dela. Nesse sentido, o conceito de Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) precisa ser melhor refletido, assim como as ações e maior comprometimento dos gestores públicos através do seu órgão de controle, o Imasul.

Como se pôde verificar por meio do diagnóstico realizado junto às comunidades do Passo das Lontras e do Porto da Manga, ambas abrigam famílias tradicionais de pescadores profissionais artesanais, cujos saberes foram colocados muito mais a serviço dos empreendimentos do turismo de pesca e ao turismo contemplativo.

Pela forma como esses saberes locais foram mobilizados, foi possível constatar que a sustentabilidade focalizada, até então, tem sido apenas em prerrogativas aos empreendimentos da região, não revertendo benefícios às comunidades locais. Desse modo, eles não têm tido oportunidade de ampliar suas capacidades para poder protagonizar com maior autonomia as funções exercidas e de forma coerente com seu ambiente de vida.

As empresas do setor do turismo vendem uma representação de ambiente natural do Pantanal como se fosse um verdadeiro paraíso a ser preservado, e de uma cultura local a ser apreciada. No entanto, a sociedade e cultura produzida não são potencializadas e pouco usufruem desse utópico paraíso.

É preciso lembrar que os pescadores profissionais artesanais ainda têm sido fragilizados economicamente diante da sazonalidade da pesca e da legislação ambiental. A pesquisa permitiu verificar o esforço criativo de sobrevivência das famílias nessas condições.

O Estado, no papel de guardião da unidade protegida, na forma que lhe vem sendo atribuído, acaba por tornar mais crítica à situação. De um lado, não tem assistido adequadamente às famílias tradicionais de pescadores e nem praticado ações no sentido de potencializar os saberes locais tradicionais para inseri-los no diálogo com os conhecimentos dos pesquisadores e técnicos e agir em parceria com as organizações locais.

Esse seria o caminho mais seguro, para que os integrantes dessas comunidades pudessem se transformar em protagonistas do seu próprio desenvolvimento. De outro lado, o Estado estabelece restrições ambientais que dificultam a reprodução de suas vidas, na forma como tradicionalmente vinha acontecendo. Além disso, tendem a esquecer e marginalizar os moradores das duas comunidades de seus direitos de cidadão, seja em relação às condições de moradia, seja em relação aos serviços básicos nessas comunidades, requeridos para viver com dignidade.

Excluídos de políticas públicas e de serviços governamentais, os moradores ficam expostos a uma precariedade extrema nas condições de vida, especialmente relacionadas à habitação e infraestruturas básicas. Acabam sendo submetidos a um processo de exclusão social em seu próprio ambiente de vida.

Desse modo, sua exclusão se dá tanto no próprio ambiente de vida tradicional, como na cidade. A vivência transitória e pendular a que ficam submetidos nesses dois ambientes, em função da sazonalidade da atividade, também dificulta o enraizamento das famílias em seu território de origem.

Verifica-se urgência em se repensar o modelo de unidade protegida (AEIT) da Estrada-Parque Pantanal, para que se possa contemplar o desenvolvimento sustentável territorial no seu sentido pleno, para que dele faça parte o desenvolvimento humano e inclusivo.

As práticas remanescentes de convívio coletivo entre as famílias precisam ser potencializadas nas duas comunidades. As sinergias geradas por esses campos interativos podem ser direcionadas para potencializar memórias e saberes locais historicamente

construídos, assim como para construir coletivamente cenários comuns de futuro, na busca interna de soluções criativas e coerentes com a atividade econômica e o ambiente de vida. É importante que desse processo também participem as organizações mais comprometidas como as ONG's e universidades que, de alguma forma, já vêm lhes trazendo algum suporte. Tais conhecimentos endógenos na construção de um futuro desejado em comum ainda podem se reinventar, ao se alimentarem de conhecimentos externos.

O esforço para reverter essa situação a uma realidade mais inclusiva significa, sobretudo, proporcionar maior dignidade, respeito, ampliando-se as oportunidades e as competências de quem lá vive, incluindo as futuras gerações.

Com o aprofundamento da pesquisa, analisando vários aspectos da EPP e das atividades ali desenvolvidas, ficou evidente que para se preservar o patrimônio cultural e natural são necessárias estratégias que envolva os diversos segmentos e os atores locais em um foco convergente de interesses na proteção dos recursos naturais e que todos sejam beneficiados economicamente nesse processo.

A pesquisa demonstrou que o turismo é uma possibilidade de desenvolvimento sustentável quando gerido de forma inclusiva, com eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, portanto é imprescindível um plano de manejo que: oriente ações na implantação da infraestrutura da estrada-parque, que minimize os conflitos de ênfase à proteção da biodiversidade e bem estar aos turistas, e que conte com as necessidades básicas dos aglomerados e dos empreendimentos que dela fazem parte, seja turístico ou não.

Políticas públicas nas três esferas deverão ser conduzidas de maneira precisa e condizentes com a realidade local nos mais variados setores que influenciam diretamente e indiretamente da EPP. Investir no capital social e na infraestrutura local é imprescindível para incluir seus agentes em um processo de participação possibilitando uma discussão, elaborando alternativas, ações mais rápidas e eficazes em respostas às transformações tecnológicas, sociais e ambientais.

Esse estudo possibilitou observar o enorme potencial da região, e que o potencial emana dos homens que ali estão, dos que por ali passaram e que fizeram história. Esses pantaneiros e ribeirinhos propiciaram as atividades ali existentes como a pesca e a lida no campo. A fixação dessa gente pantaneira na região propiciou a vinda de outros sejam pelo trabalho e pelo turismo.

A indissolubilidade entre turismo sustentável, qualidade de vida da comunidade e o meio ambiente conservado na Estrada-Parque Pantanal ainda está no papel, no Decreto 7.122, na vontade das comunidades, dos empreendedores, dos turistas.

Enquanto que, na Estrada-Parque Pantanal passa boi, passa boiada, fica o homem!
Com seu conhecimento, com sua cultura. Invisível, na poeira do esquecimento.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. O Pantanal mato-grossense e a teoria dos refúgios. In: **Revista Brasileira de Geografia**; 50 (2): 9-57, 1988.”. In: Revista Brasileira de Geografia; 50 (2): 9-57, 1988.

AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça; AMÂNCIO, Robson; RIBEIRO, Carla Odone; TONIAZZO, Rosiclea Catarina. **Populações tradicionais e preservação ambiental no Pantanal Sul Mato-grossense: Um dilema entre a promoção do ecodesenvolvimento ou criação de eco-vítimas.** CONGRESSO DA SOBER, Londrina: UEL/ IAPAR, 2007.

ÁVILA, Vicente Fidelis. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceito**/Coordenação e responsabilidade técnica. 2 ª ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

BANDUCCI, Álvaro Jr.. **Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 117-140, outubro de 2003.

BARROS, Abílio Leite. **Gente Pantaneira:** (crônicas de sua história). Lacerda Editores, 1998.

BISELLI, Ana. **Blue Ridge Parkwal.** Disponível em <http://www.1000dias.com/ana/blue-ridge-parkway/> Acesso em: 11 setembro 2016

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** 1 ed. Rio de Janeiro. J. Zahar Ed., 2001.

BAYLONGUE, João; ANDRADE, Gilberto. **Aspectos da historia postal de Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.abrafite.com.br/bibliotcae.htm>. Acesso em: 16 agosto 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. **Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico.** In Brasileiro, Júlio Cabrera Medina, Luiza Neide Coriolano, orgs. Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide. **Turismo, cultura e desenvolvimento./** Maria Dilma Simões Brasileiro, Júlio Cabrera Medina, Luiza Neide Coriolano (Organizadores)... – Campina Grande: EDUEPB, 2012. 240 p CANAL DO BOI. Disponível em: <http://www.sba1.com/sobre-o-sba>

CASTILHO, Maria Augusta; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.** INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009.

CATELLA, Agostinho Carlos. **A pesca no Pantanal sul: situação atual e perspectivas.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. (Embrapa Pantanal Documentos, 48).

_____, **Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal sul: crise e perspectivas: Informações pesqueiras – conhecer para decidir** – Embrapa. 2004. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56374/1/ADM046.pdf>

_____, **Pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994 – 1999)** / Agostinho Carlos Catella – Manaus, 2001. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Coordenação de Gestão Participativa. Conselhos gestores de unidades de conservação federais. ICMBio MMA.2014

CATELLA, Agostinho Carlos; MORAES, André Steffen; MARQUES, Débora Karla Silvestre; NASCIMENTO, Flávio Lima; LARA, Jorge Antônio Ferreira; OLIVEIRA, Márcia Divina; BORGHESI, Ricardo. **Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal.** Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.152. Disponível em:
<<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM152>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Editora Paz e Terra, São Paulo- SP, 1999.

CNCFlora. *Aspilia grazielae* in **Lista Vermelha da flora brasileira** versão 2012.2 Centro Nacional de Conservação da Flora. Disponível em <<http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Aspilia grazielae>>. Acesso em :16 novembro 2016.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONDE, Carlos Alberto dos Reis - **Estrada parque: estratégia de desenvolvimento sustentável, o caso da estrada parque na Serra da Cantareira.** 2007. 210f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

CUNHA, Manoela Carneiro. "Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica". **Revista do Instituto de Estudos Avançados** , 1999. (Também publicado por: *Populations Traditionnelles et Convention sur la Diversité Biologique: l'exemple du Brésil. Journal d'Agriculture Traditionnelle et de Botanique Appliquée*, 1999).

CUNHA, Manuela Carneiro e ALMEIDA, Mauro W. B.. "Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon", *Daedalus. Journal of the American Academy of*

Arts and Sciences, vol. 129, n. 2, 2000, pp. 315-338. Publicado em **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

D'ABRA, Fernanda. **Atropelamento de fauna: desastre ambiental fácil de evitar.** Fernanda D'Abra. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28467-atropelamento-de-fauna-desastre-ambiental-facil-de-evitar/>. Acesso: 28/10/2016

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3^a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2^a edição. NUPAUB – Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. & ARRUDA, Rinaldo S. V.. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente-MMA / Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Universidade de São Paulo-USP / NUPAUB. Brasília, 2001.

DI MEO, Guy. **L'identité:** une médiation essentielle du rapport espace / société. In: Géocarrefour, vol. 77, n°2, 2002. pp. 175- 184.

DOMINGOS, Gilson Lima. **Pantanal da Nhecolândia: história, memória e a construção da identidade.** 2005. (Dissertação em História) Programa de PósGraduação em História, Campus de Dourados, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

DOUROJEANNI, Marc. **Estradas-parque, uma oportunidade pouco explorada para o turismo no Brasil.** Natureza & Conservação. 1(1): 74-77,. 2003.

_____, **Idéias para mestrandos e doutorandos.** O eco Jornalismo Ambiental. <http://www.oeco.org.br>. Disponível em:
<http://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/16376-oeco-14534/>. Acesso: outubro 2016.

ECOA. **ECOLOGIA E AÇÃO. Iscas vivas - transformando as comunidades do Pantanal mato grosso do sul.** Disponível em : <http://riosvivos.org.br/wp-content/uploads/2015/08/iscas-vivas.pdf>

ELIZALDE, Antônio. **Desarollo a escala humana: conceptos y experiências**. Interações. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p. 51-62 set. 2000.

EMBRAPA. **Aspectos produtivos da pecuária de corte do Brasil e de Mato Grosso do Sul**. 20 p.: il. (Embrapa Monitoramento por Satélite. Documentos, 102). 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/985362/aspectos-produtivos-da-pecuaria-de-corte-no-brasil-e-de-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 8 agosto 2016

_____, **Pesquisa e Desenvolvimento, recursos pesqueiros**. 2006. Disponível em <https://www.embrapa.br/pantanal/recursos-pesqueiros>. Acesso em: 12 agosto 2016

_____, **Pantanal, fragilidades e ameaças**. 2016. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/FOL54.pdf>. Acesso em: 9 setembro 2016.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. Brasil é o primeiro no ranking Turismo de Aventura e MS é referência no segmento. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/brasil-e-o-primeiro-no-ranking-turismo-de-aventura-e-ms-e-referencia-no-segmento/>. Acesso em: 3 setembro 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. República Dominicana: Relatório de Estratégias para Redução da Pobreza. Relatório N°. 06/289. Agosto 2006. Disponível em: <http://imf.org/external/pubs/ft/scr/2006/cr06289.pdf>. Acesso em: 20 setembro 2016.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARD, Pierre; VARGAS, Icléia A. **Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis**. II Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, realizado em Campo Grande UCDB, sob o título: O turismo, a biodiversidade e a percepção do ambiente no Pantanal: parcerias possíveis para o desenvolvimento local. De 29 a 31 de agosto de 2007.

GOIS, Cezar W. L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2005

GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2^a. Ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

HALL, Stuar. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARRIS, Mônica; TOMAS, Walfrido; MOURÃO, Guilherme; SILVA, Carolina; GUIMARÃES, Erika; SONODA, Fátima; FACHIN, Eliane. **Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação**. In Megadiversidade, ano 1, vol. 1, p. 156-165, julho de 2005.

IBGE. Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 9 outubro 2016.

ICMBio. Plano de manejo do Parque Nacional da Serra de Bodoquena. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio. 2003.

JARA, Carlos Júlio. As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável / Carlos Jara, com a colaboração de Maria Verônica Morais Souto – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001.

_____, Construindo o Poder Local. **Caderno CRH, Salvador**, n.26/27, p.211-233, jan/dex. 1997

LANGER, Adriana. HISTÓRIA DO SEGUNDO PERÍODO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NAS UFMS EM MATO GROSSO DO SUL / 1992-2012. (Adriana Langer. Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD)

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Sustentabilidade Local. **IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONOMICOS DO PANTANAL -** Corumbá/MS nov 2004.

LEFF, Enriq. . Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. Educação & Realidade. 2009. Artigo publicado em PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo : Signus, 2000.

LEITE, Marcelo Sobral. *Como criar unidades de conservação: guia prático para Pernambuco.* Marcelo Sobral Leite, Sabine Geiseler, Severino Rodrigo Ribeiro Pinto. – Recife: **CENTRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DO NORDESTE, 2011.** 64p. 1978.

LUCIDIO, João Antônio B.; LIMA JR.; Luiz Gustavo de S. Catálogo Digital: **COMISSÃO RONDON – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (1890 A 1940).** Disponível em : <http://www.fronteirasemovimentos.com.br/Rondon/>. Acesso em: 16outubro 2016.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. **O Ecoturismo como Campo de Possibilidades de Desenvolvimento Sustentável no Pantanal.** In: ROTTA, M. A.; LUNA, H.S. e WEIS, W. A. (Ed.) **Ecoturismo no Pantanal.** Corumbá, 2006, p. 27 - 36.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Políticas de Promoção da igualdade racial. Comunidade Tradicionais - o que são?. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 10 agosto 2016.

MINISTÉRIO DA REPÚBLICA FEDERAL. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Disponível em:
<http://www.prms.mpf.mp.br/search?Subject%3Alist=Comunidades%20Tradicionais> . Acesso em: 10 agosto 2016.

MORAES, André Steffens . Impactos da pesca na Estrada Parque Pantanal / Editor André Steffens Moraes. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal; Brasília: WWF, 2002.

MORETTI, Edvaldo C. Ecoturismo: uma proposta (in)sustentável de produção e consumo do espaço pantaneiro. In III Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal, Corumbá, 27 a 30 de Novembro de 2000.

MUYLAER, Camila Junqueira; SARUBBI , Vicente Jr.; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM, Modesto Leite Neto; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp2):193-199 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 3 agosto 2016.

NUNES, Alessandro Pacheco; TIZIANEL, Fernando Augusto. Tamvelini; MELO, Alyson Vieira; NASCIMENTO, Vitor; e MACHADO, Natália. Aves da Estrada Parque Pantanal, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Atualidades Ornitológicas On-line Nº 156, p.33 – Julho/Agosto 2010 – www.ao.com.br

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO PANTANAL DE CORUMBÁ. II Relatório da Pesca Retrato do Segmento – FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5r4Bnx5xHYKbXVDTXRWdFVVU3c/view>. Acesso em: 22/9/2016.

OLIVEIRA , Josildete Pereira de, PIRES, Paulo dos Santos, TRICÁRICO, Luciano Torres, TOMASULO, Simone. *El paisaje de la carretera interpraias en balneario camboriú (Santa Catarina, Brasil) según la perspectiva turística de las carreteras parques.* ESTUDIOS Y PERSPECTIVAS EN TURISMO VOLUMEN 21 (2012) pp. 461 – 477
 Universidade do Vale do Itajaí Balneário Camboriú - Brasil

OLIVEIRA, Marcelo Silva; THOMAZ, Thauan Kill. Aves Pantanal Sul: guia fotográfico do Passo do Lontra / Marcelo Silva de Oliveira; Thauan kill Thomaz- Campo Grande: gráfica alvorada e Editora Alvorada. 2014.

PADOVANI, Carlos Roberto. Dinâmica espaço-temporal das inundações do Pantanal.2010. 174 f. (Doutorado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2010.

PEREIRA, Bárbara Elisa & DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PIRES, Paulo; TIAGOR, Aline. **O Potencial turístico das Estradas Parque na confluência entre paisagem e Áreas Protegidas.** VII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Universidade do Anhembí, 20 e 21 de setembro de 2010.

POTT, Arnaldo; POTT, Vali Joana; SOBRINHO, Antônio Arantes Bueno. **PLANTAS ÚTEIS À SOBREVIVÊNCIA NO PANTANAL.** IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIO-ECONOMICO DO PANTANAL-CORUMBÁ-MS. 23 a 26 nov. 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Mara Aline Santos, **Entre os ciclos de cheias e vazantes a gente do Pantanal produz e revela geografias** / Mara Aline dos Santos Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

RIBEIRO, Mara Aline; VARGAS, Icléia A.; ARAÚJO, Ana Paula C.. **Estrada-parque pantanal, MS, Brasil: paisagens ressignificadas, modos de vida alterados.** Mara Aline Ribeiro, Icléia A. de Vargas, Ana Paula C. De Araújo. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-11

ROSA, C. A.. **Efeito de borda de rodovias em pequenos mamíferos de fragmentos florestais tropicais** / Clarissa Alves da Rosa. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2012.

ROTTA, Marco Aurélio; LUNA, Hélder Silva; WEIS, Wilson Antônio. (Ed.) **Ecoturismo no Pantanal. Corumbá, MS.** Embrapa Pantanal, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56601/1/Livro027.pdf>. Acesso em: 20/10/2016

SAMPAIO, Silva; TEIXEIRA, Sueli Santos; CHEUNG, Peter; ESCANDOLHEIRO, Jesner. Marcos; NOBUYOSHI, Carlos; LUCA, Sergio João . **AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NO PASSO DO LONTRA.** Disponível em: https://www.researchgate.net/researcher/81565387_Silva_Sampaio . Acesso em: agosto 2016

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal.** 6ª. Edição. Editora Record Rio de Janeiro 2001.

SILVA, Edil Pedroso. **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930.** - Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2002.

SILVA, João dos Santos Vila; ABDON, Mvrian de Moura . Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões . **Pesq. agropec. bras., Brasília, v.33,** Número Especial, p17034711, out. 1998.

SORIANO, Afranio Jose Soares. **Estrada-parque: proposta para uma definição. 2006.** 113 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Paulista Julio de Mesquita, Rio Claro. 2006.

VALLE, Pedro. **Os caminhos por onde passei...(memorias)** . Ed. Thesaurus, 2005, vol. II

VARGAS, I. A.; HEMANN, A.. **Sentir o “Paraiso” no Pantanal: reflexões sobre percepção e valoração ambientais.** Desenvolvimento em Meio Ambiente, n.7, p.131-143, jan./jun. 2003. Editora UFPR.

TURISMO NO PANTANAL. <http://www.capitaldopantanal.com.br/geral/prefeitura-quer-implantar-centro-de-atendimento-ao-turista-na-estada-p/513612/>. Acesso em: 15 julho 2016.

XIMENES, D. S. S.. A biodiversidade e o turismo regional fatores de resiliência urbana nas cidades de Cabreúva, Itu e Salto. **Revista LABVERDE** n°7 – Artigo n°02. Dezembro de 2013 .

YÁZIGI, E. . Mitos, equívocos e desafios do planejamento turístico. *International Journal of Safety and Security in Tourism & Hospitality*. Eduardo Yázigi. Vol. 1 (2): 33-74, 2012.

_____, **Saudades do Futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**/Eduardo Yázigi – São Paulo: Plêiade, 2009.

Anais

ANAIS DO 12º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA. **Atenção Primária à Saúde na Comunidade Ribeirinha de Passo do Lontra: uma ferramenta transformadora de educação médica.** Disponível em: <http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/5661>. Acesso em: 28 julho 2016.

PORTAL DA PREFEITURA DE CORUMBÁ MS. Hospedagem rural. Disponível em: <http://www.pmcorumba.com.br/site/turista/4/hospedagem-rural/93/>. Acesso em: 3 setembro 2016.

POTT, A. & ADÁMOLI, J. 1999. Unidades de vegetação do Pantanal dos Paiaguás. Pp. 183-202. In: **Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, Manejo e Conservação**. Corumbá-MS 1996. Brasília, EMBRAPA-CPAP

RELATÓRIO FINAL. Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: Relatório Final/Agência Nacional de Águas – ANA ... [et al.]. – Brasília: TDA Desenho & Arte Ltda., 2004.

SOS MATA ATLANTICA. Relatório de atividades 2011. Disponível em: https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Relatorio_de_Atividades2011.pdf.pdf

Entrevistas

Antiga ponte do Passo do Lontra é atrativo turístico e não será removida. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/antiga-ponte-do-passo-do-lontra-e-atrativo-turistico-e-nao-sera-removida>. Acesso em: 5 julho 2016.

“Povos tradicionais tem um pacto com o meio ambiente”, diz Manuela Carneiro da Cunha. **Entrevista ao ISP – Instituto Sociedade, População e Natureza.** 26.09.2008. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha/>. Acesso em: 9 julho 2016.

Fotografia

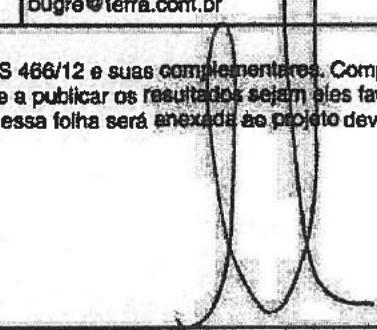
Figura 2. Catalogo de moedas. Disponível em:
http://colnect.com/br/coins/coin/52808-25_Cents_Quarter_Blue_Ridge_Parkway_-_North_Carolina-B04d_-_America_the_Beautiful_Quarters_2010~2021-Estados Unidos

Figura 3. Disponível em:
<http://www.abrafite.com.br/bibliotecae.htm>. Acesso em: 3 setembro 2016. Acesso em: 8 julho 2016.

Figura 5. Disponível em:
<https://www.facebook.com/339009069518089/photos/a.339845402767789.79093.339009069518089/417805851638410/?type=3&theater>. Acesso em: 12 setembro 2016.

Figura 18. Disponível em:
<http://passadolontra.blogspot.com.br/2011/05/celebracao-da-santa-missa-na-igreja-n-s.html>. Acesso em: 28 setembro 2016.

Apêndice

1. Projeto de Pesquisa: ESTRADA PARQUE PANTANAL E OS SABERES LOCAIS COMO INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 40			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: marcelo oliveira			
6. CPF: 338.480.921-15	7. Endereço (Rua, n.º): rua MADRESSILVA 48.CARANDA BOSQUE CAMPO GRANDE MATO GROSSO DO SUL 79032380		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (67) 8283-0836	10. Outro Telefone:	11. Email: bugre@terra.com.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>16 / 09 / 2016</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Católica Dom Bosco	13. CNPJ: 03.226.149/0015-87	14. Unidade/Orgão:	
15. Telefone: (67) 3312-3479	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Henrison Pistori</u>	CPF: <u>502.003.641-20</u>		
Cargo/Função: <u>Pro- Reitor de Pesquisa e Pós- Graduação</u>	 Assinatura		
Data: <u>20 / 09 / 2016</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O presente termo é referente à pesquisa de dissertação “ **Estrada Parque Pantanal: Desenvolvimento Territorial Sustentável e os Saberes locais como estratégias de potencialização local**”. A pesquisa pretende analisar a Estrada Parque Pantanal e as comunidades do Porto da Manga e do Passo da Lontra sob a ótica do Desenvolvimento Local.

A participação será através de entrevistas semiestruturadas e/ou abertas, que serão gravadas e/ou anotadas. Os dados colhidos serão única e exclusivamente usados para a dissertação citada acima, e poderá ser veiculada em revistas científicas, mídia eletrônica e/ou artigos acadêmicos.

Não haverá custo ao entrevistado, assim como não haverá nenhuma renumeração ao participante.

Considerando as informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/2012 do **Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde**, consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1 A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais estas deverão estar previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa e/ou seu responsável;

2 A liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo é garantida a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa;

3 Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;

4 A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**, da **Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)**, que a referenda; e

5 O presente termo está assinado em duas vias.

Contato dos pesquisadores:

Pesquisador: Marcelo Silva de Oliveira – Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, fone: (67) 99263 0636, E-mail: bugre@terra.com.br;

Orientador: Professora Dra. Cleonice Le Bourlegat - Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, fone: (67) 3312 3614.

Comitê de ética: (67) 3312 3614

Eu li as informações e aceito participar da pesquisa.

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

RG: _____

Entrevistado

Pesquisador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos da minha participação no projeto de pesquisa de dissertação **“Estrada Parque Pantanal: Desenvolvimento Territorial Sustentável e os Saberes locais como estratégias de potencialização local”**. A pesquisa pretende analisar a Estrada Parque Pantanal e as comunidades do Porto da Manga e do Passo da Lontra sob a ótica do Desenvolvimento Local.

As imagens obtidas, sejam do participante ou de aspectos relativos à sua atividade de subsistência, lazer ou outras atividades, assim como os bens patrimoniais, como casa, embarcações, etc., serão única e exclusivamente usados para a dissertação citada acima, e poderá ser veiculada em revistas científicas, mídia eletrônica e/ou artigos acadêmicos.

As imagens poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

O pesquisador fica autorizado a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Eu li as informações e aceito participar da pesquisa.

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

RG: _____

Entrevistado

Pesquisador

Pesquisa semiestruturada

IDENTIFICAÇÃO				
Nome:				
Idade:	Est. Civil:	Naturalidade:		
Escolaridade:				
FAMÍLIA/FORMAÇÃO HISTÓRICA				
Origem	Nasceu aqui:			
	De onde vieram:		Data:	
	Porque vieram:			
	O faziam antes:			
	O que fazem agora:			
Constituição	Adultos		Trabalham	
	Crianças		Estudam	
Moradia e infraestrutura	Tipologia		Cômodos	
	Palafitas/térreo		Correios	
	Qual a origem da água para consumo			
	Destino do esgoto			
	Destino do lixo			
	Fonte de Energia			
	Durante as cheias, alaga? Se sim, que faz?			
Equipamentos	Geladeira		Fogão	
	Freezer		TV	
	Chuv. Elétrico		Ferro passar	
	Celular		Parabólica	
	Barco		Motor	
	Outros			
Aquisição de mat. consumo	Alimentos			
	Remédios			
	Outros			
CONTEXTO VIVIDO - ECONOMIA				
Renda Mensal	Qtos contribuem		Qual a renda	
	Bolsa família		Outros	
Qual a fonte	Pesca		Turismo	
	Hotéis/pousadas		Fazendas	
	Outros			
Pesca	Tem registro		Há quanto tempo	
	Qual petrecho			
	Embarcado ou barranco			
	A produção é vendida pra quem			
	Quais as principais espécies e quantos kg/mês			

Época do defeso	Permanece na comunidade/que faz						
	Recebe ajuda		Que tipo de ajuda				
	sai/vai para onde e que faz						
Turismo	Qual atividade						
	Estrangeiro		Nacional				
Hotéis e pousadas	Qual função						
Fazendas	Qual função						
SABERES CONSTRUÍDOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL							
Ativ. artesanal	Redes, tarrafas e outros petrechos de pesca.						
	Barcos de madeira, remos, etc.						
	Gastronomia, doces, etc.						
	Outros						
Ativ. Cultural	Musica/dança						
	Festas religiosas						
	Outros.						
Ativ. Social	Participa de alguma associação Ou cooperativa						
	Acha importante a participação. O que levou a participar						
	Quais os principais temas debatidos						
Ativ. Lazer							
Sabe a origem do nome do lugar							
EPP E MEIO AMBIENTE							
Em 1993 o Estado decretou a EPP como uma "AEIT"	Área de Especial Interesse Turístico - Sabe que é:						
	Já ouviu falar		Não sabe				
Percebeu alguma mudança depois do Decreto 1993							
Já participou de alguma reunião sobre a EPP							
Acha que a comunidades estão incluída na gestão da EPP							

O que deveria ser feito para melhorar a EPP		
Sobre a ponte de madeira no rio Miranda. Qual a sua opinião		
Acha que a comunidade esta cada vez melhor ou pior, por quê?		
Acha que a comunidade tende a crescer ou a diminuir		
Que acha que deveria ser feito para melhorar o turismo		
Que acha que deveria ser feito pra melhor a sua e qualidade de vida da comunidade		
Confia na politica pública?		
Sobre a preservação da natureza.	Quais as mudanças que tem observado.	